

RELATÓRIO ANUAL 2016 - 2017



www.sadc.int



Agradecimentos

A Secretária Executiva do Secretariado da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, manifesta o seu apreço à Cimeira, ao Comité Ministerial do Órgão, ao Conselho, aos Comités e Clusters Ministeriais Sectoriais, incluindo o Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional, e ao Comité Permanente dos Altos Funcionários, pela sua liderança, orientação política e supervisão na implementação dos programas e projectos da SADC em 2016/17. A Secretária Executiva deseja igualmente manifestar os seus agradecimentos aos Estados-Membros, Parceiros de Cooperação Internacionais e outros actores intervenientes, pelo seu apoio contínuo na implementação da Agenda de Integração Regional da SADC. A Secretária Executiva agradece igualmente a todos os funcionários do Secretariado pela sua dedicação ao serviço da SADC.

Índice

Agradecimentos.....	2
Lista de Acrónimos.....	5
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	8
1.0 INTRODUÇÃO.....	14
2.0 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA NA REGIÃO DA SADC EM 2015-2016 E PREVISÕES PARA 2016-2017.....	14
2.1 EVOLUÇÃO NO DOMÍNIO POLÍTICO.....	14
2.1.1 Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos.....	14
2.1.2 Reforço da Defesa e da Segurança Colectivas na Região.....	15
2.1.3 Consolidação das Instituições Democráticas na Região.....	16
2.2 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA.....	17
2.2.1 Contexto Económico Mundial.....	17
2.2.2 Desempenho da Economia Regional.....	19
2.3 PERSPECTIVAS PARA 2017 E A MÉDIO PRAZO.....	26
3.0 IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	29
3.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS.....	30
3.1.1 Desenvolvimento Industrial.....	30
3.1.2 Integração dos Mercados.....	31
3.1.3 Integração dos Mercados Financeiros.....	33
3.1.4 Financiamento para o Desenvolvimento.....	33
3.1.5 Questões Relacionadas com Investimento e Fiscalidade.....	34
3.2 Infra-estruturas de Apoio à Integração Regional.....	35
3.2.1 Progressos registados na execução do Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais.....	35
3.2.2 Comunicações e TIC.....	37
3.2.3 Sector de Energia.....	38
3.2.4 Sector dos Transportes.....	39
3.2.5 Sector de Águas.....	40
3.2.6 Sector do Turismo.....	42
3.2.7 Sector de Meteorologia.....	42
3.3 Cooperação nas Áreas da Paz e Segurança.....	43
3.4 PROGRAMAS ESPECIAIS DE DIMENSÃO REGIONAL.....	47
3.4.1 Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais.....	47
3.4.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO.....	55
3.4.3 PROGRAMAS TRANSVERSAIS.....	61
3.4.4 QUADRO INSTITUCIONAL PARA COORDENAÇÃO, PLANIFICAÇÃO, E MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.....	73
4.0 IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO INSTITUCIONAL.....	75

5.0	COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO CONTINENTAL.....	77
5.1	UNIÃO AFRICANA (UA) E NEPAD.....	77
	AGENDA TRIPARTIDA DA SADC-COMESA-EAC	77
6.0	COOPERACAO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZACAO DE RECURSOS	80
6.1	COOPERACAO ENTRE A SADC E A UNIAO EUROPEIA	80
6.2	DIALOGO POLITICO ENTRE A SADC E A UE	84
6.3	COOPERACAO ENTRE A SADC E A ALEMANHA.....	84
6.4	COOPERACAO ENTRE A SADC E O BANCO MUNDIAL	85
6.5	COOPERACAO ENTRE A SADC E A CHINA	86
6.6	COOPERACAO ENTRE A SADC E O JAPAO	87
6.7	COOPERACAO ENTRE A SADC E O BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO..	87
7.	BOA GOVERNACAO.....	88
7.1	GESTAO DO RISCO	88
8.0	IMPLEMENTAÇÃO DO QUADRO DE GESTÃO FINANCEIRA.....	89
9.0	RESUMO DOS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E RECOMENDAÇÕES	91
10.0	CONCLUSOES	93

Lista de Acrónimos

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
ARV	Anti-retrovirais
ASF	<i>African Standby Force</i> (Força Africana em Estado de Alerta)
UA	União Africana
NPCA-UA	<i>AU-NEPAD Planning and Coordinating Agency</i> (Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD da UA)
PIDA-UA	<i>AU Programme for Infrastructure Development in Africa</i> (Programa da União Africana para o Desenvolvimento de Infra-estrutura em África)
CCBG	<i>Committee of Central Bank Governors</i> (Comité dos Governadores dos Bancos Centrais)
CIRT	<i>Computer Incidence Response Team</i> (Equipa de Resposta a Incidentes Informáticos)
COMESA	<i>Common Market for Eastern and Southern Africa</i> (Mercado Comum da África Oriental e Austral)
COP	<i>Conference of Parties</i> (Conferência das Partes)
CRIDF	<i>Climate Resilient Infrastructure Development Facility</i> (Fundo de Desenvolvimento de Infraestruturas Resistentes ao Clima)
CSC	<i>Climate Services Centre</i> (Centro de Serviços Climáticos)
CSTL	<i>Care and Support for Teaching and Learning</i> (Assistência e Apoio ao Ensino e Aprendizagem)
DBSA	<i>Development Bank of Southern Africa</i> (Banco de Desenvolvimento da África Austral)
DFID	<i>UK Department for International Development</i> [Departamento para o Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)]
DFRC-PPP	<i>SADC Development Finance Resource Centre – Public-Private partnership Network</i> (Rede do Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento-Parcerias Público-Privadas)
RDC	República Democrática do Congo
DSM	<i>Demand Side Management</i> (Gestão da Procura)
DTT	<i>Digital Terrestrial Television</i> (Televisão Digital Terrestre - TDT)
EAC	<i>East African Community</i> (Comunidade da África Oriental)
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
EEP	<i>Eastern and Southern Africa Energy Efficiency Partnership</i> (Parceria de Eficiência Energética da África Oriental e Austral)
APE	Acordo de Parceria Económica
UE	União Europeia
GTE	Grupo de Trabalho Especializado
FANR	<i>Food, Agriculture and Natural Resources</i> (Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais)
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> (Organização das Nações para a Alimentação e Agricultura)
FOCAC	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i> (Fórum de Cooperação entre a China e África)
GCI	<i>Global Competitiveness Index</i> (Índice de Competitividade Global)
PIB	Produto Interno Bruto
GIZ	<i>Germany Technical Cooperation</i> (Cooperação Técnica Alemã para o Desenvolvimento)
HSRS	<i>SADC Harmonised Seed Regulatory System</i> (Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes da SADC)

ICAO	<i>International Civil Aviation Organisation</i> (Organização Internacional da Aviação Civil)
ICDP	<i>Institutional Capacity Building Programme</i> (Programa de Capacitação Institucional)
ICP	Parceiro de Cooperação Internacional
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
IDA	<i>World Bank International Development Association</i> (Associação Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial)
IGAD	<i>Inter-Governmental Authority on Development</i> (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento)
FMI	Fundo Monetário Internacional
COI	Comissão do Oceano Índico
IPF	Política-Quadro de Investimento
I&S	Infra-estruturas e Serviços
JICA	<i>Japanese International Cooperation Agency</i> (Agência Japonesa de Cooperação Internacional)
KfW	Banco de Fomento da Alemanha
MERF	Quadro de Monitorização, Avaliação e Prestação de Relatórios
MAR	Monitorização, Avaliação e Prestação de Relatórios
MdE	Memorando de Entendimento
MPI	Índice Multi-dimensional de Pobreza
MW	Mega Watt
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NIXP	<i>National Internet Exchange Point</i> (Nó Nacional de Comutação de Internet)
OSBP	<i>One Stop Border Post</i> (Posto Fronteiriço de Paragem Única - POFPU)
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OCV	Órfãos e Crianças Vulneráveis
PAU	<i>Southern African Power Pool - Project Acceleration Unit</i> (Unidade de Aceleração de Projectos da Rede de Electricidade da África Austral)
PTV	Prevenção da Transmissão Vertical do VIH
PPDF	<i>Project Preparation and Development Facility</i> (Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC)
PPIAF	<i>World Bank Public – Private Infrastructure Advisory Facility</i> (Mecanismo de Assistência Técnica a Parcerias Público-Privadas na Área de Infra-estruturas do Banco Mundial)
PPRM	<i>Policy, Planning and Resource Mobilisation</i> (Políticas, Planificação e Mobilização de Recursos)
RAPI	<i>Regional Action Programme on Investment</i> (Programa de Acção Regional de Investimento);
RAIP	<i>Regional Agricultural Investment Plan</i> (Plano de Investimento Regional na Agricultura)
FDR	Fundo de Desenvolvimento Regional
CER	Comunidade Económica Regional
REIS	<i>Regional Economic Integration Support</i> (Apoio à Integração Económica Regional)
RETOSA	<i>Regional Tourism Organisation of Southern Africa</i> (Organização Regional do Turismo da África Austral)
RIDMP	<i>Regional Infrastructure Development Master Plan</i> (Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas)
RISDP	Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional

RLAH	<i>Roam Like At Home</i> (Fazer Roaming como se Fosse Chamada no País de Origem)
RPC	<i>Regional Political Cooperation</i> (Cooperação Política Regional)
ORP	Observatório Regional da Pobreza
RPTC	<i>Regional Peacekeeping Training Centre</i> (Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz)
SACREEE	<i>SADC Centre for Renewable Energy and Energy Efficiency</i> (Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC)
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAPP	<i>Southern African Power Pool</i> (Rede de Electricidade da África Austral)
SARCOF	<i>Southern Africa Regional Climate Forum</i> (Fórum Regional de Previsão Meteorológica da África Austral)
SARPCCO	Organização Regional para a Cooperação dos Comandantes-Gerais da Polícia da África Austral
SDG	<i>Sustainable Development Goal</i> (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável)
SE4ALL	<i>Sustainable Energy for All</i> (Energia Sustentável para Todos)
SEAC	<i>SADC Electoral Advisory Council</i> (Conselho Consultivo Eleitoral da SADC)
SEOM	<i>SADC Election Observation Mission</i> (Missão de Observação Eleitoral da SADC)
SHAR	<i>SADC Home and Away Roaming</i> (Serviço de Roaming Interno e Além-fronteiras da SADC)
SIPO	<i>Strategic Indicative Plan for the Organ</i> (Plano Estratégico Indicativo do Órgão)
SIRESS	<i>SADC Integrated Regional Electronic Settlement System</i> (Sistema Electrónico Regional Integrado de Liquidação da SADC)
CNS	Comissão Nacional da SADC
SPGRC	<i>SADC Plant and Genetic Centre</i> (Centro de Recursos Fitogenéticos da SADC)
SSA	<i>Sub-Saharan Africa</i> (África a Sul do Saara)
TCF	<i>Technical Cooperation Facility</i> (Fundo de Cooperação Técnica - FCT)
TFCA	<i>Trans-Frontier Conservation Area</i> (Área de Conservação Transfronteiriça)
ZCLT	Zona de Comércio Livre Continental
TICAD	<i>Tokyo International Conference on African Development</i> (Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África)
TIFI	Direcção de Comércio, Indústria, Finanças e Investimento
TRF	<i>Trade Related Facility</i> (Fundo de Apoio a Actividades Relacionadas com o Comércio)
TSC	<i>Technical Support Committee</i> (Comissão Técnica de Apoio - CTA)
TVET	<i>Technical and Vocational Education and Training</i> (Ensino e Formação Técnico-profissional - EFTP)
ONU	Organização das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
WEO	<i>World Economic Outlook</i> (Perspectiva Económica Mundial)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O presente Relatório descreve resumidamente os principais acontecimentos ocorridos nos domínios da cooperação e integração na Região da SADC durante o período de 2016/17.
2. A situação política e de segurança prevalecente na Região manteve-se pacífica e estável, porquanto os Estados-Membros continuaram a observar as práticas e os valores democráticos, realizando regularmente eleições nacionais democráticas. Não obstante esta constatação, importa referir que se registaram alguns desafios no Reino do Lesoto e na República de Madagáscar, para além de terem continuado a prevalecer focos de insegurança causada por forças negativas no Leste da República Democrática do Congo (RDC).
3. Os dados disponíveis indicam que **o desempenho económico** regional continuou a registar uma tendência descendente em 2016, situação agravada por choques causados por factores climáticos e calamidades naturais que abalaram a Região nos últimos anos. Os factores de agravamento dos custos, impulsionados, em grande parte, pela escassez de alimentos causada pela seca registada em algumas zonas da Região em 2015/16, resultaram no aumento da inflação na maior parte dos Estados-Membros em 2016. Estes factores relacionados com as alterações climáticas (secas e inundações), além de causarem a queda dos preços dos produtos de base, contribuíram em grande medida para o fraco crescimento real do PIB, que, em média, situou-se em 2,6% em 2016 em comparação com a taxa de 3,3% registada em 2015. As condições climáticas favoráveis registadas em 2016/17 resultarão na melhoria da produção agrícola, levando a uma melhoria no abastecimento de alimentos, o que, por sua vez, conterà as pressões exercidas pelos preços na Região.
4. No que respeita à **execução de programas regionais**, e com base no seu mandato, que consiste essencialmente na planificação estratégica; coordenação e harmonização de políticas e estratégias; monitorização e avaliação; mobilização de recursos; e pesquisa, no Plano Operacional relativo ao exercício de 2016/17, o Secretariado havia planeado concretizar 304 resultados intermédios em prol da materialização dos objectivos consagrados no RISDP e no SIPO. Destes resultados intermédios planeados, foram concretizados na totalidade 243 (80%), enquanto 61 (20%) não foram concretizados. Os resultados intermédios que não foram concretizados foram reincorporados no Plano Operacional de 2017/18, nos casos em que existem recursos para a sua execução.
5. A seguir se apresenta uma descrição geral dos principais resultados intermédios concretizados ou cujas acções ainda prosseguem, de acordo com as áreas prioritárias definidas no RISDP Revisto.

Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado

6. Prosseguem as acções visando a materialização dos principais marcos previstos na Estratégia e Roteiro para a Industrialização, e o referido Plano de Acção foi aprovado em Março de 2017.
7. Os sectores de extracção mineira e farmacêutico foram caracterizados e identificadas as áreas potenciais para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais. É necessário realizar um trabalho mais apurado de caracterização dos dois sectores mediante, entre

outros, realização de estudos de viabilidade detalhados em cada uma das cadeias de valor identificadas e conceber projectos financiáveis.

8. O Sistema Electrónico Regional Integrado de Liquidação da SADC (SIRESS), inicialmente lançado em quatro Estados Membros da Zona Monetária Comum, já foi alargado a 14 Estados-Membros. Estão em curso esforços visando garantir que o último Estado-Membro (Madagáscar) adira ao SIRESS em breve.
9. Dez (10) Estados-Membros, nomeadamente Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e os Estados-Membros da SACU, concluíram o processo de eliminação gradual de tarifas impostas aos produtos contemplados na Categoria "C".
10. Estão em marcha acções visando a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC. O Acordo sobre a Operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC foi finalizado e assinado por sete Estados Membros.
11. O mecanismo de avaliação pelos pares continuou a operar e o Painel de Avaliação pelos Pares reuniu em Julho de 2017 para apreciar os relatórios sobre a RDC, a Namíbia e o Zimbabwe.

Infra-estrutura em Apoio à Integração Regional

12. De Abril de 2016 a 25 de Janeiro de 2017 foram recebidos mais dez (10) projectos através do sistema de requerimento em linha do PPDF da SADC (www.sadcpdf.org)
13. Foi lançado em Junho de 2016 o Processo de Aceleração do PIDA-SADC, relativo aos corredores da Beira e Norte-Sul.
14. Foi adoptada uma Resolução sobre a Segurança Cibernética em Outubro de 2016, que exorta os Estados-Membros a acelerar o enquadramento no ordenamento jurídico interno de todas as Leis-Modelo Harmonizadas da SADC e a operacionalizar suas Equipas de Resposta a Incidentes Informáticos (CIRT) até Dezembro de 2018.
15. Em geral, o acesso à energia eléctrica na Região aumentou de 36% em 2013 para 45% em finais de Março de 2017. Até finais de Maio de 2017, 14 Estados-Membros da SADC haviam introduzido algum tipo de supervisão reguladora sob a forma de autoridades reguladoras de energia ou electricidade.
16. Foi iniciado o processo de enquadramento no ordenamento jurídico-regulador interno do Manual sobre Postos Fronteiriços de Paragem Única (OSBP). O kit de ferramentas destina-se a orientar os órgãos de decisão sobre políticas, os operadores comerciais e de transporte, assim como ajudar o Secretariado em matéria de formulação de políticas e programas regionais relacionados com os Postos Fronteiriços de Paragem Única.
17. Como parte da Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços, decorrem várias iniciativas nas diversas bacias hidrográficas, incluindo a assinatura do Acordo de Cooperação Bilateral sobre a Bacia do Rio Pungué celebrado entre Moçambique e Zimbabwe e as negociações em curso entre os governos de Angola e da Namíbia para o estabelecimento da Comissão da Bacia do Kunene (KUNECOM).

18. A capacidade do Centro de Serviços Climáticos (CSC) da SADC para gerar informação climática de qualidade e fiável foi reforçada, através da construção de um laboratório, do fornecimento de equipamentos e da ligação do Centro ao sistema meteorológico mundial.

Cooperação nas Áreas de Paz e Segurança

19. Foi prestado apoio abrangente (técnico, administrativo, logístico e financeiro) a iniciativas regionais, incluindo a realização de missões da Troika à RDC (2), República de Madagáscar (1) e Reino do Lesoto (3), contribuindo para a manutenção de uma estabilidade relativa nos respectivos Estados-Membros.

20. Para promover instituições e práticas democráticas na Região, foram elaborados uma proposta de Currículo um Manual de Formação e um Manual para os Observadores Eleitorais da SADC, tendo sido devidamente tramitados através dos processos de pré-validação do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC.

21. A República da Namíbia e a República do Botswana beneficiaram de assistência na formulação de mecanismos para a implementação da Estratégia Regional de Luta Contra o Terrorismo da SADC.

22. Na área da Defesa e Segurança, entre outras realizações, as Forças de Defesa da Região continuaram a participar em exercícios militares em tempo de paz e, em Julho de 2017, o CMO sancionou o Memorando de Entendimento entre a SADC e o Governo da Rússia.

Programas Especiais de Dimensão Regional, incluindo as Questões Transversais

23. Na área da **Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais**:

- (i) foi elaborado e aprovado o Plano Regional de Investimento na Agricultura RAIP, 2017-2022;
- (ii) foi desencadeada avaliação regional do processo e da resposta ao Apelo Humanitário da SADC, com a finalidade de aferir a eficácia da resposta da SADC e dos seus parceiros à catástrofe induzida pelo fenómeno EL Niño registado em 2015/16;
- (iii) todos os Estados-Membros beneficiaram de capacitação em técnicas de vigilância e monitorização para facilitar a detecção precoce de pragas e doenças de plantas transfronteiriças, a fim de reforçar o estado de preparação, enquanto também se harmonizam os esforços de controlo;
- (iv) foram organizadas diversas actividades durante a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES COP 17) para demonstrar o Programa de Áreas de Conservação Transfronteiriças (TFCA) da SADC;
- (v) foram aprovadas a Estratégia Regional de Saúde Animal Aquática da SADC (2016-2026) e a Estratégia e Plano de Acção Regional da Aquacultura da SADC (2016-2026), tendo sido desencadeadas várias iniciativas para facilitar a implementação das duas estratégias;

- (vi) o Centro de Recursos Fitogenéticos da SADC (SPGRC) desencadeou e apoiou os esforços visando o estabelecimento de Centros Nacionais de Recursos Fitogenéticos nos Estados Membros.

24. No domínio do **Desenvolvimento Humano e Social**:

- (i) foi aprovado o quadro de qualificações da SADC, para servir de mecanismo regional de comparabilidade e reconhecimento de habilitações e qualificações completas, transferência de créditos, criação de padrões regionais, e garantia da qualidade;
- (ii) foi produzido o Relatório Consolidado sobre Emprego na SADC, com base em dez relatórios nacionais sobre emprego recebidos dos Estados-Membros da SADC e elaborados usando os Indicadores Mínimos do Mercado de Trabalho;
- (iii) o Documento Técnico Comum para o Registo de Medicamentos na Região foi adoptado e a Iniciativa Zazibona para a Avaliação Colaborativa de Documentos de Registo de Medicamentos usa as Normas actualizadas para o Registo de Medicamentos;
- (iv) foi desencadeada a Avaliação da Situação sobre a Inovação, Empreendedorismo e Produtividade Juvenil, cujos resultados destinam-se a facilitar o desenvolvimento de um Quadro Regional de Inovação e Empreendedorismo Juvenil e do respectivo Plano de Implementação para apoiar a participação dos jovens nos processos de desenvolvimento.

25. Âmbito das **questões transversais**:

- (i) **Redução da Pobreza**: decorre a avaliação do trabalho do Observatório Regional da Pobreza para o seu fortalecimento e o tornar mais eficaz;
- (ii) **Combate à Pandemia do VIH e SIDA**: decorre a execução da 2.^a Fase da Iniciativa Transfronteiriça de Combate ao VIH e SIDA da SADC, financiada pelo Fundo Global, em cujo âmbito os serviços são prestados em 32 Clínicas de Bem-Estar com a finalidade de reduzir as infecções pelo VIH na Região e aliviar o impacto do VIH e SIDA sobre os camionistas de longo curso, trabalhadores de sexo e comunidades afectadas nas zonas fronteiriças;
- (iii) **Género e Desenvolvimento**: o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, Revisto, foi aprovado e assinado pela Cimeira em Agosto de 2016; as Directrizes da SADC sobre Orçamentos Sensíveis às Questões do Género foram operacionalizadas; e foram realizados cursos de formação sobre tráfico de pessoas para agentes da lei e prestadores de serviços essenciais;
- (iv) **Ciência, Tecnologia e Inovação**: foi adoptada a Carta da SADC sobre a Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia, que visa aumentar a participação da mulher jovem nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática;

- (v) **Sector Privado:** a primeira Semana de Industrialização da SADC foi comemorada de 23 a 26 de Agosto de 2016, tendo culminado com a adopção da Declaração de Esibayeni durante o II Fórum de Negócios da África Austral;
- (vi) **Estatística:** foi produzido o Anuário Estatístico da SADC de 2015, que apresenta uma grande variedade de dados estatísticos e indicadores socioeconómicos regionais comparativos e actualizados referentes ao período de 2005 a 2014; o Anuário Estatístico foi produzido em complemento dos Índices de Preços ao Consumidor Harmonizados da SADC produzidos mensalmente.
26. As áreas dos **serviços gerais e de apoio institucional**, nomeadamente Orçamento e Finanças, Recursos Humanos e Administração, Auditoria Interna, Assuntos Jurídicos, Tecnologias de Informação e Comunicação, Relações Públicas e Contratação Pública continuaram a prestar os serviços de apoio geral e institucional necessários para assegurar o funcionamento do Secretariado. Entre outras realizações, foram alcançados os seguintes resultados: foram preparadas demonstrações financeiras do Secretariado da SADC relativas ao exercício de 2015/16 em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público; a nova Estrutura Orgânica do Secretariado foi aprovada e operacionalizada; foram produzidos relatórios de auditoria interna e submetidos a várias estruturas competentes da SADC; foram fornecidos pareceres e aconselhamentos jurídicos ao Secretariado e a outras instituições da SADC; a presença *online* do Secretariado da SADC foi intensificada; e foi desenvolvido e operacionalizado um sistema automatizado de aquisições.
27. No contexto da **cooperação e integração continental**, o Secretariado continuou a participar activamente nas sessões da Assembleia e do Conselho Executivo da União Africana e da Agência de Planeamento e Coordenação da NEPAD. O Secretariado também continuou a coordenar a participação da SADC em programas-chave de integração continental, como a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) e a Agenda Tripartida da COMESA-EAC-SADC.
28. No que respeita à **cooperação para o desenvolvimento e mobilização de recursos**, os parceiros de desenvolvimento que continuaram a conceder recursos significativos para a execução de programas e projectos da SADC incluem a União Europeia, através do Fundo Europeu para o Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a Commonwealth, a Organização Mundial da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, as Agências da ONU e o Fundo Global. Instituições regionais como a *Southern Africa Trust* também continuaram a prestar o seu apoio à SADC. De igual modo, apoio significativo também foi recebido de países como a Alemanha, estando a decorrer consultas com a China e o Japão para a obtenção de apoio financeiro e técnico.
29. A Gestão do Risco continua a ser um importante pilar da **boa governação** no Secretariado. Portanto, as Direcções e Unidades continuam a analisar e actualizar as suas listas de riscos para garantir que o impacto e a probabilidade de os riscos se materializarem sejam mitigados de forma actuante, enquanto as potenciais oportunidades são exploradas, sempre que possível. Decorre o processo de formulação de um Plano de Gestão e Garantia da Continuidade Operacional para assegurar a transição e a continuidade operacional ininterrupta em situações de desastres, emergências ou qualquer interrupção inesperada das operações do Secretariado.

30. **Quadro de Gestão Financeira:** os resultados financeiros registados no exercício de 2016/17 indicam um excedente de exploração no valor de 6.100.000 USD (comparativamente a 11.000.000 USD registados em 2015/16), e o um património total controlado pelo Secretariado da SADC avaliado em 97.500.000 USD (comparativamente a 101.100.000 USD registados em 2015/16), e uma redução no volume das contribuições dos Estados-Membros (27%) e das subvenções recebidas (37%).
31. Em 2016/17, a taxa geral de execução orçamental nos programas e serviços gerais e de apoio institucional atingiu 64%, representando 81% da despesa na rubrica financiada pelos Estados-Membros e 53% na rubrica financiada pelos ICP.
32. A implementação efectiva e plena dos programas e projectos regionais da SADC continua a ser afectada por uma série de **desafios** enfrentados em áreas como planeamento e programação; monitorização, avaliação e produção de relatórios; gestão de projectos; recursos financeiros e humanos; e sistemas de informatização e TIC. Para superar estes desafios, foram introduzidas diversas reformas destinadas a melhorar a eficiência e a eficácia do funcionamento do Secretariado da SADC. Entre as medidas tomadas contam-se o fortalecimento das funções de planificação, monitorização e avaliação; desenvolvimento do sistema de gestão de projectos da SADC para melhorar a implementação, a eficiência e a capacidade de absorção em todo o ciclo de gestão de projectos; revisão e aprovação da estrutura orgânica da SADC; e automatização dos sistemas de TIC.
33. Para continuar reforçar as reformas acima mencionadas, **as principais recomendações** a curto e médio prazo incluem: continuar a melhorar os processos de planeamento e programação, monitorização, avaliação e produção de relatórios, para garantir que estejam em linha com a capacidade e disponibilidade dos recursos financeiros e humanos existentes; continuar a fortalecer as negociações entre as partes para garantir que os planos e orçamentos dos projectos e programas estejam alinhados às prioridades ao exercício financeiro da SADC e que os fundos sejam desembolsados em tempo oportuno; melhorar os sistemas de recrutamento para garantir que os lugares vagos sejam prontamente preenchidos; e assegurar que o Secretariado mantenha a comunicação com o público-alvo da SADC de uma forma que seja relevante e tão envolvente quanto possível.

1.0 INTRODUÇÃO

O Relatório da Secretária Executiva cobre o exercício de 2016/17, que é o segundo ano de implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (2015-2020) Revisto. O presente relatório tem como finalidade descrever as principais acções desenvolvidas no domínio da cooperação e integração regional na SADC durante o período de Abril de 2016 a Março de 2017, embora algumas referências se estendam até Julho de 2017. O relatório descreve o seguinte:

- (i) evolução da situação política e económica na Região da SADC em 2016-2017 e previsões para 2017-2018;
- (ii) implementação de programas de cooperação e integração regional;
- (iii) implementação das actividades de apoio institucional;
- (iv) cooperação e integração continental;
- (v) cooperação para o desenvolvimento e mobilização de recursos;
- (vi) boa governação;
- (vii) implementação do quadro gestão financeira;
- (viii) Resumo dos desafios enfrentados na execução e recomendações.

2.0 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA NA REGIÃO DA SADC EM 2015-2016 E PREVISÕES PARA 2016-2017

2.1 EVOLUÇÃO NO DOMÍNIO POLÍTICO

2.1.1 Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos

1. A situação política e de segurança prevalecente na Região manteve-se pacífica e estável, porquanto os Estados-Membros continuaram a observar as práticas e os valores democráticos, realizando regularmente eleições nacionais democráticas. Não obstante esta constatação, importa referir que se registaram alguns desafios no Reino do Lesoto e na República de Madagáscar, para além de terem continuado a prevalecer focos de insegurança causada por forças negativas no Leste da República Democrática do Congo (RDC).

República Democrática do Congo

2. A situação política na RDC permaneceu volátil, o que, durante o período em análise, exigiu o envio de missões de acompanhamento regulares e a manifestação contínua do apoio da SADC à RDC. Entre as missões de acompanhamento efectuadas contam-se uma Missão de Avaliação Ministerial da Troika do Órgão que se deslocou à RDC de 10 a 13 de Outubro de 2016; uma Missão Técnica de Avaliação do Secretariado efectuada em Fevereiro de 2017; uma Missão de Acompanhamento da Troika do Comité Ministerial do Órgão (T-CMO) efectuada de 19 a 21 de Abril de 2017, com o objectivo de avaliar a evolução da situação política e de segurança na RDC, assim como os esforços em curso

em busca da paz e à estabilidade política no país. Registou-se uma escalada de violência e o agravamento da situação de insegurança nas províncias do Kasai e no Leste da RDC, onde forças negativas continuam a fazer uma guerra assimétrica contra as forças do Governo e da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO). As partes intervenientes na RDC ainda não finalizaram os Mecanismos Específicos para a Implementação do Acordo de 31 de Dezembro de 2016.

Reino do Lesoto

3. Na sessão realizada em Lozitha, no Reino da Suazilândia, a 30 e 31 de Agosto de 2016, entre outras decisões, a Cimeira resolveu enviar uma Comissão de Fiscalização (CoF) ao Reino do Lesoto para servir de mecanismo de alerta prévio e ajudar na implementação das reformas constitucionais e do sector da segurança, sempre que necessário. A Comissão de Fiscalização efectuou missões ao Reino do Lesoto entre Novembro de 2016 e Junho de 2017, e tem estado a trabalhar em estreita colaboração com o Facilitador da SADC, tendo recomendado que a SADC continue envolvida no processo de reformas no Lesoto, uma vez que o processo ainda se encontra numa fase preparatória. Com a investidura do novo Governo liderado pelo Dr. Thomas Thabane, espera-se que seja ganho um novo ímpeto na implementação do processo de reformas, através da convocação de um diálogo político nacional envolvendo múltiplas partes interessadas.

República de Madagáscar

4. Madagáscar restabeleceu a normalidade constitucional, na sequência da realização de eleições presidenciais e legislativas em 2013, no quadro da implementação do Roteiro da SADC. No seu discurso de investidura, Sua Excelência o Presidente Rajaonarimampianina comprometeu-se a melhorar a situação política, económica, social e de segurança do país, mas, infelizmente, a situação permanece frágil. A manutenção da paz e da estabilidade em Madagáscar permanece no topo da lista de prioridades, uma acção dependente da prossecução de uma agenda de reconciliação nacional clara, adoptada no quadro do Roteiro. A situação política, económica, social e de segurança em Madagáscar continua muito frágil, pois o país ainda é confrontado com uma situação de instabilidade política e insegurança. Outros desafios ainda prevaletentes incluem a pobreza, o subdesenvolvimento, desastres naturais e tensões sociais. A SADC, através do seu Enviado Especial, é chamada a, mais uma vez, desempenhar um papel mais activo e de liderança na prestação de apoio a Madagáscar rumo à consolidação da paz e da estabilidade, e na mobilização de apoio internacional para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito, com vista à superação do impacto adverso do passado e à eliminação plena dos obstáculos que se colocam no caminho da reconciliação nacional, conforme determina o Roteiro.

2.1.2 Reforço da Defesa e da Segurança Colectivas na Região

5. Em consonância com o objectivo da Força em Estado de Alerta Africana (ASF) de promover a paz, a segurança e a estabilidade em África, espera-se que a Força em Estado de Alerta da SADC (SSF) seja contemplada na Escala de Serviço da Força Africana em Estado de Alerta de 1 de Janeiro a 30 de junho de 2019. Os Estados-Membros da SADC validaram um documento conceitual sobre as implicações e os requisitos inerentes ao cumprimento das obrigações da SADC na Escala de Serviço da Força Africana em Estado de Alerta, o qual foi posteriormente aprovado pelo Subcomité da Defesa aquando da reunião realizada a 19 de Maio de 2017, em Dar es Salaam, na

República Unida da Tanzânia. Neste contexto, a Força em Estado de Alerta da SADC continuou a fortalecer e a aumentar a sua prontidão operacional mediante a realização de várias actividades incluindo, entre outras, a operacionalização de estruturas relevantes como o Centro Regional de Coordenação de Movimentações e o Centro de Operações Conjunto (RMCC/COC); Sistema de Comando, Controlo, Comunicações e Informação (C3IS); Comando Destacável; Depósito de Logística Regional; e Política-Quadro e Quadro Jurídico, para assegurar o desdobramento harmonioso.

6. Entretanto, para a sua preparação, a Força em Estado de Alerta da SADC planeia realizar exercícios regionais em 2017 e 2018. Alguns dos exercícios programados são o Exercício de Interoperabilidade das Forças Aéreas da SADC em Operações de Assistência Humanitária; o Exercício Conjunto *Blue Kunene*, a ser realizado na Namíbia; o Exercício *Morwalela* dos Serviços de Saúde Militares a ser realizado no Botswana; o Exercício das Forças Especiais *Matumbawe* a ser realizado na República Unida da Tanzânia; e o Exercício de Posto de Comando da SSF a ser realizado no Malawi.

2.1.3 Consolidação das Instituições Democráticas na Região

7. Os Estados-Membros da SADC continuaram a realizar eleições democráticas regulares, o que reflecte o compromisso da região de observar os princípios e as práticas democráticas. Durante o período compreendido entre Agosto de 2016 e Julho de 2017, foram realizadas eleições na República da Zâmbia, República das Seychelles e Reino do Lesoto. Na República da Zâmbia, as eleições gerais tiveram lugar a 11 de Agosto de 2016, das quais Sua Excelência Edgar C. Lungu e o Partido Frente Patriótica (*Patriotic Front - PF*) saíram vencedores. Na República das Seychelles, a coligação dos principais partidos da oposição (*Linyon Demokratik Seselwa - LDS*) ganhou as eleições,
8. e a 16 de Outubro de 2016, o Presidente das Seychelles, Sua Excelência James Michel, demitiu-se do cargo, tendo sido substituído pelo seu antigo Vice-Presidente, Sua Excelência Danny Faure, o qual vai cumprir o resto do mandato de quatro anos de presidência, conforme prevê a Constituição da República das Seychelles. O Reino do Lesoto realizou eleições antecipadas a 3 de Junho de 2017, das quais Sua Excelência Dr. Thomas Thabane e o Partido *All Basotho Convention (ABC)* saíram vencedores, permitindo-lhes formar um governo em coligação com outros três partidos, uma vez nenhum partido obteve maioria absoluta de assentos. Em todas as três eleições, a Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) enviada aos Estados-Membros aplicou os Princípios e Directrizes que Regem a Realização de Eleições Democráticas Revistos, de 2015. Do mesmo modo, nos três Estados-Membros, a SEOM beneficiou de serviços de assessoria em questões eleitorais, de democracia e de boa governança do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC).
9. O SEAC também efectuou missões de avaliação pré-eleitoral aos Estados-Membros onde se realizaram eleições com a finalidade de confirmar o seu nível de prontidão e preparação para a realização das eleições. Também foram realizadas missões de avaliação pós-eleitoral para determinar até que ponto os pleitos foram realizados em conformidade com as recomendações feitas nos relatórios da SEOM, de acordo com os Princípios e Directrizes da SADC que Regem a Realização de Eleições Democráticas. A previsão para 2017/18 indica que os Estados-Membros continuarão a abraçar práticas democráticas, a defender os princípios de integridade eleitoral, a boa governança, e continuarão a fortalecer as suas instituições democráticas.

2.2 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

2.2.1 Contexto Económico Mundial

2.2.1.1 Actividade Económica

10. Os impedimentos estruturais incontornáveis continuam a atrasar a recuperação económica global mais forte. Problemas estruturais persistentes, como o baixo índice de crescimento da produtividade e a alta taxa de desigualdade na renda, assim como as pressões crescentes em prol do favorecimento da adopção de políticas voltadas para o interior nas economias avançadas, ameaçam a integração económica global e a ordem económica global cooperativa que serviu tão bem a economia mundial, especialmente os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento.
11. De acordo com o Relatório sobre a Perspectiva da Economia Mundial (*World Economic Outlook*) do FMI, publicado em Abril de 2017, a taxa de crescimento global em 2016 abrandou para 3,1%, o que representa uma queda em relação à taxa de 3,4% registada em 2015. Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento continuaram a representar a maior fatia da taxa de crescimento mundial, pese embora o nível de desempenho entre os países tenha permanecido desequilibrado e, em geral, tenha sido mais fraco comparativamente às últimas duas décadas (vide Tabela 1 adiante).

Tabela 1: Principais Indicadores Macroeconómicos de Algumas Economias

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
World	5.3	2.7	-0.4	5.2	3.9	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.5	3.6
Advanced Economies	2.7	0.1	-3.4	3.0	1.7	1.5	1.4	1.8	2.1	1.7	2.0	2.0
Euro Area	3.0	0.4	-4.4	2.0	1.5	-0.6	-0.5	0.9	2.0	1.7	1.7	1.6
USA	1.8	-0.3	-2.8	2.5	1.8	2.8	2.2	2.4	2.6	1.6	2.3	2.5
EM & DE	8.7	5.8	3.1	7.5	6.2	4.9	5.0	4.6	4.2	4.1	4.5	4.8
China	14.2	9.6	9.2	10.4	9.3	7.7	7.8	7.4	6.9	6.7	6.6	6.2
India	9.8	3.9	8.5	10.5	6.3	3.2	6.9	7.2	7.9	6.8	7.2	7.7
Brazil	6.1	5.2	-0.3	7.5	2.7	0.9	2.7	0.1	-3.8	-3.6	0.2	1.7
SSA	7.1	5.7	2.6	5.6	5.5	4.9	5.2	5.0	3.4	1.4	2.6	3.5

Observação: (i) ME & ED significa Mercado Emergente e Economia em Desenvolvimento.
(ii) SSA significa África a Sul do Saara.

Fonte: *World Economic Outlook*, FMI, Abril de 2017

12. A taxa de crescimento nos Estados Unidos situou-se em 1,6% em 2016, o que significa uma queda em relação à taxa de 2,6% registada em 2015, devido, em grande parte, às incertezas em torno das eleições. No entanto, a taxa de crescimento subiu no último trimestre de 2016, como reflexo da flexibilização da política fiscal assumida e do aumento do nível de confiança, especialmente após as eleições de Novembro.
13. A recuperação na zona Euro não foi satisfatória, devido, grande parte, ao lento crescimento registado na Espanha e na Itália. A taxa de crescimento do PIB real abrandou, baixando de 4,2% em 2015 para 4,0% em 2016.
14. O crescimento nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento não foi uniforme. Apesar do contínuo suporte em matéria de políticas, a actividade económica na China diminuiu ligeiramente, passando de 6,9% em 2015 para 6,7% em 2016. De igual

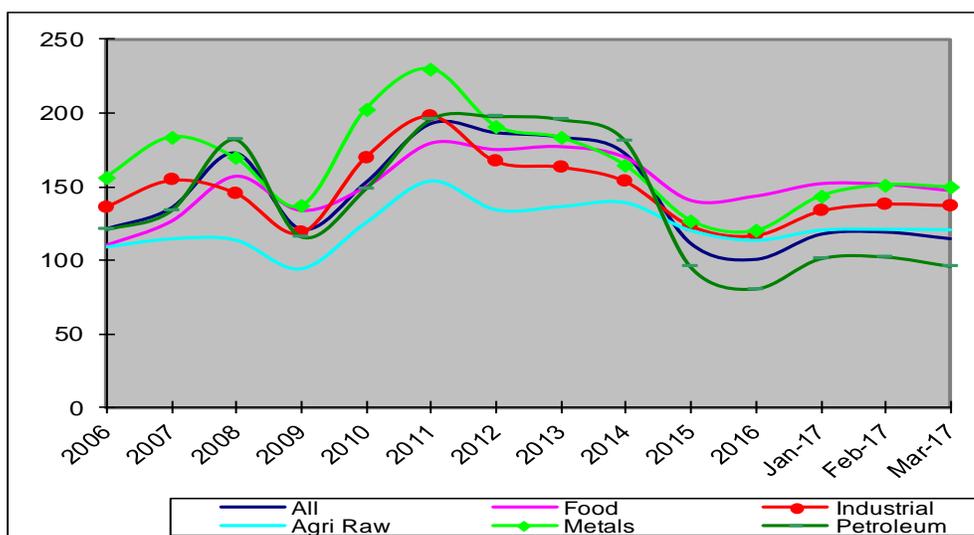
modo, a actividade económica na Índia abrandou, baixando de 7,9% em 2015 para 6,8% em 2016, devido, em grande parte, ao impacto da iniciativa do câmbio. Brasil continuou a sofrer uma profunda recessão, com o PIB real a quedar em 3,8% e 3,6% em 2015 e 2016, respectivamente.

15. A actividade económica na região de África a Sul do Saara decresceu profundamente, com o desempenho a atingir somente 1,4% em 2016, comparativamente à taxa de 5% atingida em 2015. Esta grande queda deveu-se, em grande medida, à baixa dos preços dos bens primários, aos problemas estruturais, como a falta de energia, e a factores relacionados com as alterações climáticas.

2.2.1.2 Evolução dos Preços dos Bens Primários

16. Os preços dos bens primários permaneceram, em grande medida, baixos durante a maior parte de 2016, com o índice global de todos os bens primários a decrescer em 10%, de 111 em 2015 para 100 em 2016 (ver Figura 1). Os preços baixos resultaram, em parte, da preocupação manifestada em relação à fraca robustez da procura mundial e à perda de apetite dos investidores por investimentos em bens primários. A queda dos preços do petróleo manteve-se significativa, caindo de uma média de 51 USD o barril em 2015 para uma média de 43 dólares o barril em 2016. No entanto, os preços do petróleo começaram a subir em Agosto de 2016, em parte, devido ao acordo alcançado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e outros produtores para reduzir os volumes de produção de petróleo. A actividade mais forte e as expectativas de uma demanda mundial mais robusta no futuro também contribuíram para o fortalecimento dos preços do petróleo.

Figura 1: FMI – Movimentos Registados nos Preços dos Bens Primários (2005 = 100, em dólares EUA)



Fonte: Base de Dados sobre a Perspectiva da Economia Mundial (*World Economic Outlook*) do FMI

17. Os preços dos bens não petrolíferos baixaram, porquanto os índices dos materiais industriais, metais e da matéria-prima agrícola decresceram em 5%, 6% e 6%, 124, 127 e 120 em 2015, para 117, 120 e 113 em 2016, respectivamente. Porém, registaram-se

melhorias marginais nos preços dos alimentos, com o índice de alimentos a aumentar 2%, de 141 em 2015 para 144 em 2016.

2.2.2 Desempenho da Economia Regional

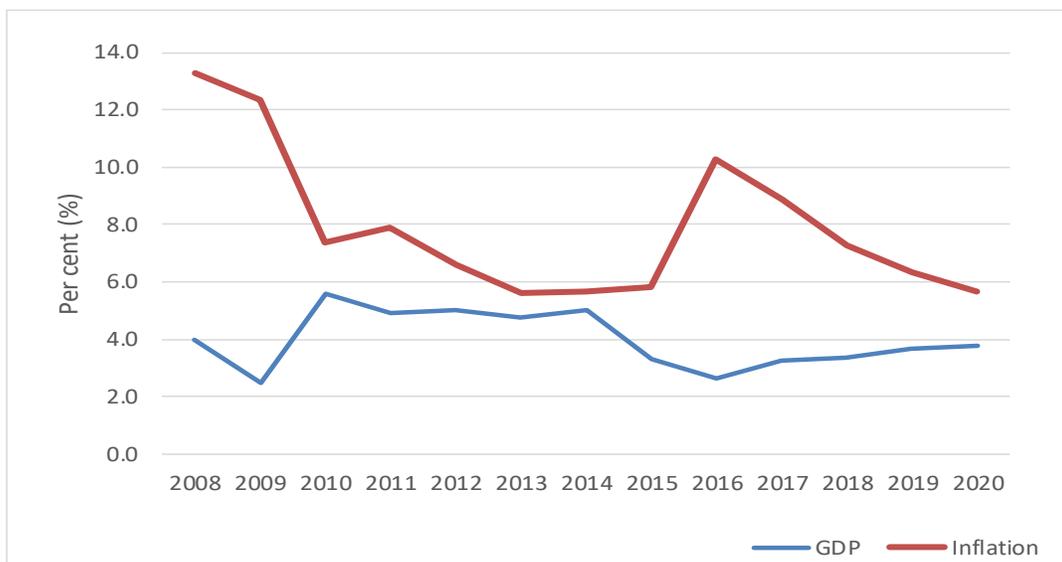
2.2.2.1 Contexto Geral

18. Dados disponíveis fornecidos pelos Estados-Membros em Março de 2017 e provenientes da base de dados sobre a Perspectiva da Economia Mundial do FMI (Abril de 2017), indicam que a tendência de redução da taxa de crescimento económico registada desde a crise económica mundial ocorrida em 2009 continuou em 2016, uma situação agravada ainda mais por choques decorrentes de factores relacionados com o clima e desastres naturais registados na região nos últimos anos. Os factores de agravamento dos custos, impulsionados, em grande parte, pela escassez de alimentos causada pela seca registada em algumas zonas da Região em 2015/16, resultaram no aumento da inflação na maior parte dos Estados-Membros em 2016. O espaço fiscal deteriorou-se e a dívida pública regista um franco crescimento. A posição externa da maioria dos Estados-Membros continuou a deteriorar-se e as taxas de câmbio diminuíram, como resultado, em grande parte, de dois factores fora do controlo dos Estados-Membros.
19. Em primeiro lugar, factores associados às alterações climáticas afectaram a Região, com alguns Estados-Membros a enfrentar um ciclo de secas, enquanto outros registaram inundações. O impacto imediato destas calamidades recaiu sobre as contas fiscais, numa altura em que os Estados-Membros aumentaram as despesas para efeitos de alívio e humanitários, bem como para a reabilitação de infra-estruturas destruídas. Em segundo lugar, a quebra dos preços das matérias-primas afectou a maioria dos Estados-Membros, resultando na redução de receitas, numa altura em que a procura de recursos para fins humanitários e de alívio era elevada.

2.2.2.2 PIB Real

20. O PIB real continuou a registar um abrandamento, atingindo uma média de 2,6% em 2016, comparativamente a 3,3% registado em 2015 (vide Figura 2). No entanto, se a taxa média de crescimento demográfico na Região de 2,3% for considerada, praticamente não se registou nenhum crescimento em 2016. Somente a República Unida da Tanzânia registou taxas de crescimento do PIB acima da meta regional de 7%. Os factores associados às alterações climáticas (secas e cheias), agravados pela queda dos preços das matérias-primas, contribuíram em grande medida para o abrandamento do crescimento do PIB real.

Figura 2: SADC - PIB Real, PIB per Capita e Inflação



Fonte: Estados-Membros, Março de 2017, e *World Economic Outlook* do FMI, Abril de 2017.

21. Consequentemente, o PIB per capita diminuiu 1,5% em 2016. Porém, esta queda foi modesta em comparação com a queda de 9,4% registada em 2015. Apenas cinco (5) Estados-Membros, designadamente, Botswana, RDC, Maurícias, Seychelles e Tanzânia, registaram um crescimento positivo do PIB per capita em 2016, comparativamente a apenas dois Estados-Membros, nomeadamente RDC e Malawi, em 2015;

2.2.2.3 Inflação

22. Os factores de agravamento dos custos, impulsionados, em grande parte, depreciação da moeda e pela escassez de alimentos resultante da seca registada em algumas zonas da Região em 2015/16, resultaram no agravamento da inflação na maior parte dos Estados-Membros em 2016. Dados provisórios indicam que a Região registou uma taxa média de inflação de 10,3% em 2016, comparativamente à taxa de 5,8% registada em 2015. Em 2015, com a excepção de Angola, Madagáscar, Malawi e Zâmbia, todos os Estados-Membros registaram uma taxa de inflação dentro da meta fixada entre 3% e 7%, enquanto, em 2016, apenas metade dos Estados-Membros, designadamente, Botswana, Madagáscar, Maurícias, África do Sul e Tanzânia, registaram uma taxa de inflação enquadrada na meta regional de entre 3% e 7%.
23. Zimbabwe continuou a registar uma tendência deflacionária (-2,4%, em 2015, e -1,5%, em 2016) devido à baixa procura agregada e à importação de produtos mais baratos comparativamente aos produtos produzidos localmente.

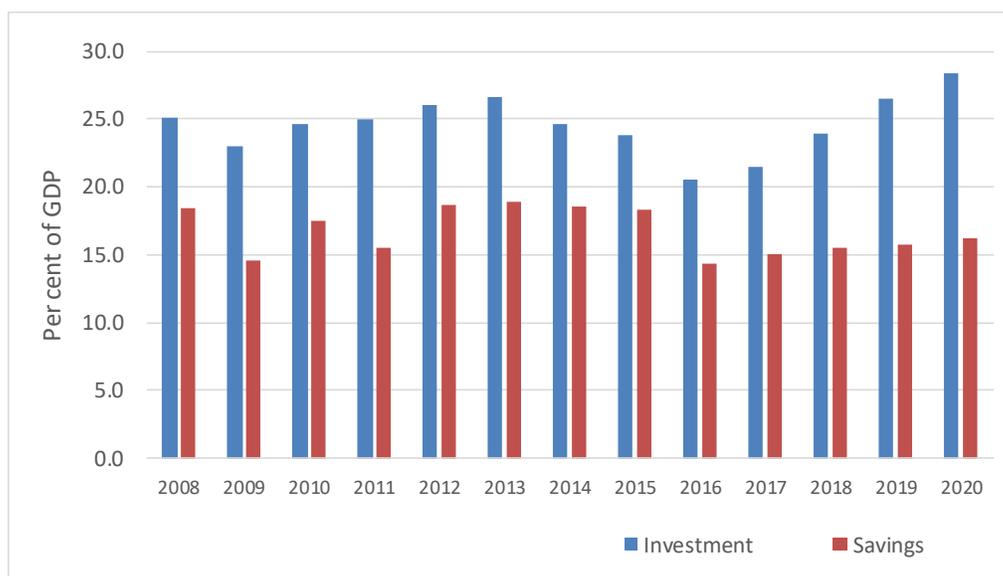
2.2.2.4 Poupança e Investimento Interno

24. Tanto o volume total médio do investimento como a poupança nacional bruta têm registado uma queda desde 2013. A Região registou um volume total de investimentos na ordem dos 21,5% do PIB, em 2015, uma redução de 23,8% do PIB registado em 2014. Apesar da queda registada em termos médios, Madagáscar, Maurícias e Suazilândia

registaram aumento no volume total de investimentos em 2015. Apenas três (3) Estados-Membros, designadamente, Seychelles, Tanzânia e Zâmbia, conseguiram atingir a meta regional de 30% do PIB em matéria de investimento (vide Figura 3).

25. No que concerne à poupança, a Região registou uma poupança nacional bruta média de 17,7% do PIB em 2015, rácio inferior à poupança nacional bruta de 18,4% do PIB registado em 2014. Apenas o Botswana, o Lesoto e a Zâmbia alcançaram a meta regional de 30% do PIB em 2015. Botswana, Lesoto e Zâmbia também foram os únicos Estados-Membros que atingiram a meta regional de 30% em 2014.

Figura 3: Poupança Nacional e Investimento Total (% do PIB)



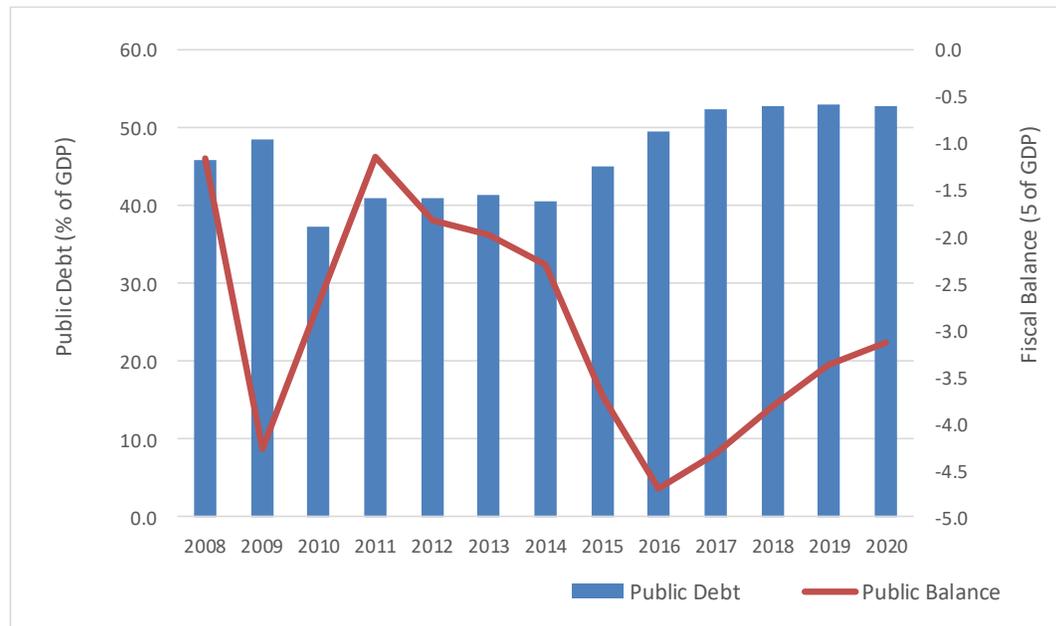
Fonte: Estados-Membros, Março de 2017, e Perspectiva da Economia Mundial (WEO) do FMI, Abril de 2017.

2.2.2.5 Sector Fiscal

26. O fraco desempenho económico resultou na redução das receitas públicas, uma situação que, por seu turno, condiciona as posições da balança fiscal face ao aumento da despesa em apoio aos esforços de auxílio e humanitários. As receitas públicas caíram de uma média de 26,7% do PIB, em 2015, para uma média de 24,9% do PIB, em 2016. Não obstante, a despesa pública permaneceu quase inalterada, ou seja, 30,5% do PIB, em 2015, e 30,1% do PIB, em 2016.
27. O espaço fiscal para a maioria dos Estados-Membros foi esgotado em 2016. Prevê-se que a Região tenha registado um défice fiscal de 4,7% do PIB, em 2016, comparativamente ao défice de 3,7% do PIB registado em 2015. Apenas quatro Estados-Membros, nomeadamente RDC, Lesoto, Maurícias e Seychelles, alcançaram a meta de défice fiscal regional de 3% do PIB, em 2016, comparativamente a cinco Estados-Membros, nomeadamente Angola, Botswana, RDC, Madagáscar e Seychelles, em 2015.
28. Por conseguinte, a dívida pública agravou-se em quase todos os Estados-Membros. Prevê-se que a Região tenha registado uma dívida pública de 49,5% do PIB, em 2016,

comparativamente a 45,1% do PIB registada em 2015. Todos os Estados-Membros, à excepção das Maurícias, Moçambique e Seychelles, atingiram a meta da dívida pública regional de 60% do PIB, tanto em 2015 como em 2016 (vide Figura 4).

Figura 4: SADC – Défice Fiscal e Dívida Pública (% do PIB)



Fonte: Estados-Membros, Março de 2017, e Perspectiva da Economia Mundial (WEO) do FMI, Abril de 2017.

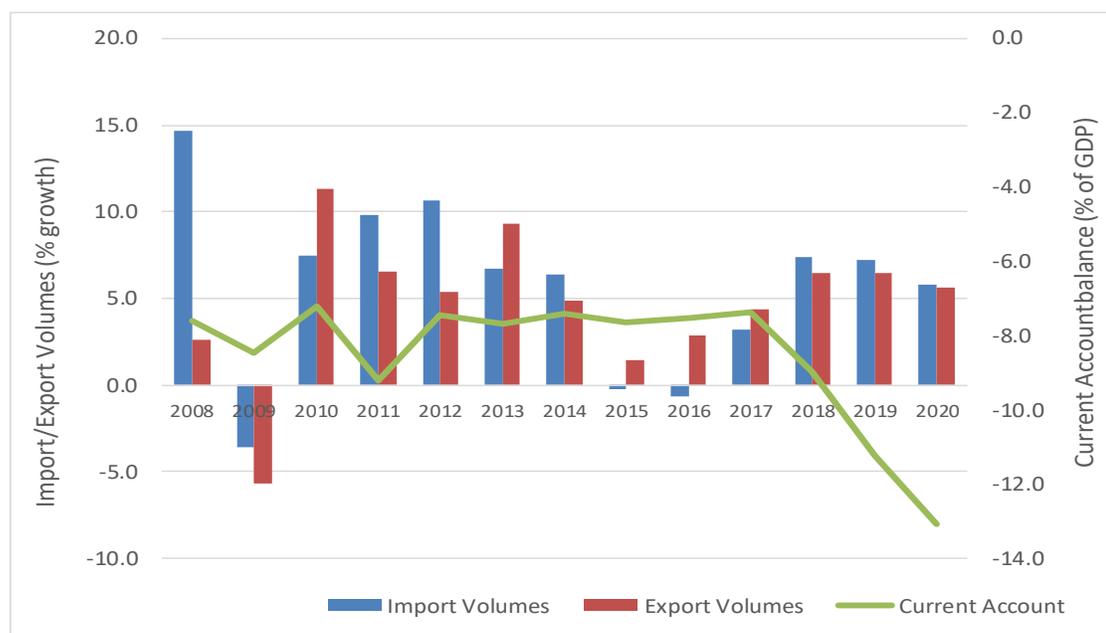
2.2.2.6 Sector Externo

29. Em geral, o desempenho do sector externo permaneceu insatisfatório em 2016, devido à queda dos preços dos bens primários. Os volumes das exportações aumentaram ligeiramente 2,9%, em 2016, comparativamente ao aumento de 1,4%, registado em 2015. Os volumes das importações baixaram 0,6%, em 2016, comparativamente ao declínio de 0,3% registado em 2015.
30. Em termos de valor, o Relatório sobre a Evolução Económica Recente na SADC, elaborado pelo Banco das Maurícias para o Comité dos Governadores dos Bancos Centrais (CCBG), indica que as exportações de bens da SADC diminuíram 7,8%, passando de 165,4 mil milhões de dólares americanos em 2015 para 152,5 mil milhões em 2016. As exportações efectuadas pela África do Sul e Angola foram responsáveis por duas maiores percentagens dessas exportações, ou seja, 49% e 18% do total das exportações registadas em 2016, respectivamente. As percentagens individuais de todos os restantes Estados-Membros situaram-se no intervalo de 1% a 7% do total das exportações da SADC. As exportações intra-SADC elevaram-se a 35,8 mil milhões de USD em 2016, representando 23,5% das exportações totais da Região da SADC, valor mais alto que os 22,8% registados em 2015.
31. Os valores correspondentes ao volume total das importações de bens baixaram 13,1%, passando de 189,6 mil milhões de USD, em 2015, para 164,8 mil milhões de USD, em 2016. As importações feitas pela África do Sul e Angola, em 2016, tiveram percentagens

de 45% e 17% do total das importações da SADC, respectivamente. As percentagens individuais de todos os Estados-Membros situaram-se no intervalo de 1-6% do total das importações da SADC. As importações intra-SADC elevaram-se a 30,8 mil milhões de USD em 2016, representando 18,7 por cento das importações totais da Região da SADC, valor ligeiramente mais alto que os 17,8 por cento registados em 2015. Consequentemente, o volume do comércio intra-SADC aumentou de forma muito moderada, passando de 20,1%, em 2015, para 21,0%, em 2016. Comparativamente à Europa e à Ásia, onde o comércio intra-regional é superior a 60%, o actual volume do comércio intra-SADC permanece inadequado, retardando, de forma significativa, o processo de integração regional. Nestas circunstâncias, a Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC (2015-2063), lançada em Abril de 2015, surge no momento oportuno para os Estados-Membros responderem à situação.

32. Consequentemente, o défice da conta corrente da Região situou-se, em média, em 7,5% do PIB, em 2016, comparativamente à média de 7,6% do PIB registada em 2015. Todos os Estados-Membros, à excepção do Malawi, Moçambique, Namíbia e Seychelles, registaram défices da conta corrente inseridos na meta regional de 9% do PIB, em 2016. Em 2015, todos os Estados-Membros, à excepção de Angola, Malawi, Moçambique, Namíbia e Seychelles, registaram défices da conta corrente inseridos na meta regional (vide Figura 5).

Figura 5: SADC – Volumes de Exportações e Importações e Saldo da Conta Corrente



Fonte: Estados-Membros, Março de 2017, e Perspectiva da Economia Mundial (WEO) do FMI, Abril de 2017.

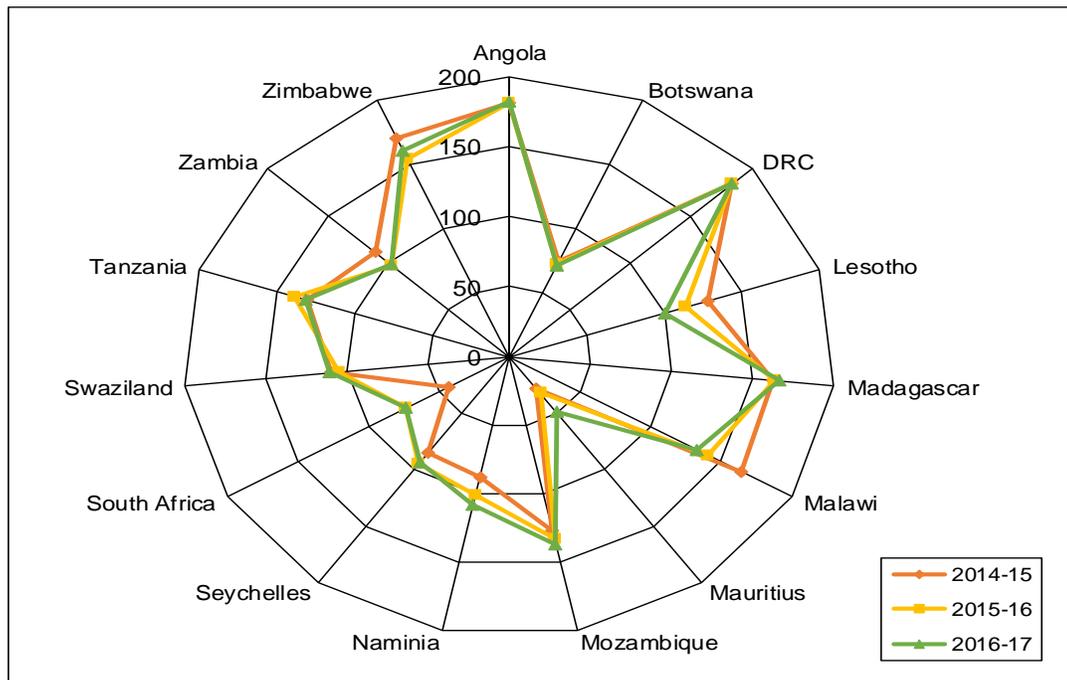
33. Em termos de reservas externas, houve uma ligeira melhoria da cobertura média das importações da SADC, de 5,1 meses de importações em 2015, para 5,2 meses de importações em 2016. Botswana registou o maior volume de reservas internacionais da SADC, comandando uma cobertura de 17,5 meses de importações, seguido de Angola,

com 10,5 meses e Maurícias, com 9,3 meses. Os outros Estados-Membros não respeitaram o critério de 6 meses de cobertura das importações, tendo alguns sido incapazes de cumprir os 3 meses de referência de cobertura das importações estipulados pelo FMI.

2.2.2.7 Ambiente de Negócios

34. Dados do *Ranking* 'Facilidade de Fazer Negócio' do Banco Mundial em 2016-17 indicam que a Região da SADC está a dar passos na melhoria do ambiente de negócios e da sua competitividade em geral, embora o desempenho durante o ano em análise tenha sido diferenciado, reflectindo as diferenças do cenário macroeconómico dos Estados-Membros. Mais de metade dos Estados-Membros ficou no *ranking*, enquanto alguns apresentaram melhorias constantes na classificação em matéria de facilidade de fazer negócios.
35. O desempenho em relação à facilidade de fazer negócios indica que Botswana, Lesoto, Malawi, Seychelles e Tanzânia melhoraram a sua classificação, onde Lesoto, Malawi e Tanzânia subiram catorze, oito e sete lugares, respectivamente. Por outro lado, Maurícias baixou dezessete lugares, do 32.º lugar que ocupava em 2015/16, enquanto Suazilândia e Zimbábue caíram seis lugares, de 105 e 155 que ocupavam em 2015/16, respectivamente. Porém, Botswana, Lesoto, Maurícias, Seychelles, África do Sul e Zâmbia continuaram a ser os únicos Estados-Membros posicionados dentro do primeiro escalão de 100 lugares (vide Figura 6).

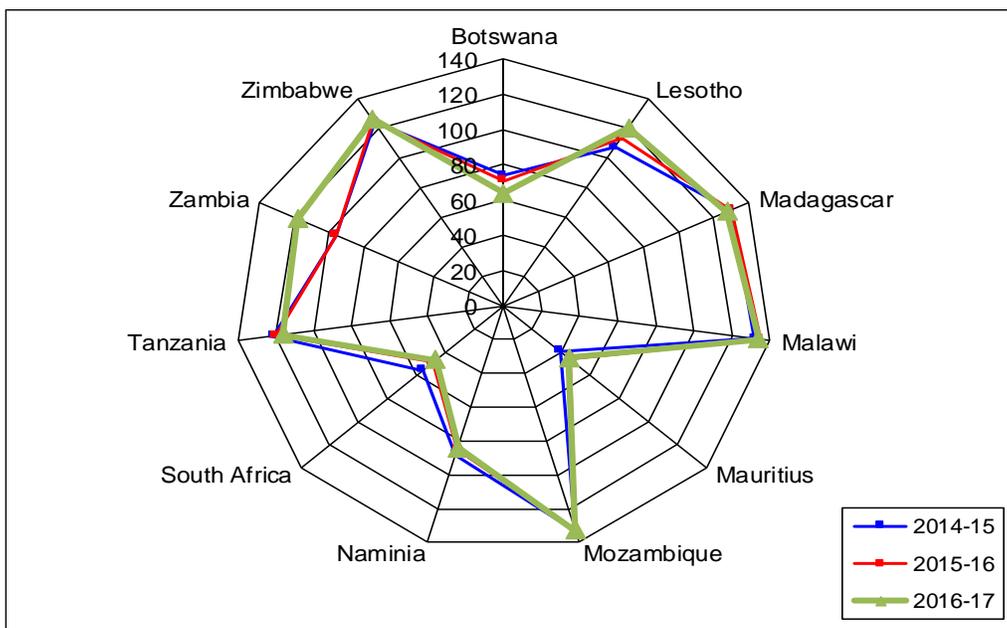
Figura 6: SADC – Classificação em termos de facilidade de fazer negócios



Fonte: Classificação em matéria de “Facilidade de Fazer Negócio” do Banco Mundial, 2016/17.

36. O quadro em termos de melhoria do ambiente de negócios é o mesmo se considerarmos o Índice de Competitividade Global (ICG) do Fórum Económico Mundial, embora o ICG indique o registo de algumas melhorias em alguns aspectos (vide Figura 7). O ICG mede a competitividade de uma economia considerando todos os factores, desde os factores básicos que lhe permitem ser competitiva até aos factores que lhe tornam eficiente e inovadora.

Figura 7: Classificação - Índice de Competitividade Global



Fonte: Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial, 2016-17.

37. Sete Estados-Membros melhoraram a sua classificação no ICG, nomeadamente Botswana, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul e Tanzânia. Dois Estados-Membros (Botswana e Tanzânia) demonstraram melhorias excepcionais, através da subida de sete e quatro lugares, de 71 e 120 em 2015-16 para 64 e 116 em 2016/17, respectivamente. No entanto, Lesoto e Zâmbia caíram na classificação, baixando 7 e 22 lugares, de 96 e 113 em 2015/16 para 118 e 113 em 2016/17, respectivamente.
38. Maurícias, África do Sul e Botswana permanecem os melhores classificados da Região. O aumento da adopção de TIC, especialmente a oferta de maior largura de banda da Internet e as melhorias registadas na inovação, continuam a fazer da África do Sul a economia mais inovadora da região. África do Sul também tem o mercado financeiro mais eficiente do continente e beneficia de um mercado de mercadorias consistente, fomentado por uma forte concorrência interna e uma infra-estrutura de transporte eficiente. Por outro lado, as Maurícias pararam a queda que ocorreu em 2015/16 como

resultado da diminuição da eficiência da força de trabalho e dos mercados financeiros. Maurícias subiu um lugar, de 46 em 2015/16 para 45 em 2016/17.

2.3 PERSPECTIVAS PARA 2017 E A MÉDIO PRAZO

39. As perspectivas económicas a médio prazo são moldadas por diversos factores que estão a ganhar relevo ao nível mundial e regional. Espera-se que o impulso ganho pela economia mundial no quarto trimestre de 2016 persista alicerçado por mercados financeiros dinâmicos e por uma recuperação cíclica há muito aguardada na indústria transformadora e no comércio. O volume de actividades deverá aumentar acentuadamente nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, uma vez que se espera uma melhoria gradual nas condições experimentadas pelos exportadores de produtos de base afectados por dificuldades macroeconómicas, apoiada pela recuperação parcial dos preços dos bens primários, enquanto se projecta que o nível de crescimento continue forte na China e em muitos outros importadores de produtos de base. Mas os riscos a jusante permanecem, incluindo o baixo crescimento da produtividade e a acentuada desigualdade na renda, assim como as pressões exercidas nos países desenvolvidos em defesa de políticas orientadas para interior.
40. Espera-se que o registo de melhorias nos mercados de produtos de base sirva de alicerce para as perspectivas de crescimento a curto e médio prazo. Os preços da maioria dos produtos industriais deverão melhorar ainda mais, uma tendência notada no primeiro trimestre de 2017, enquanto os preços mundiais dos produtos agrícolas deverão permanecer estáveis. Prevê-se que os preços do petróleo bruto aumentem para uma média de 55 dólares o barril em 2017, comparativamente a 43 dólares o barril registado em 2016, reflectindo um equilíbrio de forças: pressão ascendente sobre os preços resultante dos cortes na produção acordados pelos países produtores membros e não-membros da OPEP, e pressão descendente causada por existências persistentemente elevadas, suportada pela recuperação a um ritmo mais rápido do que o esperado da indústria de xisto betuminoso dos EUA. Prevê-se que os preços dos metais aumentem 16%, como resultado da grande procura na China e de várias restrições na oferta, incluindo greves laborais e litígios contratuais no caso do cobre, e políticas ambientais e de exportação no que respeita ao níquel. Os preços dos produtos de base agrícolas, que apreciaram no primeiro trimestre de 2017, deverão permanecer, em geral, estáveis em 2017, com as subidas moderadas nos óleos e refeições e matérias-primas a serem compensados pela queda de preços de cereais e bebidas.
41. A nível regional, as condições climáticas favoráveis registadas na maioria das zonas em 2016/17 resultarão no aumento da produção agrícola, o que resultará na melhoria do abastecimento de produtos alimentares, contendo assim as pressões nos preços na região. De igual modo, esta melhoria assegurará o abastecimento estável de matérias-primas agrícolas à indústria de agro-processamento. No entanto, esta melhoria esperada deverá ocorrer no contexto de uma série de factores naturais e climáticos como o surto da lagarta invasora, os efeitos do fenómeno *El Nino* e terremotos.
42. Até meados de Fevereiro de 2017, cerca de 223 mil hectares haviam sido afectados pela lagarta invasora na Zâmbia, dos quais cerca de 90 mil hectares eram de milho; 17.000 hectares no Malawi; 50.000 hectares de milho e painço na Namíbia; e até 130 mil hectares no Zimbábue. Moçambique foi atingido pelo Ciclone Dineo, que afectou 551.000 pessoas e causou a perda de 7 vidas, destruiu total ou parcialmente mais de 33.000 hectares de terras e 71.294 casas, e danificou 389 edifícios governamentais, 70 centros de saúde e

1.687 salas de aula. Zimbabwe foi afectado por inundações que provocaram a morte de 246 pessoas, deixaram cerca de 2.000 pessoas sem-abrigo, e danificaram 2.579 habitações e 74 estabelecimentos de ensino. Madagáscar foi afectado pelo ciclone *Enawo*, que causou inundações no nordeste do país, resultando na morte de 51 pessoas, 21 desaparecidas, cerca de 238 feridos, 328.972 pessoas sem habitação, 37.988 casas destruídas, adicionado cerca de 78.895 pessoas à população já deslocada de 153.561 pessoas. A Namíbia registou inundações devido às fortes chuvas que caíram na região do norte do país, nomeadamente Omusati, Oshana, Ohangwena e Zambeze. Só na região de Omusatin foram fechadas mais de 20 escolas por causa das inundações. Tanzânia também foi afectado por um terremoto, enquanto uma das ilhas remotas das Seychelles foi afectada por um furacão.

43. Tendo em vista o que precede, a taxa de crescimento da produção mundial deverá situar-se em 3,5% em 2017, aumentando para 3,6% em 2018. Em 2017, a taxa de crescimento nas economias avançadas deverá aumentar ligeiramente para 2%, devendo permanecer no mesmo nível em 2018. Os Estados Unidos continuarão a liderar esta tendência de crescimento, atingindo uma taxa de 2,3% em 2017 e 2,5% em 2018. O ritmo de crescimento na zona Euro deverá permanecer baixo, com a taxa a situar-se em 1,7%, em 2017 e 1,6% em 2018.
44. Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento continuarão a contribuir para o crescimento global, com seu nível de crescimento geral a registar uma melhoria, de 4,1% em 2016 para 4,8% em 2018. Espera-se que Brasil e Rússia registem taxas de crescimento positivo ligeiros a médio prazo em comparação com as taxas de crescimento negativas registadas nos últimos três anos. Relativamente a África a Sul do Saara, projecta-se o registo de uma melhoria em 1,2%, subindo de 1,4% registada em 2016 para 2,6% em 2017, com uma subida adicional para 3,5% em 2018.
45. O nível de crescimento económico na Região da SADC deverá aumentar, em média, 3,3% em 2017, uma melhoria comparativamente a 2,6% registado em 2016. Nenhum dos Estados-Membros deverá alcançar a meta regional de 7% de crescimento do PIB real em 2017. Contudo, prevê-se um forte crescimento na Tanzânia, situado ligeiramente abaixo de 7%. Prevê-se uma ligeira melhoria do PIB per capita da Região subindo de 3.602 USD, em 2016, para 3.801 USD, em 2017.
46. Projecta-se que a poupança regional se situe em 15% do PIB em 2017, o que representa uma melhoria comparativamente a 14,4% do PIB registada em 2016. Espera-se que apenas Botswana e Zâmbia registem um volume de poupanças brutas nacionais acima da meta regional de 30% do PIB. No que refere ao investimento total, espera-se que a Região registre uma ligeira melhoria, passando de 20,6% do PIB, registado em 2016, para 21,5% do PIB em 2017, devendo apenas o Botswana, Moçambique e Zâmbia registar um volume total de investimentos acima de 30% do PIB, em 2017.
47. Perspectiva-se que a inflação regional venha a baixar para 8,9% em 2017 comparativamente a 10,3% registada em 2016. Todos os Estados-Membros, à excepção de Angola, RDC, Malawi, Moçambique, Suazilândia e Zâmbia, deverão atingir uma taxa de inflação dentro do intervalo fixado como meta de 3 a 7% em 2017.
48. Prevê-se que o défice fiscal regional registre uma ligeira melhoria, passando de 4,7% do PIB em 2016 para 4,3% do PIB em 2017. Espera-se que quatro (4) Estados-Membros, nomeadamente RDC, Lesoto, Maurícias e Seychelles, atinjam a meta de défice fiscal

regional de menos de 3% do PIB. A dívida pública média regional deverá deteriorar-se ainda mais, passando de 49,5% do PIB registada em 2016, para 52,3% do PIB, em 2017. Prevê-se que, com a excepção de Angola, Maurícias, Moçambique, Seychelles e Zimbabwe, todos os restantes Estados-Membros registem uma dívida pública inferior a 60% do PIB.

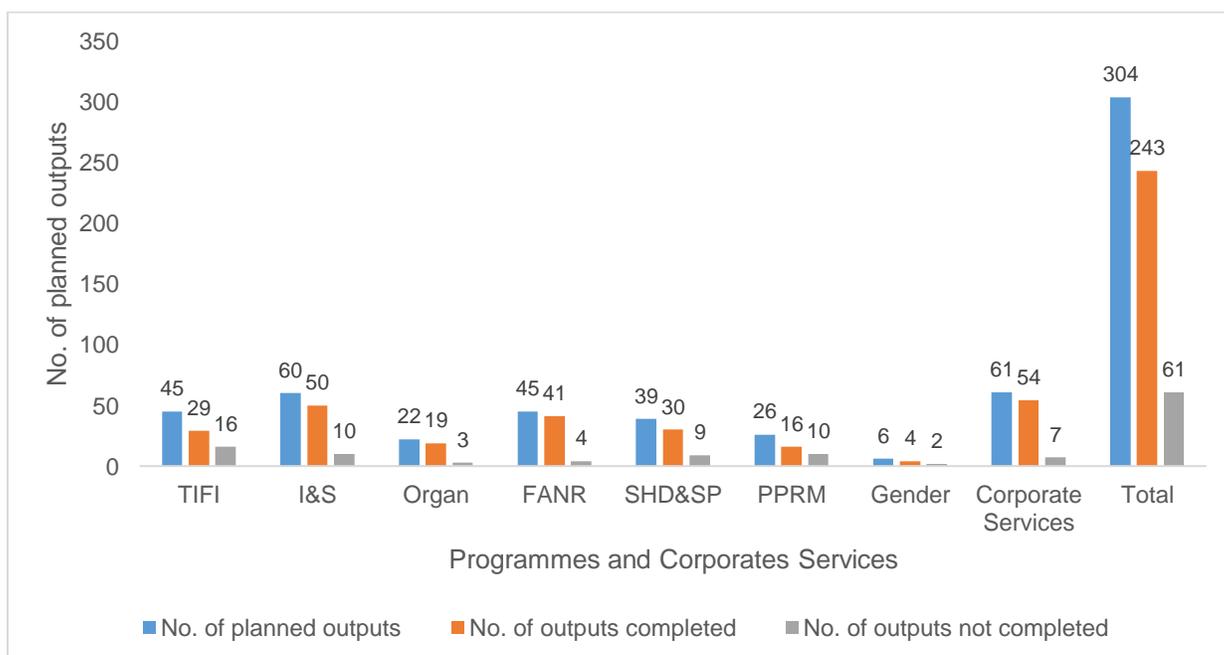
49. No sector externo, os volumes das importações de bens e serviços para a Região deverão aumentar na ordem de 3,2% em 2017, o que representa uma melhoria comparativamente à queda de 0,6% registada em 2016. Em termos de volumes de exportações, a Região deverá registar um aumento de 4,4%, em 2017, comparativamente ao aumento na ordem de 2,9%, registado em 2016. Prevê-se que a balança da conta corrente seja de 7,4% do PIB, em 2017, uma taxa quase igual à registada em 2016, situada em 7,5% do PIB.

3.0 IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

1. O exercício de 2016/17 marcou o primeiro ano de implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) Revisto, 2015-2020, que foi aprovado pela Cimeira Extraordinária de Abril de 2015, em Harare, no Zimbabwe. Os objectivos estratégicos do RISDP Revisto são:
 - (i) Desenvolvimento industrial, integração comercial e cooperação financeira sustentáveis;
 - (ii) Infra-estruturas regionais melhoradas e integradas;
 - (iii) Maior cooperação nas áreas da paz e segurança;
 - (iv) Maior capacidade humana para o desenvolvimento socioeconómico.

2. Para contribuir para o alcance dos objectivos supra, que são centrais para a cooperação e integração regionais, em 2016/17, o Secretariado, em colaboração com os seus parceiros, facilitou a coordenação e materialização de 304 resultados intermédios e metas em todos os Programas Sectoriais e Serviços de Apoio Institucional. Dos 304 resultados intermédios planeados, 243 referiam-se a programas sectoriais e os restantes 61 a serviços de apoio institucional. O desempenho geral, conforme está ilustrado na Figura 8, indica que, dos 304 resultados intermédios planeados, 243 (80%) foram alcançados e 61 (20%) não foram alcançados; sendo 189 (78%) dos resultados intermédios alcançados referentes aos Programas Sectoriais e 54 (89%) referentes aos Serviços de Apoio Institucional.

Figura 8: Resultados intermédios planeados e ponto de situação da implementação a nível de Programas e Serviços Institucionais em 2016/17



3. Os resultados intermédios que não foram alcançados nos termos planeados em 2016/17 estão a ser executados como parte do Plano Operacional de 2017/18, nos casos em que hajam recursos, ou foram diferidos para os anos subsequentes nos casos de indisponibilidade de recursos. Nas secções subsequentes apresenta-se um resumo das principais realizações conseguidas durante o ano em análise e a sua contribuição para o alcance dos resultados previstos no RISDP Revisto.

3.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS

3.1.1 Desenvolvimento Industrial

4. Em 2016/17, prosseguiram as acções visando o alcance dos principais marcos previstos na Estratégia e Roteiro para a Industrialização, nos termos definidos no Quadro de Implementação do RISDP Revisto (2015-2020). Em Julho de 2016, o Grupo de Trabalho Ministerial (MTF) para a Integração Económica Regional notou o progresso alcançado na elaboração do Plano de Acção Orçamentado para a Estratégia e remeteu o documento aos Estados-Membros para mais consultas a nível nacional.
5. Na sequência das consultas efectuadas a nível nacional, foram convocadas, em Novembro de 2016, reuniões dos operadores do sector privado e dos Altos Funcionários do Grupo de Trabalho Ministerial para a obtenção dos seus contributos ao Projecto de Plano de Acção revisto. O Plano de Acção foi aprovado pela Cimeira em Março de 2017, na sequência da recomendação feita pelo Grupo de Trabalho Ministerial aquando da sua reunião havida à margem da Sessão do Conselho em Março de 2017. O Plano de Acção descreve em detalhe as principais intervenções, organizadas com base nos três pilares da Estratégia, designadamente, industrialização, competitividade e integração regional, e enumera as actividades necessárias assim como os principais factores facilitadores que devem ser concretizados para despoletar as potencialidades de desenvolvimento industrial. Os próximos passos são o lançamento do Plano de Acção em todos os Estados-Membros, incluindo o cálculo dos custos inerentes ao nível nacional.
6. Os sectores de extracção mineira e farmacêutico foram caracterizados e identificadas as áreas potenciais para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais. O exercício de caracterização da indústria de beneficiação de minérios identificou, entre outros, as seguintes áreas com potencial para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais:
 - (i) Cadeia de Valor de Produção de Energia Mineral (o carvão, o petróleo e o gás podem ser usados para geração de energia, bem como para a fabricação de polímeros);
 - (ii) Cadeia de Valor de Minerais Ferrosos (minério de ferro, zinco, cromo, níquel, manganês, tungsténio, para a produção de aço);
 - (iii) Cadeias de Valor de Metais de Base (cobre e alumínio podem ser usados para o fabrico de produtos que podem ser usados nos processos da indústria transformadora e de desenvolvimento de infra-estruturas);
 - (iv) Cadeia de Valor de Adubos Minerais (o nitrogénio proveniente do carvão e gás, o fosfato e o potássio podem ser usados para produzir adubos);
 - (v) Cadeia de Valor do Cimento (os recursos de pedra calcária podem ser usados para produzir cimento).

7. O exercício de caracterização do do sector farmacêutico resultou na identificação das seguintes áreas com potencialidades para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais:
 - (i) Cadeia de valor de medicamentos anti-retrovirais (ARV);
 - (ii) Cadeia de Valor de medicamentos contra a tuberculose;
 - (iii) Cadeia de valor de Artemisinina;
 - (iv) Cadeia de valor de preservativos;
 - (v) Cadeia de valor de redes mosquiteiras.
8. É necessário realizar mais trabalho de caracterização dos sectores mineral e farmacêutico. Para o sector mineral, esse trabalho incluirá o mapeamento detalhado da cadeia de valor de cada produto / mineral e o desenvolvimento de estratégias regionais de promoção das cadeias de valor. No que respeita ao sector farmacêutico, devem ser efectuados estudos de viabilidade detalhados em cada cadeia de valor identificada e conceber projectos passíveis de atrair financiamento de investidores ou instituições de financiamento para o desenvolvimento.
9. Foi criada no Secretariado a Direcção de Desenvolvimento Industrial e Comércio para fortalecer o quadro institucional para assegurar a execução efectiva da Estratégia e o Plano de Acção para a Industrialização da SADC, 2015-2063.

3.1.2 Integração dos Mercados

10. Em termos de liberalização do comércio de mercadorias, 10 Estados-Membros, nomeadamente Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Zâmbia e os Estados-Membros da SACU, concluíram a eliminação gradual das tarifas pautais aplicáveis à Categoria C. A República das Seychelles aderiu ao Protocolo sobre Trocas Comerciais em Junho de 2015 e iniciou a implementação das suas obrigações ao abrigo da Zona de Comércio Livre da SADC. O Comité dos Ministros do Comércio considerou três pontos permanentes na sua agenda, relacionados com pedidos propostas de Estados-Membros que ainda têm compromissos tarifários pendentes ou que solicitaram uma derrogação na implementação das suas obrigações pautais. As decisões finais sobre os pedidos e propostas ainda não foram tomadas.
11. Prosseguem as negociações sobre o comércio de serviços. Até à presente data, 14 Estados-Membros apresentaram as suas ofertas relativas aos primeiros quatro (4) sectores prioritários, nomeadamente serviços financeiros, turismo, transportes e comunicações. Das ofertas apresentadas, foram concluídas negociações técnicas relativas a 9 (apresentadas pela RDC, Lesoto, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia) feitas nos quatro sectores prioritários e compromissos intersectoriais (horizontais), incluindo a circulação de pessoas singulares (Modo 4). As negociações estão prestes de chegar ao fim no que respeita às ofertas apresentadas pelo Botswana, Malawi e África do Sul, mas prosseguem as relacionadas com as apresentadas pela Namíbia e Zimbábue. Angola ainda não apresentou a sua oferta, esperando-se que o faça na sequência de iniciativas recentes levadas a cabo, incluindo a prestação pelo Secretariado da assistência técnica solicitada a este respeito.
12. Em termos de melhoria da qualidade, os padrões e da competitividade de bens e serviços, foram alcançados os seguintes resultados:

- (i) a Comissão da SADC para a Cooperação em Matéria de Normalização (SADCSTAN) harmonizou onze (11) normas sobre o pescado para uso no comércio de peixe na região;
- (ii) foi finalizada a Metodologia de Equivalência para a harmonização de regulamentos técnicos, o que representa um avanço importante, pois facilitará a harmonização mais fácil e rápida de regulamentos técnicos, reduzindo consideravelmente a probabilidade de ocorrência de BNT;
- (iii) as entidades reguladoras de 7 Estados-Membros beneficiaram de capacitação no domínio da abordagem regional à Avaliação do Impacto da Regulamentação, o que permitirá a harmonização da forma como a regulamentação é elaborada e aplicada em toda a região;
- (iv) o Concurso de Qualidade recebeu 21 inscrições do sector privado em 2016/17, o que mostra que um número cada vez maior de empresas está a considerar mais fácil e benéfico aplicar normas nas suas operações diárias;
- (v) com um número cada vez crescente de empresas do sector privado a aplicar normas, o trabalho e a necessidade do Sistema de Acreditação da SADC (SADCAS) aumentam, pois a acreditação já se tornou essencial para o acesso aos mercados internacionais. Mais 22 Inspectores-Chefes e Técnicos foram qualificados para o trabalho de registo na SADC em 2017;
- (vi) foi viabilizada a criação de capacidade e a instalação de autoridades nacionais de notificação e de balcões de informações nacionais em todos os Estados-Membros, a fim de assegurar o cumprimento da cláusula de transparência do Acordo sobre SPS da OMC;
- (vii) decorre o processo de instalação de um sistema de regional de alerta prévio e resposta rápida sobre SPS para responder a situações de invasões de pragas, como a lagarta invasora (*Spetoptera frugiperda*) e o bicho-mineiro das folhas do tomateiro (*Tuta absoluta*).

13. O Acordo de Parceria Económica (APE entre a UE e a SADC, que criou uma zona de comércio livre (ZCL) entre a UE e seis Estados Partes no APE da SADC (Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Suazilândia), entrou em vigor em Outubro de 2016, na sequência da sua assinatura em Junho de 2016 e ratificação até Setembro de 2016. O sétimo Estado Parte no EPA da SADC, Angola, continua como observador. A primeira Comissão do Comércio e Desenvolvimento (uma comissão mista composta por Altos Funcionários) foi estabelecida em Fevereiro de 2017 e, entre outras medidas, adoptou seu Regulamento Interno, conferiu mandato para o início da implementação do Acordo e o estabelecimento de estruturas técnicas para a sua execução.

14. Todos os Estados-Membros elegíveis elaboraram e apresentaram os seus pedidos de financiamento a projectos no quadro do Fundo de Apoio a Actividades Relacionadas com o Comércio (TRF), com a maioria das intervenções focalizadas no desenvolvimento industrial e na maior integração do mercado, através da eliminação das barreiras não pautais induzidas por lacunas críticas nas operações aduaneiras. Os projectos enquadram-se nas prioridades de integração da SADC e na agenda de implementação

do APE. O processo incluiu a avaliação administrativa e técnica dos projectos apresentados, conforme se estatui nas Linhas de Orientação Operacionais do Fundo, para efeitos de celebração de Acordos de Financiamento dos projectos no quadro do TRF. Os projectos aprovados para efeitos financiamento de 12 Estados-Membros elegíveis da SADC no âmbito do TRF estão avaliados em 22,8 milhões de euros.

3.1.3 Integração dos Mercados Financeiros

15. O Sistema Electrónico Regional Integrado de Liquidação da SADC (SIRESS) foi inicialmente lançado em quatro países da Zona Monetária Comum, ou seja, África do Sul, Namíbia, Lesoto e Suazilândia, em Julho de 2013, para efectuar pagamentos transfronteiriços, no lugar do uso do sistema de pagamento através de bancos correspondentes. Até à presente data SIRESS foi implementado em 14 Estados-Membros. Estão em curso esforços visando garantir que o último Estado-Membro (Madagáscar) adira ao SIRESS em breve.
16. Até finais de Março de 2017, o SIRESS tinha sido usado para efectuar 712.099 transacções, no valor de 3,1 triliões de Randes. Actualmente, participam no SIRESS 83 bancos, incluindo bancos centrais.
17. Estão em curso discussões para se transformar o SIRESS num sistema de compensação de pagamentos multdivisa no qual todas as moedas da SADC, incluindo o dólar americano, serão usadas para efectuar transacções no sistema. Foram também avançadas propostas no sentido de se considerar a inclusão do Yuan chinês no sistema. Também existe a necessidade de alargar o sistema de pagamentos de modo a contemplar transacções de baixo valor como forma de promover a inclusão financeira. Também estão em curso esforços visando registar o SIRESS como sistema de compensação electrónica oficial da SADC na região.

3.1.4 Financiamento para o Desenvolvimento

18. No que diz respeito à preparação de projectos, o Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF da SADC) continua a apoiar os Estados-Membros no fortalecimento da conectividade da infra-estrutura regional, fornecendo subvenções para a preparação e desenvolvimento de projectos regionais de infra-estrutura transfronteiriços nos sectores de energia, transportes, TIC e águas transfronteiriças. Este mecanismo apoia directamente os esforços de integração e industrialização da região, bem como o comércio de bens e serviços, e ajuda a melhorar a qualidade de vida das populações, mediante a melhoria do acesso a serviços de infra-estrutura - electricidade, transportes, comunicações e água.
19. O PPDF, actualmente financiado pela União Europeia e o KfW e hospedado pelo Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), apoia os Estados-Membros da SADC na realização de estudos de viabilidade, projectos técnicos e de engenharia, estudos de avaliação do impacto ambiental e social, na elaboração de cadernos de encargos e contratação de serviços de consultoria, para tornar os projectos passíveis de obter financiamento e implementação. As informações adicionais sobre o estado dos projectos regionais aprovados nos domínios de energia, transporte e água são apresentadas adiante, na Seção 3.2.1.

20. Estão em marcha acções visando a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC. O Acordo sobre a Operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC foi finalizado e assinado por sete Estados-Membros, nomeadamente Angola, RDC, Lesoto, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia e Zimbabwe. Nenhum ainda apresentou os instrumentos de ratificação do Acordo ao Secretariado.

3.1.5 Questões Relacionadas com Investimento e Fiscalidade

21. A Política-Quadro de Investimento (IPF) da SADC foi elaborada, juntamente com os indicadores de implementação e monitorização, em colaboração com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). Alguns Estados-Membros, designadamente, Botswana, Madagáscar, Malawi, Maurícias e Zâmbia, já iniciaram o processo de elaboração dos seus programas de acção nacionais de investimento, com a assistência do Centro (*Hub*) de Comércio e Investimento da África Austral. O Modelo de Tratado de Investimento Bilateral da SADC está ser revisto para contemplar e ajustá-lo às mudanças económicas globais. O Anexo 1 do Protocolo sobre Finanças e Investimento (PFI), relativo à Cooperação na Área de Investimento, foi alterado e aprovado pela Cimeira em Agosto de 2016.
22. No domínio do Imposto de Valor Acrescentado (IVA), os Estados-Membros concordaram que a melhor prática consiste na minimização das isenções fiscais e da taxa zero (exceptuando sobre as exportações, o que está em consonância com o princípio de tributação do IVA no local de consumo). Os Estados-Membros concordaram ainda em conceber, para servir de parâmetro de referência para a Região, listas mínimas normalizadas de isenções de impostos e rubricas sujeitas à taxa zero, o resulta do reconhecimento de que a aplicação de uma taxa zero e de isenções do IVA minam a eficiência da receita e a neutralidade do imposto. Assim, foi elaborada uma Lista Mínima Normalizada de Produtos de Tributação à Taxa Zero e de Produtos Isentos de Obrigações Fiscais que adoptada pelos Ministros das Finanças e do Investimento. A intenção das listas normalizadas é em encorajar e monitorizar a coordenação da aplicação da taxa zero e da isenção de impostos para concretizar uma abordagem harmonizada na Região.
23. Em termos de impostos especiais sobre o consumo, foi elaborada uma Modalidade de Tributação de Mercadorias Sujeitas a Impostos Especiais de Consumo de Alto Risco Associado a Receitas (álcool, tabaco e combustível), depois de analisar a prática actual existente nos Estados Membros. Ao propor a Modalidade de Tributação, foram considerados vários factores, com destaque para a flexibilidade e a simplificação administrativa; as circunstâncias específicas em vigor em alguns Estados-Membros, resultantes de determinadas circunstâncias decorrentes de acordos ou compromissos internacionais que afectam a política fiscal e da afiliação a certas convenções ou acordos internacionais. A Modalidade de Tributação constituirá a base para os Estados Membros prestarem relatórios, de uma forma padronizada, através do Secretariado, quer no que concerne ao seu ponto de situação em relação à base de tributação e às taxas de imposto efectivas.

3.1.6 Programa de Convergência Macroeconómica

24. Em 2016, o desempenho dos Estados-Membros em relação às metas de convergência macroeconómica deteriorou devido, em grande medida, a factores externos, incluindo a queda dos preços dos produtos de base, à deterioração das taxas de câmbio e a factores

relacionados com as alterações climáticas, conforme já se fez referência na Secção 2.2.2 acima.

25. O mecanismo de avaliação pelos pares foi lançado em Maio de 2013. Lesoto e Malawi foram os primeiros Estados-Membros a serem avaliados em 2014/15, num processo a cargo de Angola e Namíbia como países avaliadores. Angola, Suazilândia e Tanzânia foram avaliados em 2015/16 por Moçambique, África do Sul e Zimbabwe, enquanto a República Democrática do Congo, a Namíbia e o Zimbabwe avaliados Janeiro-Fevereiro de 2017 por Malawi, Maurícias e Tanzânia. O Painel de Avaliação pelos Pares reuniu em Julho de 2017 para apreciar os relatórios sobre RDC, Namíbia e Zimbabwe.

3.2 Infra-estruturas de Apoio à Integração Regional

3.2.1 Progressos registados na execução do Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais

26. A implementação de acções no quadro da prioridade de Apoio em Infra-estruturas para a Integração Regional do RISDP Revisto prosseguiu, com a execução do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas (RIDMP) da SADC. O RIDMP focaliza a materialização da Visão 2027 sobre Infra-estruturas da SADC e contribui para a concretização da Estratégia e Roteiro para a Industrialização bem como outros quadros estratégicos regionais. Registaram-se avanços significativos em termos de criação de uma carteira de projectos que sejam atraentes para os potenciais investidores, que é a primeira prioridade no lançamento do Programa de Acção de Curto Prazo (STAP) do RIDMP.

PPDF da SADC

27. Até à presente data, todos os fundos do PPDF da SADC, no valor de 16.260.000 USD, foram aprovados, e 15.361.000 USD foram autorizados e os acordos de financiamento assinados com os beneficiários. Sete (7) dos oito (oito) projectos contidos na carteira aprovada em 2016/17 foram autorizados a tempo.

28. De Abril de 2016 a 25 de Janeiro de 2017 foram recebidos mais dez (10) projectos através do sistema de requerimento em linha do PPDF da SADC (www.sadcppdf.org) o Secretariado efectuou a avaliação de Nível Um dos projectos e, como resultado, cinco (5) não passaram os critérios fixados para definir um projecto regional ou projeto prioritário na região da SADC. Um (1) dos projectos foi encaminhado ao DBSA para consideração, dado que os fundos do PPDF já foram totalmente subscritos e as diligências preliminares foram concluídas em um dos restantes quatro (4) projectos. O relatório de avaliação foi aprovado para efeitos de financiamento, sujeito à provisão de financiamento adicional para o PPDF.

Conferências sobre Investimento em Infra-estruturas

29. Foram realizadas conferências sobre investimento em infra-estruturas, conforme a seguir se descreve:

- (i) projectos prontos para beneficiar de investimento nas áreas de TIC, Transportes e Meteorologia foram apresentados durante uma Mesa Redonda sobre

Investimento em Infra-estruturas de TIC, Transportes e Meteorologia realizada em Outubro de 2016, no Reino da Suazilândia;

- (ii) teve lugar em Outubro de 2016, no Reino da Suazilândia, uma Mesa Redonda Temática paralela para pequenos Estados-Membros do Interior e Insulares, para a busca de respostas às necessidades especiais de infra-estruturas de pequenos países sem litoral e países insulares;
- (iii) o Programa Especial de Infra-estrutura para os Estados-Membros Insulares foi revisto em Fevereiro de 2017, em Port Louis, nas Maurícias, para incluir propostas de Madagáscar. Participaram na reunião representantes de Madagáscar, Maurícias, Seychelles e funcionários do Secretariado da SADC;
- (iv) realizou-se em Junho de 2016, em Tóquio, no Japão, a Conferência sobre Investimento em Infra-estrutura do Japão, organizada e acolhida pelo Comité dos Embaixadores da SADC acreditados em Tóquio;
- (v) teve lugar em Julho de 2017, em Ezulwini, no Reino da Suazilândia, convocados pelo Presidente em Exercício da SADC, o Workshop Ministerial de Alto Nível sobre a Mobilização de Recursos e o Fórum de Investimento no Sector de Energia, que culminaram com a produção de um Resumo de Recomendações para servirem de orientação política no domínio da energia.

Colaboração entre DFRC da SADC, o a NPCA da UA e o Secretariado da SADC no Programa de Aceleração do PIDA da UA

- 30. O Programa de Aceleração do PIDA da SADC sobre os Corredores da Beira e Norte-Sul foi lançado em Junho de 2016, em Victoria Falls, no Zimbabue, pelos Ministros responsáveis de tutela dos corredores da Beira e Norte-Sul. Os Ministros aprovaram a lista de projectos para os dois corredores; os critérios de definição da ordem de prioridade dos projectos; e o roteiro rumo à finalização do Memorando de Entendimento sobre o Corredor Norte-Sul (NSC) e do Acordo sobre o Corredor de Desenvolvimento da Beira (BDC).
- 31. Os primeiros cinco projectos na lista foram seleccionados com sucesso para a realização de estudos de pré-viabilidade, através da assistência técnica do PPIAF do Banco Mundial à Rede de DFRC-PPP da SADC. O processo culminou com a realização de uma mesa redonda de alto nível (Ministerial) e o sector privado a 20 de Outubro de 2016, para discutir questões de financiamento de investimento de longo prazo do sector privado em infra-estruturas no BDC e no NSC, em particular em projectos prioritários da 1.^a Fase.
- 32. Os projectos do Porto Seco de Dondo e da Estrada Francistown-Nata qualificaram-se para efeitos de pedido de subvenção do PPDF, o que resultou de um esforço conjunto com a Rede DFRC-PPP da SADC. Três projectos, designadamente, Estrada Palapye-Martin's Drift, Estrada Francistown-Nata, e Hidroeléctrica de Batoka Gorge foram apresentados no Fórum Económico Mundial para África, em Durban, na África do Sul, em colaboração com o Centro Africano da Nova Parceria para o Investimento no Desenvolvimento Sustentável (SDIP) (Iniciativa da OCDE / WEF) hospedado pelo DBSA.
- 33. O Fundo Regional para Infra-estruturas Hídricas e Saneamento Básico disponibilizou recursos para a implementação do Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água

de Lomahasha / Namaacha (Moçambique e Suazilândia) e do Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento ao Posto Fronteiriço de Kazungula (Zâmbia).

34. A Unidade de Assessoria Técnica do Pool de Electricidade da África Austral (SAPP-PAU) está a trabalhar na preparação e implementação dos seguintes projectos prioritários regionais de electricidade seleccionados e acordados:

- (i) Mphanda Nkuwa e STE da Rede Dorsal de Transmissão de Moçambique;
- (ii) Projecto Hidreléctrico Luapula;
- (iii) Interconector de Transmissão de Kolwezi-Solwezi;
- (iv) Interconector entre Moçambique e Zâmbia.

3.2.2 Comunicações e TIC

35. Além dos quatro (4) Estados-Membros (Malawi, Maurícias, Namíbia e República Unida da Tanzânia) que cumpriram o prazo de Cessação da Transmissão Analógica (ASO) de 17 de Junho de 2015 fixado pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), mais um (1) Estado-Membro (Suazilândia) concluiu a migração em Dezembro de 2016. A Zâmbia tem a sua rede TDT no modo operacional; África do Sul lançou a sua TDT na área *Square Kilometer Array* (SKA) e está no bom caminho para migrar até 2018; e Lesoto e Seychelles encontram-se numa fase avançada. Maurícias concluiu o processo de migração para a TDT com a compressão DVB-T e MPEG2 e, portanto, não possui planos imediatos para migrar para DVB-T2. Estes dados significam que mais Estados-Membros estão a implementar plataformas sustentáveis de radiodifusão, aumentando, assim, as oportunidades para os cidadãos da SADC criarem e acederem a conteúdos e tecnologias modernos.

Fortalecimento da Interligação Transfronteiriça Regional da Internet e da Segurança Cibernética dentro da Região

36. Após a escolha, em 2015, da África do Sul e do Zimbabwe para desenvolverem os seus Nós Nacionais de Comutação de Internet (NIXP) para servirem de Nós Regionais de Comutação de Internet (RIXP) da SADC, como parte da iniciativa do Sistema de Africano de Comutação de Internet (AXIS), a região desencadeou e concluiu o processo visando o desenvolvimento da Política e Regulamento-Quadro Regional de Interligação Transfronteiriça da SADC para os RIXP/RIC, aguardando-se a sua aprovação.

37. No âmbito da iniciativa da SADC visando fortalecer a segurança cibernética, todos os Estados-Membros da SADC ou já enquadraram as Leis-Modelo Harmonizadas da SADC sobre Segurança Cibernética no seu ordenamento jurídico interno, ou já possuem um quadro jurídico em matéria de segurança cibernética. Os Ministros da SADC que tutela as Comunicações e TIC adoptaram uma Resolução sobre Segurança Cibernética, em Outubro de 2016, que apela aos Estados-Membros para acelerarem o enquadramento no ordenamento jurídico interno da Legislação-Modelo Harmonizada da SADC e operacionalizar as suas CIRT nacionais até Dezembro de 2018. Três (3) Estados-Membros já usam o software *Public Key Infrastructure - PKI*, enquanto um (1) Estado-Membro ainda está a ensaiar uma versão de software PKI gratuita. Quatro (4) Estados-Membros já possuem equipas nacionais de resposta a incidentes informáticos (CIRT), seis (6) Estados-Membros concluíram a Avaliação CIRT da União Internacional de Telecomunicações (ITU) e aguardam a promulgação de legislação apropriada para iniciar

a operação de uma CIRT Nacional, enquanto o processo ainda está em curso em dois (2) outros Estados-Membros.

Serviço de Roaming Interno e Além-fronteiras da SADC (SHAR) usando o princípio de Fazer Roaming como se Fosse Chamada Interna (RLAH) introduzido, monitorizado e avaliado em todos os Estados-Membros

38. Após a decisão tomada em Novembro de 2014 pelos Ministros de tutela de TIC de adoptar o regime RLAH mediante a regulação do tarifário tanto grossista como retalhista, usando escalas de redução progressivas ao longo dos próximos seis (6) anos, nove (9) Estados-Membros já haviam introduzido o regime SHAR usando o princípio RLAH, numa base recíproca, até Dezembro de 2016. Como resultado, a região renegociou 160 acordos de *roaming* e outros 76 ainda estão a ser negociados. As tarifas para os serviços de voz, SMS e *roaming* de dados foram reduzidas em mais 19% comparativamente a Outubro de 2016.

3.2.3 Sector de Energia

Situação da Procura e Oferta de Electricidade na Região

39. Até o final de Maio de 2017, os Estados-Membros da SADC continental dispunham de uma capacidade de geração de energia eléctrica instalada de 59.543 MW quando em Maio de 2016 a capacidade situava-se em 61.894 MW. A capacidade instalada foi afectada pela redução no volume de produção em 3.260 MW como resultado do desmantelamento de centrais eléctricas antigas na África do Sul. A capacidade operacional disponível situa-se em 46.959 MW, face a uma procura e capacidade de reserva de 52.542 MW. Tendo em conta o actual pico de procura e as margens de reserva de capacidade de geração, o défice regional de capacidade é de 5.583 MW. A capacidade instalada nos Estados-Membros oceânicos, nomeadamente Madagáscar, Maurícias e Seychelles, é de 782 MW, 246 MW e 106 MW, respectivamente, o que resulta numa capacidade instalada total de 60.677 MW em todos os Estados-Membros da SADC.

40. Em 2016, a região inaugurou uma capacidade adicional de 4.180 MW contra a previsão de 3.771 MW. A capacidade adicional provém dos seguintes Estados-Membros: Angola - 780 MW; Malawi - 10 MW; Moçambique - 175 MW; Namíbia - 15 MW; África do Sul - 2.550 MW; Tanzânia - 150 MW; Zâmbia - 300 MW e Zimbábue - 200 MW. Os projectos foram inaugurados tanto pelos Serviços Públicos quanto pelos Produtores de Electricidade Independentes (IPP).

41. Das centrais inauguradas em 2016, a energia hidroeléctrica, solar e eólica contribuiu com 64% da electricidade gerada, eólica 24%, enquanto os combustíveis fósseis (carvão e diesel) contribuíram apenas com 12%. Além disso, a participação das fontes de energia renováveis está a aumentar gradualmente na combinação geral de fontes de geração de electricidade.

42. Como parte da iniciativa visando fortalecer o lado da oferta do sector, os Estados-Membros estão a ajustar as tarifas anualmente, passando gradualmente para a aplicação de tarifas que reflectem os custos, mas com uma componente de protecção das camadas

pobres. Espera-se que esta abordagem atraia investimentos para o desenvolvimento de infra-estruturas e resulte na estabilidade da oferta.

43. Em termos de gestão da procura de energia (DSM), os Estados-Membros fixaram a meta anual de poupança de 4.500 MW, através da implementação de iniciativas de eficiência. A iniciativa é apoiada pela decisão dos Ministros da Energia de Julho de 2015 de eliminar as lâmpadas de iluminação incandescentes de uso intensivo de energia na região até o final de 2017.

Quadro Regulador do Sector de Energia

44. A região está empenhada em introduzir tarifas de electricidade que reflectam os custos até finais de 2019. Até finais de Maio de 2017, 14 Estados-Membros da SADC haviam introduzido algum tipo de supervisão reguladora sob a forma de autoridades reguladoras de energia ou electricidade. Em 2016/17, Botswana e Maurícias juntaram-se a outros Estados-Membros através da introdução dos seus órgãos reguladores de energia.

Acesso à energia

45. Na busca da materialização do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (SDG) das Nações Unidas sobre o aumento do acesso à energia para todos, entre outras iniciativas, a região participa nos processos globais da Iniciativa de Energia Sustentável para Todos (SE4All), cujo principal objectivo é alcançar o acesso universal à energia até 2030. A Região também está a levar a cabo iniciativas para garantir o acesso universal a serviços modernos de energia, duplicando o ritmo de melhoria da eficiência energética, e duplicando a quota-parte das energias renováveis no cabaz energético regional.
46. Em geral, o acesso à energia eléctrica na Região aumentou de 36% em 2013 para 45% em finais de Março de 2017.

Fontes de Energia Renováveis

47. A operacionalização provisória do Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC e o desenvolvimento da Estratégia e Plano de Acção de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC são iniciativas-chave a nível regional que apoiam a ampliação das iniciativas de energia renovável em pequena escala para o alcance dos objectivos da Iniciativa SE4ALL.
48. Uma das iniciativas mais importantes adoptadas a nível regional foi a participação de 8 Estados-Membros (Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia), na 2ª Fase (2013-2017) do Programa de Parceria Energética e Ambiental (EPP), que terminará em Dezembro de 2017. No entanto, os parceiros que prestam apoio, incluindo os governos da Finlândia, Reino Unido e Áustria, iniciaram o processo de planeamento da terceira fase do programa EEP, com a intenção de transformar o programa EEP em um fundo envolvendo vários doadores que será gerido pelo Fundo de Desenvolvimento Nórdico (NDF). Os detalhes sobre a terceira fase serão anunciados durante o segundo semestre de 2017.

3.2.4 Sector dos Transportes

49. Para além das duas iniciativas importantes relacionadas com os corredores de transporte apresentadas a seguir, as secções 3.4.1.2 e 5.2 descrevem mais realizações alcançadas nos domínios dos transportes.

Posto Fronteiriço de Paragem Única

50. Um elemento-chave do programa de infra-estruturas de transporte e de logística dos corredores é a criação de Postos Fronteiriços de Paragem Única (OSBP) que visam reduzir os custos de transacção na travessia de fronteiras.
51. O Secretariado, a NPCA, o DBSA e a JICA lançaram e iniciaram o processo de enquadramento no ordenamento jurídico-regulador interno da 2.^a Edição do Guião sobre OSBP. O Guião é um conjunto de ferramentas destinadas a orientar os órgãos de decisão sobre políticas e operadores de comércio e de transporte, mas que também ajudará o Secretariado na formulação de políticas e programas regionais no domínio de OSBP. Os Estados-Membros também estão a elaborar os seus planos de trabalho na área de OSBP que farão parte do Programa mais alargado de OSBP da SADC-COMESA a ser implementado.

Corredor de Desenvolvimento do Lobito

52. O Secretariado, em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento, participou em missões de avaliação em Angola e Zâmbia para consultas sobre o projecto do Projecto de Comércio e Transporte do Corredor de Desenvolvimento do Lobito. O Projecto de Facilitação do Comércio do Corredor de Desenvolvimento do Lobito é um projecto de assistência técnica e capacitação destinado a apoiar o desenvolvimento e a implementação de medidas de facilitação do comércio, assim como o desenvolvimento de cadeias de valor e *clusters* económicos ao longo do Corredor. O objectivo é contribuir para a expansão do comércio interno e transfronteiriço e a inclusão ao longo do Corredor. O Projecto será financiado através de uma subvenção de 6 milhões de Unidades de Conta (UC) (aproximadamente 8,4 milhões de USD) do Fundo de Desenvolvimento Africano - Projecto Regional de Operações (ADF-ROE).

3.2.5 Sector de Águas

Projectos de Infra-estruturas Hídricas

53. Além dos projectos-piloto concluídos em Botswana, Lesoto, Moçambique e Namíbia, no âmbito do Programa Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (IWRM), e que foram entregues às comunidades beneficiárias em Setembro de 2015, também foram concluídos projectos-piloto no Zimbábue, na Bacia do Rio Limpopo, incluindo os projectos comunitários de irrigação e abastecimento de água em Ntalale, no Zimbabwe. Os projectos-piloto para a África do Sul integrados na mesma bacia serão realizados na próxima fase do Projeto.

Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento de Lomasha-Namaacha

54. Os Estados-Membros beneficiários (Moçambique e Suazilândia) e a Unidade Regional de Gestão do Fundo de Águas (hospedado pelo DBSA) estão a negociar o Contrato de Financiamento do projecto avaliado em 8 milhões de Euros, para o financiamento da 1.^a Fase do Projeto. A 1.^a Fase cobre o abastecimento de água a partir de Simunye, na

Suazilândia, às cidades fronteiriças de Lomasha (Suazilândia) e Namaacha (Moçambique). O estudo de Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) está a ser actualizado para atender aos requisitos das autoridades ambientais nacionais dos dois Estados Membros.

Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento de Kazungula

55. Encontram-se numa etapa adiantada as negociações do Acordo de Financiamento para a execução do projecto entre o Governo da Zâmbia e a Unidade de Gestão do Fundo Regional. O Mecanismo de Infra-estruturas Resistentes ao Clima (CRIDF) do DFID, que financiou os trabalhos do projecto a montante também se ofereceu para financiar os desenhos detalhados do projeto.

Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços

56. No quadro da implementação do Protocolo sobre Recursos Hídricos Compartilhados Revisto na Região da SADC, estão em curso diversas iniciativas nas várias bacias hidrográficas. Estas iniciativas incluem assinatura recente (Julho de 2016), por Moçambique e Zimbabwe, do Acordo de Cooperação Bilateral na Bacia do Púngue, o início dos debates entre o Governo de Angola e a Namíbia para o estabelecimento da Comissão de Recursos de Água do Kunene (KUNECOM) e o processo de operacionalização do estabelecimento do Secretariado da Comissão da Bacia de Incomati-Maputo, a ser acolhido pelo Governo do Reino da Suazilândia em nome dos Estados ribeirinhos das duas bacias, nomeadamente Moçambique, África do Sul e Suazilândia.
57. O processo de fortalecimento das instituições da Comissão da Bacia de Cuvelai também foi acelerado, com a encomenda de dois estudos, financiados pela GIZ, a saber, o Estudo de Conceptualização para o Melhoramento da Gestão das Águas Transfronteiriças da Bacia e Avaliação Rápida da Bacia de Cuvelai. Os estudos visam melhorar a gestão do risco de inundações e apoiar o diálogo institucional e conjunto em matéria de planeamento entre os estados ribeirinhos de Angola e Namíbia.

Alterações Climáticas e Redução do Risco de Calamidades

58. Em resposta aos desafios prevaletentes ligados a alterações climáticas, os sectores de água e meteorológicos conjugaram esforços para levar a cabo iniciativas de prontidão e resposta. A intenção é servir de referência para a tomada de decisões sobre políticas e planeamento, através do fornecimento de informação fiável para efeitos de aviso prévio para a gestão de cheias e seca e de prontidão para fazer face a situações de calamidades. Um elemento capital inerente a essas respostas prende-se com a sustentabilidade.
59. O Projecto do Sistema de Observação do Ciclo Hidrológico ((YCOS) da SADC, executado conjuntamente pelos sectores de Meteorologia e de Águas, foi concluído, tendo os produtos daí advenientes sido distribuídos a todos os Estados-Membros para a sua utilização e referência futura. Fazem parte destes produtos mapas regionais de perigos/riscos de cheias e estratégias de redução de risco de calamidades para a gestão de risco de cheias nas zonas mais propensas a cheias das bacias hidrográficas transfronteiriças seleccionadas; estratégias regionais sobre as alterações e variabilidade

climáticas baseadas em zonas das bacias hidrográficas do Zambeze e do Limpopo mais propensas a estes fenómenos.

3.2.6 Sector do Turismo

Implementação da Estratégia Regional de Crescimento e Desenvolvimento do Turismo (2020)

60. A transformação institucional da RETOSA foi concluída, de acordo com a decisão dos Ministros do Turismo tomada em Julho de 2016. A conclusão do processo de transformação representa um marco importante no esforço desenvolvido pela região de modo a posicionar-se estrategicamente como destino de escolha no mercado mundial do turismo. A RETOSA transformada, apoiada pela recém-criada Secção de Desenvolvimento do Turismo no Secretariado da SADC, continuará a desempenhar um papel de liderança na promoção da região como destino turístico único, mas multifacetado, fornecendo orientação e coordenação de políticas no sector, permitindo assim que a RETOSA desempenhe efectivamente a função de fazer o marketing do turismo regional.
61. A RETOSA continuou a apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento de infra-estruturas imateriais e na melhoria dos serviços turísticos como parte da Estratégia Regional de Crescimento e Desenvolvimento do Turismo. A RETOSA também produziu a versão revista das Normas de Classificação Harmonizadas dos Operadores da Indústria Hoteleira da África Austral que foram adoptadas pelos Estados Membros. Trata-se de uma lista de normas abrangente, contemplando mais de 1.850 normas que cobrem 6 categorias de alojamento, nomeadamente: hotéis urbanos; hotéis e estâncias de férias; alojamento *self-service*; casas de hóspedes e pousadas; alojamento ecológico; parques de campismo e acampamentos de caravanas.
62. No domínio da formação, a RETOSA capacitou e certificou 24 avaliadores regionais de normas de qualidade de 9 Estados-Membros mais 40 delegados de 10 Estados-Membros formados em marketing através dos mídias digitais e sociais. A RETOSA também realizou acções de formação em Marketing de Destinos de Reuniões, Incentivos, Conferências e Eventos (MICE), em Junho de 2016, como parte do Fórum Regional de Marketing, Comunicação e Relações Públicas do Turismo.
63. O Programa *Online* de Certificação e Capacitação em Serviços de Viagens e Turismo para os Provedores de Serviços da África Austral (<https://certifiedexpert.retosa.co.za>) lançado em 2015 já formou mais de 200 candidatos, que receberam os seus certificados em 2016. Espera-se que o número de profissionais certificados continue a aumentar uma vez que o processo de desenvolvimento das versões em Português e Francês do programa de *e-learning* em marketing da região como destino turístico de eleição já foi concluído.

3.2.7 Sector de Meteorologia

Conformidade com os Regulamentos de Segurança da Aviação Internacional

64. A garantia da segurança da aviação melhorou significativamente na região, pois dez (10) Estados-Membros obtiveram a certificação ISO9001.2008 do Sistema de Gestão da Qualidade (QMS). Os restantes Estados-Membros encontram-se em várias etapas no

processo rumo à satisfação dos requisitos de certificação QMS ISO9001.2008. A conformidade com o Sistema de Gestão da Qualidade (QMS) assegura aos utilizadores que a informação meteorológica fornecida está em conformidade com os requisitos estabelecidos em termos de cobertura geográfica e espacial, formato e conteúdo, tempo e frequência de emissão, e período de validade, bem como a precisão das medidas, observações e previsões.

Prestação de Informação Climática de Alerta Prévio Fiável

65. A capacidade do Centro de Serviços Climáticos (CSC) da SADC para gerar informação climática de qualidade e fiável foi reforçada, através da construção do respectivo laboratório, do fornecimento de equipamentos e da ligação do Centro ao sistema meteorológico mundial. A construção do laboratório foi concluída em Setembro de 2016. Equipamento para a monitorização do clima, previsão dinâmica sazonal e emissão de produtos de vigilância climática; e o sistema de telecomunicações chamado *Automatic Message Switch System (AMSS)* usado para a recolha, intercâmbio e divulgação rápida de dados, e que liga o Centro ao Sistema Mundial de Telecomunicações da OMM e ao Centro de Produção Mundial, foram instalados até Dezembro de 2016. O Centro já está melhor equipado para recolher informações meteorológicas e climáticas mundiais de modo a gerar previsões regionais que os Estados-Membros podem, por sua vez, adaptar para gerar previsões nacionais.
66. Depois do 19.º Fórum Anual Regional de Previsão Meteorológica da África Austral (SARCOF-19) relativo à época chuvosa de 2015/16, que alertou a região sobre a ocorrência de seca, o 20.º Fórum Anual Regional de Previsão Meteorológica da África Austral (SARCOF-20) forneceu a previsão climática sazonal, que informou sobre o abatimento da seca que assolou a maior parte da região na época chuvosa de 2015/16. No entanto, os alertas do SARCOF-20 indicaram também que a maior parte da Tanzânia continuaria a ser assolada pela seca na época de 2016/17. Durante o SARCOF-20, o Centro de Serviços Climáticos procedeu à capacitação de 25 especialistas de clima regionais e nacionais em matéria de previsão sazonal estatística e capacitou mais de 30 utilizadores finais em matéria de interpretação de produtos do SARCOF.
67. O CSC também emitiu o Boletim Regional Integrado de Alerta Prévio (REWB), em sectores sensíveis ao clima, também como parte do SARCOF-20. Outro marco importante foi o lançamento do *site* do Centro de Serviços Climáticos da SADC em Dezembro de 2016. O *site* ainda está em teste *beta* e quando entrar em pleno funcionamento, aumentará o acesso e a disponibilidade de informação a todos os utilizadores.
68. Como parte da sua visita de familiarização ao Secretariado da SADC, o Presidente da SADC, o Rei Mswati III, teve a ocasião de visitar o Centro de Serviços Climáticos em 9 de Maio de 2017, onde Sua Majestade apreciou a configuração e a funcionalidade tecnológica do Laboratório e do Centro de Formação do CSC. Após a visita de Sua Majestade, a CSC registou a necessidade de fornecer informação abrangente sobre o clima e serviços de previsão meteorológica para melhorar o planeamento e o desenvolvimento socioeconómico sustentável nos Estados Membros.

3.3 Cooperação nas Áreas da Paz e Segurança

69. Além das realizações descritas na Secção 2.1 do relatório, sobre a evolução da situação política, ligados à Prioridade C do RISDP Revisto, sobre a Cooperação nas Áreas da Paz e Segurança, bem como aos objectivos preconizados no SIPO, também foram realizados progressos nas áreas descritas abaixo.

Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos

70. A Unidade de Apoio à Mediação (MSU) prestou apoio abrangente (técnico, administrativo, logístico e financeiro) a iniciativas regionais, incluindo a missões de Troika à RDC (2), República de Madagáscar (1) e Reino do Lesoto (3), contribuindo para assegurar uma estabilidade relativa nos Estados-Membros envolvidos. Também foram realizadas quatro (4) missões de mediação da Comissão de Fiscalização ao Lesoto. As Missões de Mediação ao Lesoto foram acompanhadas de componentes de capacitação institucional e formação para várias partes interessadas para aprimorar a capacidade interna de resposta a conflitos do Estado-Membro.

71. A Unidade de Apoio à Mediação finalizou o Currículo Regional de Formação em Mediação (RMTC) e foram levadas a cabo acções de formação em sete workshops regionais. Foram capacitados 215 mediadores nos sete workshops regionais e nacionais realizados no terceiro e quarto trimestres, sendo que a meta é formar 500 mediadores até Março de 2018. A Unidade de Apoio à Mediação (MSU) também está a facilitar a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Mulher, Paz e Segurança, na Região da SADC, em colaboração com o Departamento da ONU para os Assuntos Políticos e a Unidade de Género da SADC. O projecto de Estratégia Regional sobre a Mulher, Paz e Segurança foi apreciado por peritos dos Estados-Membros e está pronto para efeitos de validação. A MSU colaborou com a Componente Civil da Força em Estado de Alerta da SADC, o RPTC e a União Africana nos esforços para a exploração de formatos e quadros possíveis para o desenvolvimento da base de dados actualmente em criação.

Instituições e Práticas Democráticas na Região

72. Os projectos de Currículo, Manual de Formação e Guião para os Observadores Eleitorais da SADC que visam infundir habilidades especializadas em Observadores Eleitorais de Longo e Curto Prazos, em conformidade com as relevantes disposições dos *Princípios e Directrizes que Regem a Realização de Eleições Democráticas na SADC Revistos* foram concluídos e passaram pelos processos de validação prévia do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC). O projecto de Estratégia do *SEAC para a Prevenção de Conflitos Eleitorais* que ajudará na detecção e resolução antecipada de conflitos em processos eleitorais, e contribuirá para a consolidação, no geral, das Estratégias de Prevenção de Conflitos do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, também foi concluído e deverá ser validado na próxima reunião do SEAC em Junho de 2017.

73. O SEAC também realizou várias de missões de avaliação pré-eleitoral e pós-eleitoral, incluindo intervenções de conscientização sobre os *Princípios e Directrizes da SADC que Regem a Realização de Eleições Democráticas revistos*, envolvendo partes interessadas eleitorais (por exemplo, órgãos de administração eleitoral, partidos políticos, sociedade civil, meios de comunicação social) em toda a região, para aprofundar a cultura da prática democrática, o que contribuirá em diversos aspectos, como a avaliação do ambiente pós-eleitoral e o acompanhamento da implementação das recomendações da Missão de

Observação Eleitoral da SADC (SEOM) e do SEAC sobre os processos eleitorais, assim como na promoção da observância de normas eleitorais comuns.

Execução da Estratégia e do Plano de Acção Regionais de Combate ao Terrorismo da SADC

74. Os Estados-Membros encontram-se em diferentes estágios de formulação das respectivas estratégias nacionais de combate ao terrorismo. Durante o período em análise, o Secretariado ajudou a República da Namíbia e a República do Botswana no processo de formulação das suas estratégias. Foi realizado em Dar es Salaam, em Março de 2017, um workshop para avaliar a implementação da Estratégia e do Plano de Acção, tendo sido elaborado um roteiro para a conclusão do processo. O workshop observou que a implementação da Estratégia e do Plano de Acção estava a enfrentar vários desafios, incluindo a ausência de legislação harmonizada para enfrentar o terrorismo aos níveis nacional e regional, insuficiência de recursos para a implementação de medidas, falta de capacidade de garantia da segurança e de pessoal nas fronteiras para a implementação efectiva da Estratégia, e fraco entendimento dos indicadores de radicalização e extremismo violento.

Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz (RPTC)

75. O RPTC desenvolveu um Plano Estratégico de cinco anos, que foi aprovado pelo CMO em Julho de 2016. O Plano visa fortalecer as acções de apoio à capacitação e planeamento para as Operações de Apoio à Paz da SADC. O RPTC também avaliou as necessidades de formação, identificou as lacunas em termos de capacidade a nível regional e nacional, e formulou o Plano Operacional do RPTC da SADC (2017-2020) para implementação da Estratégia. O Relatório sobre as Necessidades de Formação no RPTC da SADC, o Plano Operacional para 2017-2021 da SADC e o Calendário de Formação do RPTC em 2017/18 foram aprovados pelo CMO em Julho de 2017. O CMO também saudou o Coronel Paganai Kahuni pela sua nomeação para o cargo de Comandante-Adjunto do RPTC.

Coordenação da Cooperação Regional na Área da Defesa e Segurança

76. A coordenação da cooperação regional na área da defesa e segurança continuou durante o período em análise. Esta coordenação incluiu a troca de informações vitais para a tomada de decisões nesta área, bem como a participação das forças de defesa da região em exercícios militares em tempo de paz. As instituições da defesa na Região continuaram a participar em exercícios militares em tempo de paz, a exemplo da Sexta Edição do Exercício Conjunto de Interoperabilidade das Forças Aéreas da SADC em Operações de Assistência Humanitária *Blue - Okavango* realizado em 2015, no Botswana. O exercício, focalizado em Operações de Assistência Humanitária, conjugadas com alguma componente de Operações de Apoio à Paz, transportou 448,65 toneladas métricas das 150 toneladas métricas de assistência humanitária, de Gaborone para Maun.
77. O Memorando de Entendimento entre a SADC e o Governo da Rússia sobre a Cooperação na Área Militar e Técnica foi sancionado pelo CMO em julho de 2017 e é apresentado à Cúpula para aprovação. O Terceiro Programa de Apoio à Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA) III foi relançado. Inicialmente, o programa estava programado para ser executado durante dois anos, de 1 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2018, no entanto, devido a alguns desafios administrativos, o seu arranque

foi adiado. O programa, iniciado em Julho de 2017 e com o seu encerramento previsto para Dezembro de 2018, está orçado em 4,5 milhões de Euros e a dotação para este exercício é de cerca de 1.830.000 Euros.

78. A operacionalização do Depósito de Logística Regional (DLR) continua no bom caminho. O projeto de Planos de Pormenor do DLR foi aprovado pelo Subcomité da Defesa (DSC) aquando da reunião realizada em Maio de 2017, em Dar es Salaam, na Tanzânia. Decorre o processo de elaboração de um memorando de entendimento entre a SADC e o Governo do Botswana para a protecção do DLR, tendo sido recrutado o Gestor do Projecto em Junho de 2017.

Dia da Libertação da África Austral

79. Em conformidade com a Decisão do Conselho de Ministros tomada em Agosto de 2016 no sentido de o Secretariado elaborar Critérios e Princípios Orientadores para a comemoração do Dia da Libertação da África Austral, em Fevereiro de 2017, o Comité Inter-Estatal de Política e Diplomacia (CIEPD) identificou as datas de 8 de Dezembro e 23 de Março como as duas datas propostas para comemorar o dia. As duas datas são consideradas de importância histórica para a região, porquanto, o dia 8 de Dezembro de 1974 marca a data em que os Estados da Linha de Frente iniciaram as lutas de libertação da África Austral, enquanto o dia 23 de Março de 1988 marca o fim das lutas de libertação quando os exércitos de libertação da Namíbia, África do Sul e Angola derrotaram as forças de defesa sul-africanas do apartheid, com o apoio das tropas cubanas. Em Julho de 2017, o CMO voltou a remeter o assunto aos Estados-Membros para novas consultas. O CMO também recomendou que a história das lutas de Libertação da África Austral seja incluída nos programas de ensino para garantir que as gerações vindouras na Região tenham a oportunidade de conhecer a história das lutas de libertação.

Fundação em Homenagem aos Pais Fundadores da SADC

80. Na Sessão de Agosto de 2015, a Cimeira orientou o Secretariado para conceber um mecanismo para homenagear os pais fundadores da SADC. Várias reuniões do Conselho, do CMO e do CIEPD apreciaram a proposta para operacionalizar o mecanismo destinado a reconhecer e homenagear os fundadores da SADC pelo seu contributo para a integração regional na África Austral. Espera-se que as consultas internas nos Estados-Membros sejam concluídas em breve para permitir a implementação do mecanismo em homenagem aos Pais Fundadores da SADC.

Centro de Excelência da SARPCCO

81. O Centro de Excelência da SARPCCO foi concebido, através da Decisão 11 da 18.^a Reunião Geral Anual do Subcomité dos Comandantes-Gerais da Polícia da SADC realizada em Dar-es-Salaam, na República Unida da Tanzânia, em 15 de Maio de 2013. O Centro de Excelência oferece dez (10) cursos. O primeiro grupo de 16 formandos foi inscrito e o programa será financiado pelos Estados-Membros. Será necessário considerar aumentar o número de pessoal mediante o destacamento de quadros. Também é necessário fazer a avaliação da sustentabilidade das modalidades de financiamento do Centro.

3.4 PROGRAMAS ESPECIAIS DE DIMENSÃO REGIONAL

3.4.1 Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais

82. A agricultura contribui entre 4% e 27% do PIB e aproximadamente 13% do volume total das receitas das exportações na região. Não obstante a sua importância na economia e na garantia da segurança alimentar regional, o sector da agricultura e segurança alimentar continua a confrontar-se com desafios que incluem a escassez de alimentos, a produção deficitária e o declínio dos rendimentos na agricultura, a degradação da terra e o uso insustentável de alguns dos recursos naturais da região. Nos seus esforços visando fazer face a estes desafios, o Secretariado é orientado pelo RISDP Revisto (2015 - 2020) e pela Política Agrícola Regional.

3.4.1.1 POLÍTICA AGRÍCOLA REGIONAL

83. A Política Agrícola Regional (RAP), que define os objectivos e as medidas comuns acordadas para orientar, promover e apoiar acções a nível regional e nacional no sector agrícola, foi aprovada pelo Conselho em Agosto de 2014, em Victoria Falls, no Zimbabwe. O Plano Regional de Investimento na Agricultura (RAIP), 2017-2022, foi elaborado e aprovado pelos Ministros de tutela da Agricultura e Segurança Alimentar em Julho de 2016, em Ezulwini, na Suazilândia, e homologado pelo Conselho em Março de 2017, também em Ezulwini, na Suazilândia. Este Plano define os programas prioritários dos primeiros cinco anos de implementação, nos seguintes termos:

- (i) Aumentar a produção, a produtividade e a competitividade agrícola;
- (ii) Aumentar o acesso aos mercados e o comércio de produtos agrícolas;
- (iii) Aumentar os investimentos e o acesso a finanças para a agricultura;
- (iv) Reduzir a vulnerabilidade social e económica na Região;
- (v) Melhorar a segurança alimentar e nutricional na Região.

84. O Plano Operacional Anual de 2017/18 da Direcção de FANR incorpora as intervenções prioritárias identificadas no RAIP de 2017-2022. O Secretariado também mobilizou cerca de 9 milhões de Euros no quadro do 11.º Ciclo do Fundo Europeu para o Desenvolvimento (11º FED) para apoiar a operacionalização das intervenções prioritárias, através de um projeto intitulado "Apoio à Operacionalização da Política Agrícola Regional (PAR) da SADC". O Projecto será implementado durante 36 meses, e tem os seguintes objectivos específicos:

- (i) alargar o acesso à informação sobre a produção, a produtividade e a competitividade agrícola, para assegurar a tomada de decisões baseadas em evidências;
- (ii) melhorar o acesso aos mercados, através da implementação de estratégias para o controlo de pragas e doenças de plantas e animais ao nível regional;
- (iii) prestar apoio à execução da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC (FNSS).

85. Além disso, a Região está a trabalhar em prol do estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento Agrícola (FDA) para servir de mecanismo especial no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), de acordo com o disposto no Artigo 8.º do Acordo

de Operacionalização do FDR da SADC, para apoiar a implementação dos planos regionais de investimento da agricultura da Política Agrícola Regional.

3.4.1.2 SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO

86. O sistema de Alerta Prévio Regional e o Programa de Análise da Vulnerabilidade continuaram a recolher, analisar e disseminar dados e informações sobre a situação da segurança alimentar na região. Tais informações visam facilitar a preparação e as acções antecipadas para prevenir ou reduzir o impacto da insegurança alimentar resultante de catástrofes. Os dados e as informações recolhidas também contribuíram para a preparação e seguimento do Apelo Humanitário Regional da SADC, lançado em Julho de 2016 na sequência da seca de 2015/16 provocada pelo fenómeno El-Nino.

Descrição geral da situação da precipitação em 2016/17

87. A época chuvosa de 2016/17 foi caracterizada por um arranque lento em Outubro e Novembro de 2016, mas melhorou significativamente em Dezembro de 2016 e registou níveis muito acima do normal até Março de 2017. Ocorreram chuvas acima da média na parte central e meridional da região, com mais de 150% da precipitação normal registrada em muitas áreas ao longo do período de Dezembro a Março.

88. Os níveis altos de precipitação resultaram em boas condições de humidade do solo, o que propiciou o desenvolvimento das culturas abrindo perspectivas de melhoria das colheitas em toda a região. Em determinadas partes da região, como em Madagáscar, Malavi, Moçambique, Namíbia, a zona centro da Tanzânia e no Zimbabwe, a elevada precipitação provocou inundações. Isso resultou no aumento do risco de surtos de doenças transmitidas através da água, em danos às culturas e bens e na perda de vidas humanas e de animais. Ocorreram casos de alagamento e de lixiviação dos nutrientes do solo.

89. Em contraste com a alta chuvas recebidas na zona centro e sul da região, a parte oeste e o nordeste da região, receberam chuvas médias muito mais baixas. As zonas afectadas incluíam a região ocidental de Angola assim como da Namíbia, o norte de Moçambique, a região norte e oriental de Madagáscar, a região ocidental da África do Sul e central da Tanzânia. As chuvas fracas, combinados com altas temperaturas nestas áreas afectaram negativamente o desenvolvimento das culturas e o que é susceptível de reduzir as colheitas nas zonas afectadas.

Desempenho da Agricultura e Segurança Alimentar

90. Em geral, a situação da segurança alimentar em 2017/18 em toda a região deverá melhorar significativamente como resultado da melhoria da precipitação registada durante a época de cultivo de 2016/17, excepto nas regiões ocidental e nordeste onde a precipitação situou-se abaixo do normal.

Produção Cerealífera

91. A actual situação de segurança alimentar na região apresenta uma produção cerealífera global (milho, trigo, mapira, mexoeira e arroz) de 43,74 milhões de toneladas em

comparação com a colheita de época de 30,52 milhões de toneladas (vide Tabela 2) de onze Estados Membros que submeteram dados sobre a sua produção relativa as duas últimas décadas. Isso representa um aumento de 43,3 % em relação a colheita anterior, que foi afectada pela seca severa verificada na maioria da região

Tabela 2: Tendência da produção de cereais entre 2010/11 e 206/17

País	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2016/17	2016/17
								vs. 2015/16	vs. Média de 5 anos
Angola	1 367,4	505,8	1 672,2	1 820,3	2 016,6	2 374,2	2 820,6	19%	68%
Botswana	61,8	52,6	33,8	260,0	90,3	54,0	94,4	75%	-4%
RDC	2 537,1	2 602,1	2 583,2	2 797,3	3 127,3	3 257,8	-	-	-
Lesoto	103,2	58,2	120,1	103,5	89,0	26,7	238,4	791%	200%
Madagáscar	4 729,5	4 998,6	3 989,9	1,4	4 051,7	4 530,4	-	-	-
Malawi	3 895,2	3 623,9	3 639,9	3 978,1	3 001,7	2 531,7	3 709,7	47%	11%
Maurícias	219,1	99,0	123,7	126,1	124,1	-	-	-	-
Moçambique	2 934,6	3 715,0	2 371,2	2 509,8	2 845,0	2 388,8	2 754,7	15%	0%
Namíbia	127,6	168,5	81,5	131,9	67,8	80,0	139,9	-	-
Seychelles	-	-	-	-	-	-	-	-	-
África do Sul	13 084,3	14 764,6	14 502,9	16 940,0	12 206,3	9 323,5	18 157,6	95%	34%
Suazilândia	88,5	76,1	81,9	118,9	93,7	33,9	107,4	217%	33%
Tanzânia	7 033,5	7 436,0	7 806,6	9 828,5	8 919,0	10 139,1	9 388,8	-7%	6%
Zâmbia	3 367,2	3 195,4	2 890,0	3 643,9	2 898,1	2 943,8	3 888,6	32%	25%
Zimbabwe	1 648,4	1 129,8	943,6	1 718,6	868,0	637,8	2 443,1	283%	131%
SADC	41 197,4	42 425,5	40 840,5	43 978,4	40 398,5	38 321,7	*43 743,2	14%	6%

Observação: * Este valor exclui a RDC, Seychelles e Madagáscar. Os dados sobre a Tanzânia são provisórios.

Fonte: Comitês Nacionais de Avaliação da Vulnerabilidade

92. A análise da oferta e procura, tendo como base os 11 Estados Membros (Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) que submeteram o seu ponto de situação alimentar, mostra que a região registou um excedente de cereais total de 5,8 milhões de toneladas métricas, em comparação com o défice de 6,4 milhões de toneladas métricas, do ano anterior (2016/17) (vide Tabela 3). Individualmente, no entanto, Angola, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia apresentam défices globais de cereais e necessitarão importações para

suprir tais défices. O défice de cereais combinado de 2,5 milhões de toneladas métricas desses Estados Membros pode ser facilmente coberto pelos excedentes da região.

Tabela 3: Oferta e Procura Regional de Cereais: 2017/18 (000 TM)

	Campanha de Comercialização de 2017/18			2016/17	Produção (Campanha de Produção)		
	Necessidades* ('000 toneladas)	Disponibilidade** ('000 toneladas)	Défice (-)/Excedente ('000 toneladas)	Défice/Excedente	2016 ('000 toneladas)	2017 ('000 toneladas)	2017, % de variação em relação a 2016
Angola	4 775	2 985	(1 790)	(1 514)	2 374	2 821	18,8%
Botswana	602	113	(489)	(413)	54	94	74,9%
R.D. Congo							%
Lesoto	350	291	(59)	(293)	27	238	782,8%
Madagáscar							%
Malawi	3 371	3 602	231	(1 184)	2 532	3 710	46,5%
Maurícias							%
Moçambique	2 102	2 755	653	(912)	2 389	2 754	15,3%
Namíbia	348	181	(167)	(215)	80	140	74,9%
Seychelles							-
África do Sul	17 538	21 425	3 886	(281)	9 323	18 157	94,8%
Suazilândia	187	107	(80)	(197)	33	107	214,7%
Tanzânia	8 456	9 389	933	1 189	10 139	9 389	-7,4%
Zâmbia	2 137	3 889	1 751	556	2 943	3 888	32,1%
Zimbabwe	1 547	2 444	897	(2 115)	637	2 443	282,9%
SADC	41 414	47 180	5 766	(6 422)	30 533	43 741	43,3%

Observação: Os dados referentes a Tanzânia são provisórios, pelo que poderão mudar.

Fonte: Estados Membros da SADC (dados da R.D. Congo e de Madagáscar ainda não estão disponíveis. As Maurícias e as Seychelles têm níveis baixos de produção de cereais)

Produção de Raízes

93. A produção de raízes e tubérculos (mandioca, batata-doce e batata reno), que aumentou ligeiramente entre a campanha agrícola de 2014/15 e 2015/16, voltou a registar um aumento na actual campanha agrícola de 2016/17, de 5% para a mandioca, 37% para a batata-doce e 14% para a batata-reno. Este aumento incrementará a oferta/disponibilidade de alimentos na região durante a campanha de comercialização de 2017/18.

94. A previsão de chuvas para a época 2017/18 será apresentada em Agosto de 2017 durante o Fórum Regional Anual de Previsão Meteorológica da África Austral (SARCOF) organizado pelo Centro de Serviços Meteorológicos da SADC (CSC). A previsão da SARCOF é uma previsão abrangente, incorporando a influência de vários factores que afectam a situação climática na África Austral, incluindo o fenómeno El Niño Oscilação Sul (ENOS). O ENOS é um fenómeno climático global que em qualquer momento se encontra num dos seguintes estados: (1) condições de El Niño, (2) estado neutro ou (3) condições de La Niña. A África Austral foi afectada por secas severas provocadas pelo fenómeno El Niño durante a época 2014/15 e 2015/16, enquanto a época 2016/17 foi afectada pelo fenómeno La Niña, que agora chegou ao fim, com o estado do ENOS transitando para a fase neutra.
95. Actualmente, a maioria dos modelos de previsão do centros internacionais sobre o clima está a prever o ressurgimento das condições do El Niño por volta de Julho de 2017, prevalecendo durante o resto do ano. Embora esta seja uma previsão muito preliminar e susceptível de se alterar ao longo dos próximos meses, a região é instada a utilizar prudentemente o excedente esperado e preparar planos de contingência para o caso de a previsão do El Niño se materializar.

Pescas e Aquicultura

96. O sector da pesca e da aquicultura na região da SADC emprega um total de 3,4 milhões de pessoas, equivalente a 1,3% da população da SADC. É responsável por cerca de 3,54% do Produto Interno Bruto (PIB) da região e 8,99% do PIB da agricultura na região (vide Tabela 4). Mais de 95% dessa produção vem do diversificado subsector de captura de pescado, mas agora está a passar por uma fase de estagnação, com uma produção de 2,4 milhões de toneladas, enquanto uma percentagem pequena, mas crescente vem do emergente subsector da aquicultura, com uma produção de 69 851 toneladas (FAO FishStat, 2016).

Tabela 4: Importância das Pescas na Região da SADC

Estados Membros	Total de empregos (pescas)	Total de empregos (aquicultura)	Pescas, PIB (%)	Pescas na Agric. PIB (%)	Total da produção pesqueira em 2015 (toneladas)	Produção aquícola em 2015 (toneladas)
Angola	452 603	823	1,7	4,25	275 - 450	450
Botswana	581	0	0,002	0,16	234	
RDC	376 275	2 035	5,53	6,31	238 - 970	2 - 869
Lesoto	112	602	0,018	0,14	345	900
Madagáscar	166 013	12 210	2,76	8,47	125 - 100	13 - 352
Malawi	173 328	8 334	3,83	5,87	115 - 953	4 - 748
Maurícias	6 838	346	0,19	3,76	8 - 353	500
Moçambique	374 027	922	3,03	10,0	222 - 822	1 - 200
Namíbia	386 973	1 132	6,5	52,42	414 - 359	740
Seychelles	6 249	0	17,73	20,68	87 - 408	
África do Sul	499 749	7 168	0,25	6,73	416 - 520	4 - 314
Suazilândia	174	441	0,013	0,094	110	100
Tanzânia	510 876	44 641	4,86	9,69	371 - 977	10 - 317
Zâmbia	142 204	6 490	3,2	3,51	79 - 894	20 - 271
Zimbabwe	26 101	4 685	0,56	2,73	18 - 102	10 - 090

Actualização sobre o Apelo Humanitário Regional da SADC

97. Desde o lançamento do Apelo Humanitário Regional da SADC pelo Presidente em Exercício da SADC em Julho de 2016 e de acordo com as informações recebidas pelo Secretariado, os Estados-Membros e a comunidade internacional contribuíram com cerca de US\$ 1,034 mil milhões (Estados Membros US\$ 222 milhões e a comunidade internacional, US\$ 812 milhões), correspondente a 35% do valor necessário de US\$ 2,9 mil milhões. Entretanto, a equipa da SADC de Logística e Coordenação para fazer face ao fenómeno, que integrava funcionários do Secretariado da SADC e pessoal das agências das Nações Unidas para coordenar a resposta ao Apelo, pôs termo as suas operações a 31 de Março de 2017. Entre outros, a equipa elaborou um Plano de Transporte para a Coordenação do Transporte da Ajuda Humanitária estimada em 9,3 milhões de toneladas métricas de cereais e outros produtos não-alimentares a partir dos portos marítimos e passando pelos diferentes corredores da região.
98. O Secretariado, com apoio financeiro do Comité Permanente Regional Interagências (RIASCO) para a África Austral, iniciou o trabalho de avaliação regional do processo e da resposta ao Apelo Humanitário. O objectivo é avaliar a eficácia da resposta por parte dos Estados Membros, do Secretariado da SADC, das Agências das Nações Unidas e outros parceiros aos efeitos provocados pelo fenómeno El-Niño em 2015/16. A avaliação deverá também documentar as lições aprendidas para uma eventual resposta futura a catástrofes semelhantes.

3.4.1.3 ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

99. A situação de nutrição é resultado da complexa interação entre o consumo alimentar e a situação geral das práticas e cuidados de saúde. A avaliação nutricional na região da SADC durante o período em apreço mostrou que cerca de 513 000 crianças necessitavam de tratamento para lhes salvar a vida em resultado da desnutrição aguda e 778 000 crianças por desnutrição aguda a moderada e tal situação estava a ser acautelada através do Apelo. O Secretariado continua a acompanhar a situação da segurança alimentar e nutricional da região através do sistema regional e dos sistemas nacionais de aviso prévio e das avaliações da vulnerabilidade e análise dos programas.

3.4.1.4 FORNECIMENTO DE FACTORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

100. O Secretariado continuou a operacionalizar o Sistema Regulamentar Harmonizado de Sementes da SADC (HSRS) através do Centro de Sementes da SADC. Onze (11) Estados Membros são presentemente signatários do Memorando de Entendimento sobre a implementação dos regulamentos harmonizados para as sementes na região, que entrou em vigor em Julho de 2014.
101. Desde o lançamento do Sistema de Libertação de Variedade de Sementes baseado na internet, em Novembro de 2014, ao todo 25 variedades foram lançadas e registadas ao nível regional. O Protocolo sobre Direitos dos Reprodutores de Variedades Vegetais, que deverá promover investimentos na indústria de sementes e melhorar o acesso a sementes de qualidade e variedades de elite na região, foi aprovado pelos Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar e foi submetido aos Ministros da Justiça e Procuradores-Gerais para sancionamento em Julho de 2017.

102. A Carta que Cria o Centro de Sementes da SADC, que é também um documento base para reforçar a coordenação e a implementação do Sistema Regulamentar Harmonizado para as Sementes está ainda por ser submetida aos Ministros da Justiça e Procuradores-Gerais para sancionamento depois de ter sido aprovada pelos Ministros de tutela em Julho de 2016.
103. O Secretariado continua a trabalhar com os Estados Membros, com o sector privado e outras partes interessadas para promover a adequada implementação do sistema, e organizou uma série de seminários de formação e de sensibilização sobre as componentes do Sistema Harmonizado de Sementes da SADC.

3.4.1.5 VIGILÂNCIA E CONTROLO DE DOENÇAS ANIMAIS E PRAGAS DAS PLANTAS TRANSFRONTEIRIÇAS

104. As doenças e pragas vegetais transfronteiriças continuam a representar uma ameaça considerável para a segurança alimentar e para o comércio regional. As pragas e doenças que foram identificadas como ameaças iminentes incluem a Mosca da Fruta Asiática, a Tuta absoluta, a Doença do Panamá, Vírus do Topo em Leque da Bananeira, Doenças da Necrose Letal do Milho e a Lagarta do Funil do Milho, recentemente introduzida. Todos os Estados Membros da SADC receberam capacitação sobre as técnicas de vigilância e monitorização para facilitar a deteção precoce com vista a melhorar a preparação e ao mesmo tempo harmonizar os esforços de controlo. Foram realizadas reuniões técnicas para a partilha de informações e troca de experiências como um mecanismo de alerta prévio e para promover a realização atempada das intervenções de controlo.
105. Alguns recursos foram mobilizados ao abrigo do 11 FED para apoiar a implementação de estratégias viradas para o controlo de pragas e doenças animais e vegetais, incluindo doenças transmitidas por carraças, a nível regional.

3.4.1.6 GESTÃO CONJUNTA DE RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS (PESCARIAS, SILVICULTURA, FAUNA BRAVIA E ÁREAS DE CONSERVAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA)

106. O Secretariado continuou a coordenar a implementação de actividades de apoio à gestão sustentável e conservação faunística e dos recursos naturais transfronteiriços. Uma reunião conjunta dos Ministros do Ambiente e dos Recursos Naturais e do Órgão de Cooperação nas áreas da Política, Defesa e Segurança (MCO) para discutir as modalidades de Aplicação da Lei e da Estratégia da SADC de Combate à Caça Furtiva (2016-2021) foi realizada em Fevereiro de 2017, na Suazilândia. As principais recomendações da reunião foram apresentadas ao Conselho em Março de 2017, e foram tomadas certas decisões, que visam, entre outros, facilitar a colaboração entre os sectores da conservação e da segurança ao lidarem com os desafios da criminalidade e do tráfico associado a fauna bravia.
107. Diversas actividades foram organizadas durante a conferência dedicada a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas (CITES COP 17), em colaboração com os Estados Membros visando expor os Programas da SADC nas Áreas de Conservação Transfronteiriça (ACTF) no que se refere a conservação, desenvolvimento económico e integração regional. Estas incluíram:

- (i) Um stand de exposição das ACTF da SADC;
- (ii) quatro eventos temáticos paralelos, a saber: Conservação de Espécies nas ACTF da SADC; o envolvimento da comunidade e potencial económico das ACTF; aplicação da lei ao nível transfronteiriço na região da SADC e Governação das ACTF na SADC. Os eventos paralelos tiveram um bom nível de participação e a cabine foi uma característica permanente durante a Conferência das Partes (COP) exibindo e distribuindo vários materiais e documentos sobre as ACTF na SADC.

108. No âmbito da rede das ACTF, um fórum de actores interessados nas ACTF foi organizado para a partilha de saberes, gestão do conhecimento, e promoção da colaboração e da inovação. Quatro comunidades de práticas (CoP) foram criadas, tendo como áreas de interesse a capacitação, turismo, monitorização e gestão de dados. As comunidades de práticas permitem aos profissionais deliberar sobre questões cruciais, e implementar o programa em nome dos Estados Membros. O portal da internet integrado da SADC sobre as ACTF foi criado e lançado oficialmente em Setembro de 2016 para facilitar a aprendizagem, a partilha de informação e a gestão do conhecimento.

109. Três Grupos de Trabalho de Peritos e temáticos (EWG) foram formados em Setembro de 2016 como parte do Projecto da SADC/JICA, com o propósito de liderar a implementação das actividades do projecto. Estes incluem o Grupo de Trabalho de Peritos sobre o Sistema de Informação Florestal, Gestão Integrada de Queimadas Florestais e e Gestão Florestal Participativa.

110. Relativamente a criação do **Centro de Coordenação da de Monitorização, Controlo e Vigilância das Pescas (MCS)** na SADC, um modelo financeiro que inclui medidas de mitigação do risco está actualmente a ser finalizado. Além disso, os Ministros responsáveis pelas Pescas e Aquacultura adoptaram o **projecto de Carta** que cria o Centro em Moçambique e recomendaram o respectivo sancionamento sob o ponto de vista jurídico pelos Ministros da Justiça/Procuradores-Gerais.

111. A **Estratégia Regional da SADC sobre a Saúde dos Animais Aquáticos (2016-2026)** foi aprovada pelos Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar em Novembro de 2016, enquanto a **Estratégia e Plano de Acção Regional da SADC para a Aquacultura (2016-2026)** foi aprovada pelos Ministros responsáveis pela Agricultura, Segurança Alimentar, Pescas e Aquacultura em Maio de 2017. Vários seminários de formação e consultivos foram organizados para agilizar a implementação das duas estratégias.

3.4.1.7 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

112. O Secretariado continuou a coordenar e apoiar a implementação dos Acordos Multilaterais sobre o Ambiente por parte dos Estados Membros. Durante o período em análise, foi prestada assistência para a adopção da Posição Regional Comum da SADC para a 17^a Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas (CITES COP17). A posição comum foi adoptada pelos Ministros responsáveis pelo Ambiente e Recursos Naturais e foi usada pelos Estados Unidos durante o COP 17, que decorreu entre 24 de Setembro e 5

de Outubro de 2016 em Joanesburgo, na África do Sul. Isso permitiu uma abordagem coordenada e comum pelos Estados Membros no engajamento com a agenda da COP17.

3.4.1.8 CONSERVAÇÃO DE RECURSOS FITOGENÉTICOS

113. O Centro de Recursos Fitogenéticos da SADC (SPGRC), baseado em Lusaca, Zâmbia, continuou a conservar e sustentar recursos genéticos de plantas e animais para melhorar a produção agrícola e manutenção da diversidade de espécies para as gerações presentes e futuras. O SPGRC funciona através de uma rede de Centros Nacionais de Recursos Fitogenéticos criados na maioria dos Estados Membros da SADC. Entre outros, o SPGRC realizou o seguinte:

- (i) Apoiou os primeiros passos para a criação dos Centros Nacionais de Recursos Fitogenéticos (NPGRCs) nos Estados Membros onde, por alguma razão, estes não tinham sido criados. Isto incluiu visitas e consultas técnicas a RDC e Madagáscar e, em ambos os casos, o local e as estruturas para a sua criação foram acordados com as autoridades nacionais;
- (ii) Foram realizadas missões de apoio técnico ao Lesoto, Madagáscar, Maurícias, Moçambique e Namíbia para, entre outros, instalar o recentemente desenvolvido sistema de documentação baseado na internet, aconselhar sobre as normas internacionais para os bancos genéticos, fortalecer a gestão da diversidade de culturas nos campos do agricultor para uso na produção sustentável e como medida de apoio aos meios de subsistência rurais;
- (iii) Foram recebidas sementes (números de amostra) das Maurícias e da África do Sul como duplicados nacionais para o centro regional para a conservação a longo prazo. Foram emitidas licenças de importação e encaminhadas ao Botswana para facilitar o envio das amostras para o SPGRC. Os materiais de baixa viabilidade foram plantados nos campos do SPGRC para prolongar a longevidade. Enquanto isso, 351 amostras de sementes de arroz foram multiplicadas para o SPGRC no Malawi, onde as condições do solo e meteorológicas são adequadas; e
- (iv) Em colaboração com os NPGRCs, foram organizados seminários de capacitação dirigidos aos agricultores no Botswana, Lesoto, Malawi, Namíbia, Tanzânia, Suazilândia e África do Sul. Foram organizadas feiras de sementes no Malawi e no Zimbabwe.

3.4.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

3.4.2.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

114. Com vista a ultrapassar as barreiras sociais e outras associadas a provisão de educação e formação de qualidade, relevante e sustentável, e que continuam a inibir as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida do maior grupo populacional da região (crianças e jovens), várias actividades foram realizadas, incluindo as descritas abaixo.

Projecto de Quadro de Política Regional para Professores e para a Formação de Professores

115. Está em curso a formulação de uma Política-Quadro Regional Abrangente para os Professores. Um Projecto de Relatório sobre um Estudo Regional da situação do desenvolvimento das normas e competências profissionais na região para mapear as áreas de trabalho do professor no Quadro da Política do Professor e validado em Outubro de 2016, confirmou que muitos Estados Membros estão a desenvolver normas e competências do professor. Foi acordado que o desenvolvimento de Normas Regionais dos Professores e do Quadro de Competências seria o ponto de partida para a Política Regional Abrangente dos Professores. Um Grupo de Trabalho para elaborar o projecto de quadro regional para as normas e competências do professor foi aprovado pela reunião conjunta dos Ministros da Educação e Formação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Junho de 2017.

Quadro de Qualificações da SADC

116. O Quadro de Qualificação da SADC (SADC QF), aprovado pelos Ministros da Educação para servir como mecanismo regional de comparabilidade e reconhecimento das qualificações e competências completas, transferência de crédito, elaboração de normas regionais e garantia de qualidade, foi lançado pela reunião conjunta dos Ministros da Educação e Formação, Ciência e Tecnologia na sua reunião de Junho de 2017. O Quadro de Qualificações da SADC é um quadro de indicadores de referência com dez níveis e directrizes para a garantia de qualidade. Foi formulado e encontra-se em fase de implementação um Plano de Acção Regional bienal destinado a acelerar o grau de implementação do Quadro de Qualificações da SADC para 2016-2018, com ênfase na advocacia e massificação do Quadro de Qualificações da SADC aos níveis nacional e regional; o alinhamento do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e do sistema de qualificações com o Quadro de Qualificações da SADC; o alinhamento dos sistemas nacionais de garantia da qualidade com as Directrizes Regionais de Garantia da Qualidade; a criação da Rede Regional de Verificação; e a criação e fortalecimento do mecanismo institucional para a implementação do Quadro de Qualificações da SADC.

117. Como parte da Estratégia de Comunicação foram criadas contas do Quadro de Qualificações da SADC (SADC QF), em plataformas das redes sociais como o Twitter e Facebook, para popularizar e sensibilizar todas as partes interessadas na região relativamente ao Quadro de Qualificações da SADC. Além disso, oito Estados Membros da SADC (Botswana, Maurícias, Seychelles, África do Sul, Zâmbia, Namíbia, Lesoto e Suazilândia) iniciaram a fase piloto do alinhamento dos QNQ e dos sistemas qualificações com o Quadro de Qualificações da SADC. Uma Rede de Verificação das Qualificações na SADC integrando parceiros que verificam as qualificações nacionais e estrangeiras em todos os Estados Membros foi criada e já começou a partilhar informações. Isso irá contribuir para as estatísticas sobre a mobilidade na SADC e a abordar a questão da equivalência válida de certificações de Graduação/Diploma.

Integração de Cuidados e Apoio para o Ensino e Aprendizagem na Educação e Formação

118. A Fase 2 do Programa dos Cuidados e Apoio para o Ensino e Aprendizagem (CSTL) continuou a ser implementada por sete Estados Membros (RDC, Malawi, Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe) que são beneficiários directos do Projecto. Estes Estados Membros desenvolveram modelos nacionais personalizados que apresentam os objectivos e normas nacionais da prática para a implementação de

CSTL como um programa nacional. Estes modelos nacionais cobrem a prestação de serviços nucleares e complementares, incluindo a liderança e estruturas, material de apoio, infra-estruturas, segurança e protecção, apoio psicossocial, nutrição alimentar, promoção da saúde, VIH, habilidades para a vida, género, água e saneamento. Além disso, capacitação contínua dos professores através do programa de formação do professor em exercício e dos parceiros chave em matéria de saúde sexual e reprodutiva, o novo currículo do ensino de Habilidades para a Vida, bem como a segurança e a protecção está a decorrer nos Estados Membros. Um programa de formação de professores antes de começarem a exercer a função, que incorpora o CSTL como uma base nuclear para os professores está a ser ensaiado como um programa piloto na África do Sul, Zâmbia e Suazilândia.

Revisão do Quadro Estratégico da SADC para o Ensino e Formação Técnico-Profissional (EFTP) e o respectivo Plano de Acção

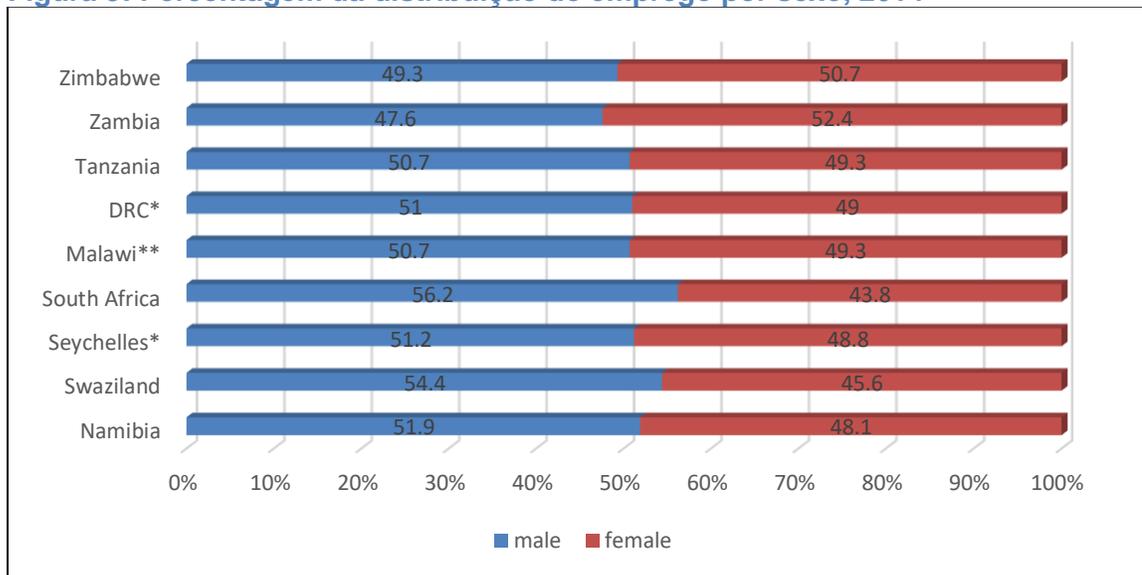
119. Uma avaliação do Quadro Estratégico e Programa da SADC para o Ensino e Formação Técnico Profissional para 2012-2016 foi realizada para servir de base para a revisão da Estratégia que terá em conta os compromissos regionais, continentais e internacionais recentemente aprovados, que requerem intervenções do Ensino Técnico Profissional (ETP). Um Projecto de Relatório de Avaliação da Estratégia contendo a actual política de reformas e programa de ETP foi produzido e ainda tem que ser validado. Foram registados progressos significativos na melhoria da relevância do EFTP para satisfazer as necessidades das pessoas e da indústria; Adicionalmente, os Estados Membros estão a implementar reformas de política actuais e programas de ETP, e estão a popularizar o desenvolvimento de competências entre os jovens através de concursos de competências dos jovens ou comemorando o dia das competências dos jovens, em cumprimento da decisão do Conselho de Agosto de 2016. Por exemplo, a Namíbia, em Setembro de 2016 realizou o seu primeiro Concurso Nacional de Competências em Setembro de 2016. O Botswana comemorou o seu Dia de Competências dos Jovens a 31 de Julho de 2017.

3.4.2.2 EMPREGO E TRABALHO

Perfil do Mercado de Trabalho da SADC: Relatório da SADC sobre o Emprego

120. Um relatório consolidado sobre emprego na SADC foi produzido com base em relatórios nacionais sobre emprego de dez Estados Membros da SADC (RDC, Madagáscar, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue) utilizando os Indicadores Mínimos do Mercado de Trabalho. O relatório compara os indicadores do mercado de trabalho entre Estados Membros seleccionados da SADC, usando 2014 como o ano de referência. Este abrange aspectos relativos às características demográficas, emprego e desemprego, força de trabalho, emprego e desemprego dos jovens, condições e qualidade do emprego, protecção social, diálogo social, migração laboral e incompatibilidade das competências. As características demográficas dos Estados Membros da SADC consistem predominantemente numa população jovem, em que mais de 50 por cento tem idades compreendidas entre 15 e 34 anos, com uma maior proporção de mulheres do que homens. Taxa de desemprego é mais acentuada entre as mulheres comparativamente aos homens na maioria dos Estados Membros, conforme ilustrado na Figura 9.

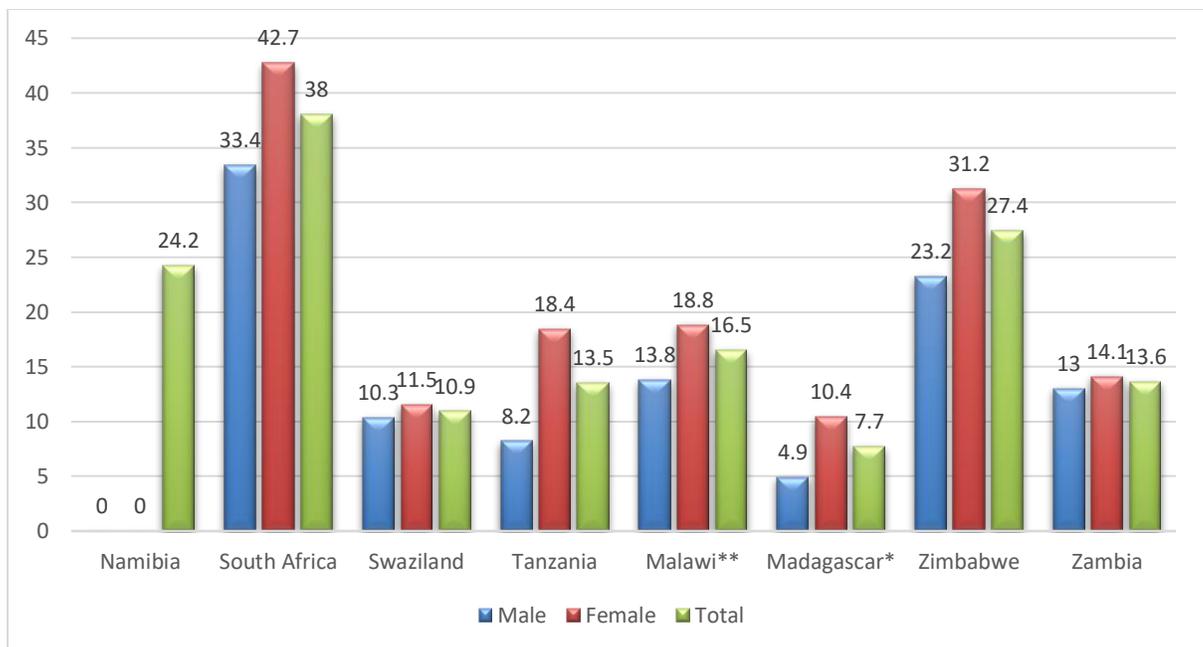
Figura 9: Percentagem da distribuição do emprego por sexo, 2014



Fonte: Relatórios dos países; *, ** denota os dados de 2012 e 2013, respectivamente

121. O desemprego no seio da juventude é motivo de preocupação na maioria dos Estados Membros da SADC. O desemprego dos jovens, especialmente os jovens com idades entre 15-24 anos, é o mais acentuado dentre todos os grupos etários em todos os Estados Membros da SADC analisados. A tendência comum dos Estados Membros de SADC analisados é existirem mais mulheres na categoria de jovens sem empregado ou formação académica do que homens, como se mostra na Figura 10.

Figura 10: Taxa de percentagem de jovens sem emprego, escolaridade ou formação, por género, em 2014



122. A concentração de emprego dos jovens por ramo de actividade varia de país para país. Muitos jovens na região da SADC trabalham nos sectores da agricultura, comércio e serviços.

Situação da Ratificação do Protocolo de Emprego e Trabalho

123. O Protocolo sobre Emprego e Trabalho, tendo sido aprovado e assinado em 2014, aguarda pela sua ratificação por dois terços dos Estados Membros da SADC para o início da sua implementação. Até ao presente, nove Estados Membros assinaram o Protocolo e nenhum procedeu a sua ratificação. Um projecto de relatório sobre a avaliação dos desafios encontrados pelos Estados Membros na sequência da assinatura e ratificação do Protocolo da SADC sobre Emprego e Trabalho foi concluído e está ainda por validar. Os Estados Membros deverão elaborar um Roteiro para a ratificação do Protocolo, a seguir a validação do relatório.

3.4.2.3 SAÚDE E PRODUTOS FARMACÊUTICOS

124. A situação da saúde da região continua a caracterizar-se pelo aumento da mortalidade associada ao alto fardo das doenças transmissíveis (tais como o VIH e SIDA, Tuberculose e Malária) e da crescente incidência de Doenças Não Transmissíveis, com destaque para o Cancro, Doenças Cardiovasculares, Diabetes Mellitus e Doenças Respiratórias Crónicas e surgimento e ressurgimento de doenças como a Lepra, Antraz, Ébola, Febre Amarela, Cólera e outras Doenças Tropicais Negligenciadas.

125. As principais realizações no âmbito do programa de Saúde e Produtos Farmacêuticos incluem:

- (i) O Plano de Implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC relacionado com o Desenvolvimento Social e Humano foi elaborado e aprovado, e a UNICEF destacou um Técnico Especialista para o Secretariado com vista a agilizar a operacionalização da Estratégia;
- (ii) O Documento Técnico Comum de Registo dos Medicamentos foi adoptado para a região, e a Iniciativa de Zazibona para a Avaliação Colaborativa dos Processos de Registo dos Medicamentos está a usar as Directrizes actualizadas para o Registo de Medicamentos;
- (iii) De acordo com a decisão da Reunião Conjunta dos Ministros responsáveis pelos Saúde e pelo VIH e SIDA, foi elaborada uma Manifestação de Interesse a ser enviada a todos os Estados Membros que desejarem Acolher os Serviços de Aquisição Conjunta da SADC cuja função será gerir a partilha de informações e a implementação da Estratégia de Aquisição Conjunta e dos Medicamentos Essenciais;
- (iv) A formulação da Estratégia para o Fabrico Regional de Medicamentos Essenciais e Produtos de Saúde na SADC (2016-2020) contou com a assistência técnica e financeira do projecto do BAD para o Controlo de Doenças Transmissíveis e a Pesquisa em Saúde para a Acção;

- (v) A comemoração do Dia da Malária na SADC em 2016 teve lugar na fronteira entre Moçambique, África do Sul e Suazilândia, tendo como tema: “*A colaboração transfronteiriça forte é crucial para a eliminação da Malária*” e o lema foi: “*SADC Unida para Travar a Malária*”;
- (vi) Quase todos os Estados Membros submeteram dados para a compilação do relatório regional sobre a implementação dos compromissos e instrumentos globais relativos ao VIH, TB, Malária e Saúde Sexual e Reprodutiva.

3.4.2.4 DESENVOLVIMENTO E EMPODERAMENTO DOS JOVENS E DAS CRIANÇAS ÓRFÃS E VULNERÁVEIS

Lições, experiências e conhecimentos e tecnologias emergentes sobre o desenvolvimento e empoderamento dos jovens e crianças órfãs e vulneráveis (COV) partilhados ao nível regional e internacional

126. O Projecto, "Reforço dos Sistemas de Monitorização, Avaliação e Produção de Relatórios sobre as COV e Jovens na SADC", que conta com o apoio da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, foi lançado oficialmente pelos Altos Funcionários da SADC responsáveis pela Juventude à margem da reunião dos Ministros da SADC responsáveis pela Juventude, realizada em Gaborone, Botswana em Junho de 2016. Os Estados Membros foram sensibilizados sobre o Projecto e ofereceram-se para apoiar a sua implementação ao nível nacional.
127. Foram realizadas visitas a Namíbia e Zimbabwe para manter consultas com os principais intervenientes nacionais no projecto e sobre a Monitorização, Avaliação e produção de Relatórios (MAR) em geral pelo Secretariado da SADC; determinar as necessidades específicas de capacitação dos países sobre MAR dos jovens e COV; facilitar a planificação nacional e a adopção de mecanismos de coordenação multisectorial para a implementação do Projecto; e identificar os esforços em curso, assim como as oportunidades e recursos disponíveis a nível nacional que poderiam ser complementados com o apoio do projecto para assegurar a sustentabilidade. Isso resultou na identificação das necessidades e situação da capacidade em MAR para os jovens e COV para cada país específico; foram acordados os mecanismos de coordenação multisectorial e os planos nacionais e foram determinadas as contribuições nacionais e os parceiros para o projecto nestes Estados Membros.

Elaborado o Quadro Regional de Promoção da Inovação e do Empreendedorismo dos Jovens e o respectivo Plano de Implementação

128. Foi produzido um Relatório Inicial da Avaliação da Situação da Inovação, Empreendedorismo e Produtividade da Juventude. A finalidade da Avaliação Situacional era ter um entendimento prático e a conceptualização da capacitação de jovens, centrada na relação entre a inovação, participação e liderança da juventude. Visa identificar as políticas, programas (incluindo instrumentos de apoio financeiro) e os esforços sectoriais existentes de apoio a inovação, empreendedorismo e desenvolvimento da liderança nos sectores público e privado e ao nível da sociedade civil na região. Vai também fornecer informação de base sobre inovação, participação e liderança, e empreendedorismo juvenil; recomendar as áreas prioritárias específicas

para desenvolvimento de normas para a participação dos jovens e a liderança no desenvolvimento socioeconómico; e recomendar as áreas prioritárias específicas para um programa da SADC de apoio a participação dos jovens na implementação do RISDP da SADC revisto, para o período 2015-2020 e na Estratégia e Roteiro da Industrialização, cobrindo o período 2015-2063.

Criado o Portal da base de dados/informação sobre a MAR regional sobre os jovens

129. Foi elaborado um projecto de Quadro de Monitorização e Avaliação e definidos indicadores detalhados para a monitorização da participação dos jovens no desenvolvimento económico, o qual está ainda por ser validado;

3.4.3 PROGRAMAS TRANSVERSAIS

3.4.3.1 REDUÇÃO DA POBREZA

130. O Secretariado tem estado a analisar o trabalho do Observatório Regional da Pobreza (RPO) para fortalece-lo e torná-lo mais eficaz. Além disso, foi prestada assistência aos Estados Membros em matéria de harmonização das normas, métodos e indicadores comuns da pobreza. Actualmente, uma das tarefas imediatas é produzir uma definição comum de pobreza ao nível da SADC, que constituirá a base para a recolha de dados de base para o Relatório sobre a Situação Regional da Pobreza na SADC, bem como o desenvolvimento de um instrumento de controlo para monitorizar as tendências da pobreza na região. A elaboração do Relatório da Situação da Pobreza na SADC requer uma quantidade substancial de recursos para cobrir todos os 15 Estados Membros, e o Secretariado está a trabalhar para garantir recursos financeiros para esse importante exercício.

131. A natureza evolutiva da pobreza também colocou desafios ao Secretariado no sentido de liderar as reformas e a implementação de medidas de redução da pobreza a nível nacional, através da adopção do Índice Multidimensional da Pobreza (MPI), que foi desenvolvido pela Iniciativa de Oxford sobre Pobreza e Desenvolvimento Humano e posteriormente adoptado pelas Nações Unidas. Os Estados Membros são encorajados a adoptar o MPI porque este mede pobreza para além do mero factor da renda, e inclui a experiência de privação das pessoas pobres, tais como problemas de saúde, falta de educação, condições de vida inadequadas, falta de renda, ausência de empoderamento, baixa qualidade do trabalho e ameaça de violência.

132. O RPO, como um quadro, está também a trabalhar para providenciar as melhores práticas regionais para complementar os elementos de referência dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e permitir análises comparativas de desempenho entre os Estados Membros. Uma das tarefas imediatas é garantir que os Estados Membros tenham uma plataforma para se reunirem e realizarem a revisão de pares no âmbito da implementação dos ODS, e partilharem as melhores práticas, bem como os desafios, e encorajarem-se uns aos outros para a realização Avaliações Voluntárias Nacionais.

3.4.3.2 COMBATE A PANDEMIA DO VIH e SIDA

133. O VIH continua a constituir uma ameaça que exige uma resposta urgente, com números significativos de adolescentes e jovens, predominantemente do sexo feminino, ainda a contraírem novas infecções. As taxas de gravidezes precoces e indesejáveis entre

adolescentes permanecem inaceitavelmente altas em toda a Região, em grande medida, como resultado dos baixos níveis de aproveitamento escolar e do fraco conhecimento sobre a prevenção do VIH; leis, políticas e atitudes que excluem os adolescentes e os jovens do acesso aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva e aos serviços relacionados com o combate ao VIH; e barreiras relacionadas com o género. As altas taxas de Violência Baseada no Género (VBG) continuam a ser um motivo de preocupação.

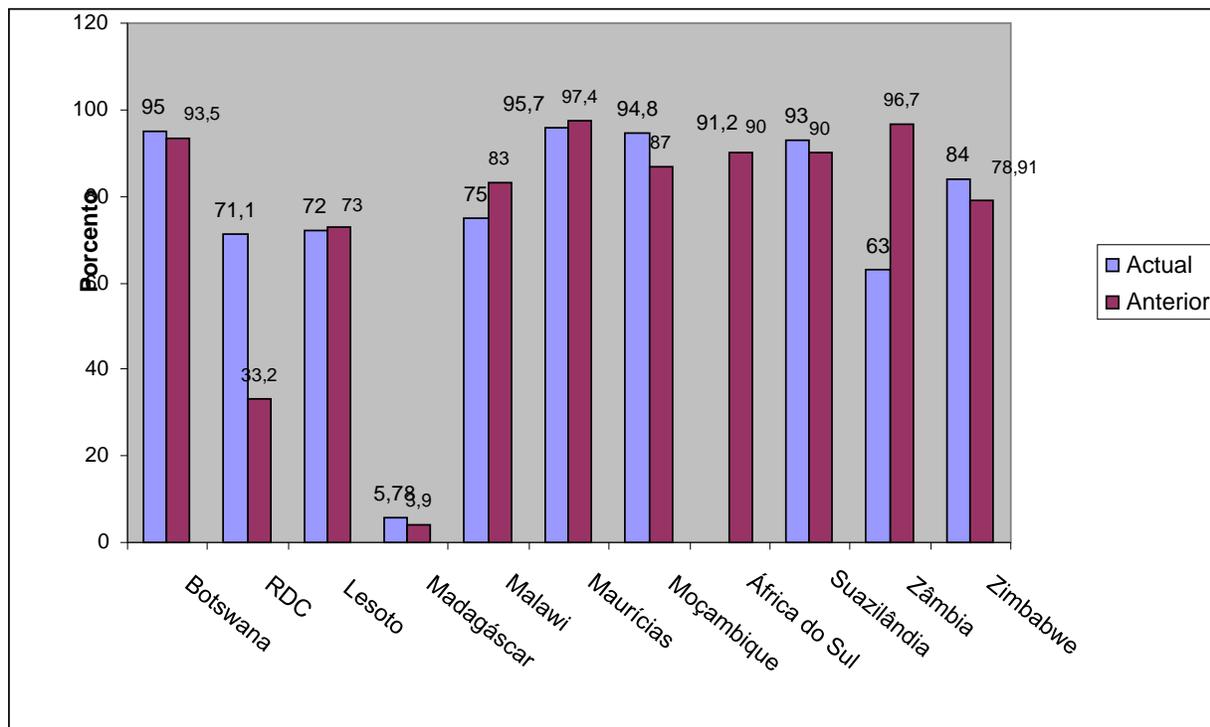
Prevenção e mobilização social contra o VIH

134. Os Estados Membros continuaram a implementar uma série de actividades de mobilização social e de prevenção do VIH. De acordo com estimativas e projeções da ONUSIDA de 2016 que se baseiam em dados dos Estados Membros, a região registou um declínio em novas infecções pelo VIH de 880 000 em 2010 para 763 000 em 2015, uma redução de 13,3%. O maior declínio de novas infecções pelo VIH ocorreu entre as crianças com idade entre 0-14 anos. O número de novas infecções pelo VIH entre crianças com idade entre 0-14 anos foi de cento e vinte mil (120 000) em 2010. Esse número baixou para 43 000 em 2015, representando uma diminuição de 64,2%. O declínio correspondente entre os adultos foi de 5,3%. O forte declínio de novas infecções pelo HIV entre crianças é atribuído em grande parte ao sucesso dos programas de PTV em todos os Estados Membros da SADC.
135. Embora se tenha registado um declínio do número de novas infecções pelo VIH ao longo dos anos, a Região da SADC continua a ser o epicentro do VIH e SIDA ao nível global. Existe uma certa preocupação quanto aos elevados níveis de infecções pelo VIH entre adultos, o que torna difícil sustentar o tratamento e também eliminar a transmissão vertical do VIH. À escala global e também a nível da Região da SADC, o ritmo da redução de novas infecções tem diminuído desde 2010 e, em alguns casos, tem-se assistido a um aumento do número de novas infecções, suscitando receios de ressurgimento da epidemia. Há necessidade de um forte investimento na prevenção para que a SADC possa contribuir para a erradicação da SIDA até 2030 no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.
136. Os principais desafios da prevenção do VIH estão relacionados com o baixo investimento na prevenção, falta de foco em programas de grande impacto, falta de intervenções voltadas para grupos e áreas geográficas, falta de definição de prioridades, serviços de baixa qualidade, bem como com uma escala insuficiente de boas práticas. Se os países da SADC tiverem que alcançar as metas de prevenção do VIH para 2020 e 2030, será necessário um esforço extraordinário.

Prevenção da Transmissão Vertical (PTV)

137. O programa de PTV é um dos mais bem-sucedidos programas de combate ao VIH e SIDA em todos os Estados Membros da SADC. Os dados disponíveis dos Estados Membros mostram que a cobertura da PTV (percentagem de mulheres grávidas seropositivas, que receberam antirretrovirais para reduzir o risco de transmissão da mãe para o filho) é alta e apenas um Estado Membro tem uma cobertura inferior a 60%. Quando este caso isolado é removido, a cobertura da PTV variou entre 63% e 95% (Figura 11).

Figura 11: Percentagem das mulheres grávidas vivendo com o VIH que receberam antirretrovirais para prevenir a transmissão vertical, em 2015



Fonte: Relatórios sobre a Epidemia do VIH na SADC
Tratamento da SIDA

138. Os programas de tratamento da SIDA estão a ser implementados em todos os Estados Membros da SADC. Estimativas e projeções da ONUSIDA (2016) colocavam a cobertura na SADC da terapia antirretroviral (TAR) de adultos com 15 anos de idade ou mais em 22%, em 2010 e 52%, em 2015, um aumento de 30 pontos percentuais em cinco anos.

139. A cobertura de terapia antirretroviral (TAR) entre crianças com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos era estimada em 25%, em 2010, e em 63% em 2015, um aumento de 38 pontos percentuais em cinco anos. Estes dados mostram que a cobertura da TARV entre crianças aumentou significativamente.

140. Dados disponíveis mostram que os Estados Membros encontram-se em níveis diferentes em termos dos seus programas de tratamento do VIH. Os Estados Membros que estimaram os anos de vida ganhos com a implementação dos programas de tratamento demonstraram que há retorno sobre o investimento neste programa.

Mitigação do impacto

141. Todos os Estados Membros reconhecem que o VIH e SIDA têm consequências negativas sobre a população e que tornam certos subgrupos da população vulneráveis. Os grupos que são geralmente classificados como vulneráveis são as crianças órfãs e vulneráveis (COV), os jovens, pessoas com deficiência e pessoas vivendo com o VIH. Os Estados Membros conceberam e implementaram diversas intervenções. As mais comuns incluíam:

- (i) Concessão de subsídios e de bolsas de estudo para permitir o acesso a educação, especialmente das COV;
- (ii) Transferências sociais monetárias, especialmente para as COV;
- (iii) Fornecimento de comida e dinheiro para as necessidades diárias dos grupos vulneráveis; e
- (iv) Inclusão do VIH e SIDA para que façam parte integrante das actividades diárias de todos os sectores.

142. Essas atividades são parte da implementação dos programas nacionais para as COV, tais como os planos de acção nacionais para as COV. Alguns Estados Membros procederam a revisão ou estão em processo de fazer a revisão ou de fortalecimento das suas políticas e estratégias para as COV para alinhá-las ao pacote regional mínimo da SADC de serviços (MPS) para as COV e jovens e ao Quadro de Apoio Psicossocial (PSS).

143. Alguns sectores como a Educação e Desenvolvimento de Competências integraram e incluíram o MPS da SADC e quadro de apoio psicossocial (PSS) para as COV através do desenvolvimento de um quadro de política para cuidados e apoio ao ensino e aprendizagem, que também inclui a coordenação e facilitação de outros serviços básicos para as COV fora do mandato de educação e desenvolvimento de competências. A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC para 2015-2025 reconhece a necessidade de se prestar atenção especial à segurança alimentar e nutricional das crianças órfãs e vulneráveis.

Iniciativa Transfronteiriça da SADC de combate ao VIH e SIDA

144. O Secretariado está a implementar a 2ª Fase da Iniciativa Transfronteiriça da SADC de combate ao VIH e SIDA (CBI) financiada pelo Fundo Global no valor de US\$ 11 636 435. A 2ª Fase da CBI começou em Abril de 2015 e terminará em 31 de Dezembro de 2017. A Iniciativa visa reduzir as infecções pelo VIH na Região da SADC e mitigar o impacto do VIH e SIDA entre os Camionistas de Longo Curso, as Trabalhadoras de Sexo e nas comunidades afectadas ao longo das zonas fronteiriças, provendo serviços básicos de saúde e relacionados com o VIH em postos fronteiriços seleccionados muito movimentados. Estes serviços são prestados em 32 Clínicas de Bem-Estar especificamente abertas para esse fim (Figura 12). Espera-se que todas as 32 Clínicas de Bem-Estar sejam entregues aos Estados Membros até Dezembro de 2017 quando o projecto terminar.

Figura 12: Exemplos de Clínicas de Bem-Estar da Iniciativa Transfronteiriça de Combate ao VIH e SIDA na SADC



145. Os Centros de Bem-Estar, criados na 1 Fase da CBI (iniciou em 2011 e terminou a 31 de Março de 2015), produziram até agora alguns resultados encorajadores, incluindo os seguintes:

- (i) A percentagem de trabalhadoras do sexo que afirmaram ter usado o preservativo com o seu mais recente cliente aumentou em cerca de 18% durante o período de 2015/16;
- (ii) A percentagem de Camionistas de Longo Curso que afirmaram ter usado o preservativo durante a sua última relação sexual aumentou em cerca de 10% durante o período de 2015/16; e
- (iii) No total, foram alcançados 5 468 Camionistas de Longo Curso com pacotes de prevenção, tendo aumentado os os serviços de aconselhamento e adoptada uma abordagem focalizada com mensagens específicas sobre a mudança de comportamentos para os Camionistas de Longo Curso; e 97% destes camionistas fizeram o teste de VIH e conhecem o seu estado serológico.

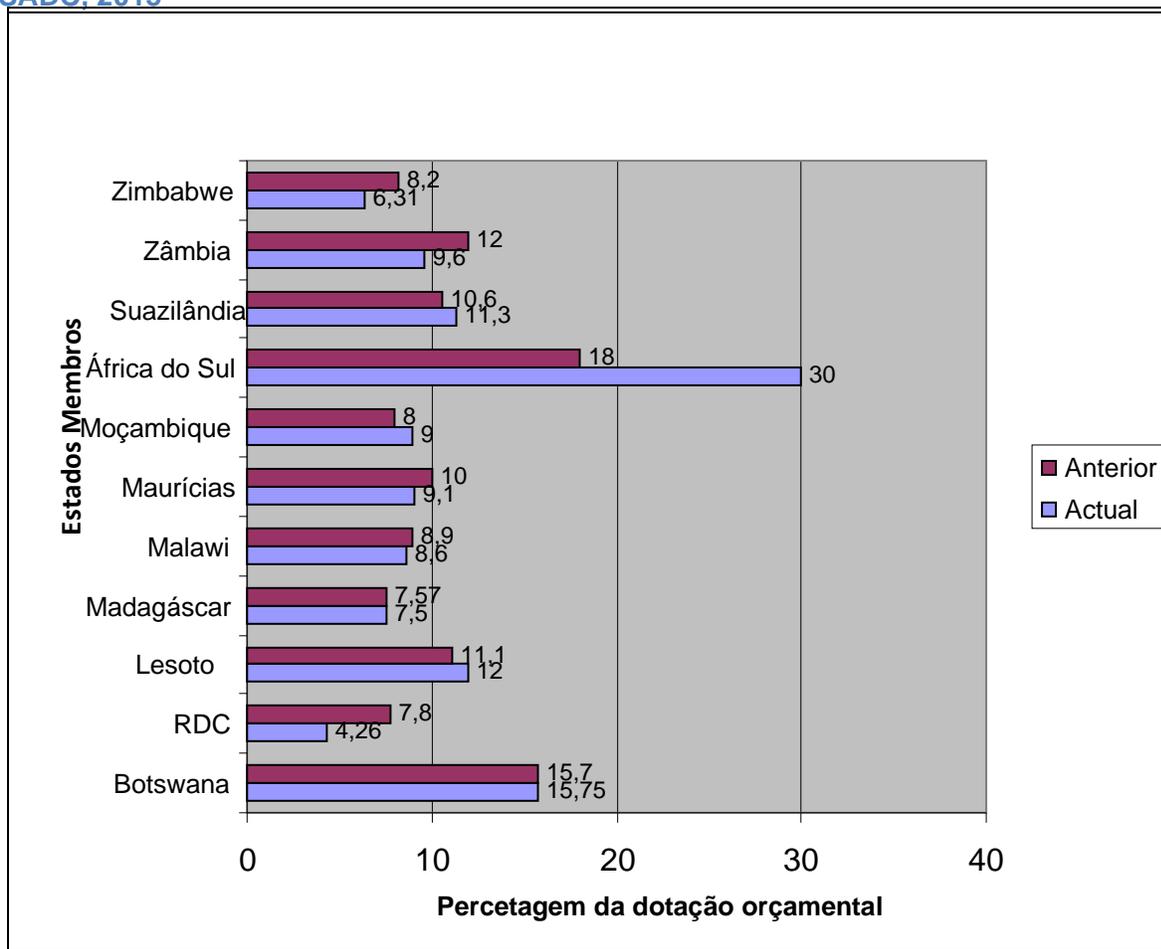
Intensificação da Mobilização de Recursos

146. Os dados disponíveis mostram que as respostas ao VIH e SIDA em praticamente toda a região da SADC, à excepção de três Estados Membros, são financiadas a partir de fontes externas. Além disso, há evidências de que o volume de apoio externo para os programas de VIH e SIDA na região está em declínio.

147. A Figura 13, mostrando a percentagem dos orçamentos nacionais que foi atribuída aos sectores de saúde dos Estados Membros da SADC, em 2015, revela que apenas dois Estados Membros (Botswana e África do Sul) conseguiram superar e manter a meta da dotação orçamental de 15 por cento. Também é importante notar que alguns Estados Membros estão a registar declínios na percentagem do orçamento atribuída ao sector da saúde. Estes dados mostram que embora o apoio externo para a resposta do VIH e SIDA esteja em declínio, tal apoio continua a ser a salvação para a manutenção das

intervenções. Alguns Estados Membros estavam a explorar opções para aumentar o apoio interno durante o período em apreço, incluindo o papel acrescido do sector privado, a inclusão das considerações sobre o VIH nas actividades do sector público, tendo introduzido várias formas de tributação e de segurança social.

Figura 13: Dotação orçamental para o sector de saúde de cada Estados Membros da SADC, 2015



Fonte: Relatórios sobre a Epidemia do VIH na SADC

3.4.3.3 GENDER EQUALTY AND DEVELOPMENT

Protocolo da SADC revisto sobre Género e Desenvolvimento e Quadro de Monitorização, Avaliação e produção de Relatórios no âmbito do Protocolo sobre Género da SADC

148. O Protocolo da SADC revisto sobre Género e Desenvolvimento adoptado pelos Ministros responsáveis pelos assuntos de Género e da Mulher, foi aprovado e assinado pela Cimeira em Agosto de 2016. O acordo que emenda o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento até o presente foi assinado por nove (9) Estados Membros, designadamente, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia e Zimbabwe.

149. Após a revisão do Protocolo e seu alinhamento os ODS das Nações Unidas e com a Agenda 2063 da União Africana assim como com o Relatório de Revisão de Beijing + 20, com o Quadro de Monitorização, Avaliação e produção de Relatórios no âmbito do Protocolo sobre Género da SADC (MERF) e com os instrumentos relevantes para uma eficaz monitorização, avaliação e produção de relatórios sobre a implementação do Protocolo revisto sobre Género e Desenvolvimento, o processo ficou concluído em 2016/17. O MERF será usado pelos Estados Membros para o acompanhamento e elaboração de relatórios sobre indicadores prioritizados com base nos temas acordados e prazos de apresentação de relatórios.

Mulheres em Cargos Políticos e de Tomada de Decisão

150. Os Estados Membros da SADC continuam a registar progressos notáveis na representação das mulheres na política e posições de tomada de decisão em vários níveis de governação, embora tais níveis estejam aquém da meta de paridade de 50:50. O desempenho continua a ser variado ao nível da região.

151. A maioria dos Estados Membros apresenta avanços rumo a paridade de género em algumas partes do espectro da governação, e a tendência ilustra a participação limitada mas crescente das mulheres nas estruturas do poder e da tomada de decisão. A situação do progresso registado na representação da mulher no Parlamento; Conselho de Ministros; Embaixadoras; Governo Local; Sector Público e no Judiciário é ilustrada abaixo nas tabelas 5-7.

Tabela 5: Mulheres em Cargos Políticos e de Tomada de Decisões (Maio de 2016):

ESTADOS MEMBROS	PARLAMENTO			MINISTRAS			VICE-MINISTRAS			EMBAIXADORAS % DE MULHERES
	TOTAL DE ASSENTOS	MULHERES	% DE MULHERES	NR. TOTAL	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES	NR. TOTAL	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES	
ANGOLA	220	81	36,8	35	8	23	54*	9	16,6	16,2
BOTSWANA	63	6	9,5	24	4	(16,7)	8	1	12,5	23,8
RDC	492	44	8,9	36	3	8,3	-	3	-	12
LESOTO	120	30	25	34	7	21	6	2	33	24,2
MADAGÁSCAR	151	31	20,5	30	6	20	-	-	-	47
MALAWI	193	32	16,7	20	3	15	2	0	0	25
MAURÍCIAS	69	8	11,6	25	3	12	0	0	0	15
MOÇAMBIQUE	250	99	39,6	20	9	45	20	9	45	24
NAMÍBIA	104	43	41,3	26	7	27	32	15	47	15
SEYCHELLES	32	14	43,8	13	3	23	-	-	-	33
ÁFRICA DO SUL	400	166	41,5	35	14	42,9	37	17	45,9	24
SUAZILÂNDIA	65	10	15,3	20	4	25	-	-	-	23
TANZÂNIA	350	126	36	29	10	34	25	5	20	
ZÂMBIA	158	17	10	20	4	25	38	6	15,8	22,7
ZIMBABWE	270	85	31,5	28	3	10,7	28	5	17,8	24,4

* Secretárias de Estado

Fonte: Estados-Membros e União Interparlamentar (IPU/UIP)

Tabela 6: Mulheres em Postos de Gestão no Sector Público

ESTADOS MEMBROS	SECRETÁRIAS PERMANENTES OU PRINCIPAIS/DIRECTORAS GERAIS			SECRETÁRIAS PERMANENTES/DIRECTORAS-GERAIS ADJUNTAS			ADMINISTRADORAS			MULHERES CHEFES DE DEPARTAMENTO		
	TOTAL	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES	TOTAL	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES	TOTAL	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES	TOTAL	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES
ANGOLA	15	5	33,3	-	-	24,9	201	50	24,9	436	144	33
BOTSWANA	16	5	31,2	37	15	40,5	85	34	40	2436	1857	76,2
RDC	238	23	10	-	-	-	6785	902	15	-	-	-
LESOTO			23,8						48			
MADAGÁSCAR	30	4	13	102	23	22,5	973	217	22	2933	845	28,8
MALAWI	62	15	27	-	-	-	162	39	22	162	39	22%
MAURÍCIAS			38						31,5			31,5
MOÇAMBIQUE	21	7	33				300	92	30,6	910	362	40
NAMÍBIA			27			24			32	-	-	-
SEYCHELLES	26	11	42	53	21	40	104	57	55	31	19	61
ÁFRICA DO SUL	68	16	24	318	123	39	1378 3848	555 1634	40 42,4	-	-	-
SUAZILÂNDIA			10,5			43,5			43	-	-	-
TANZÂNIA			27						26			
ZÂMBIA			29						22			
ZIMBABWE	30	9	30				270	76	28	-	-	-

Fonte: Relatórios de Progresso dos Estados Membros (2015-2016)

Tabela 7: As Mulheres no Sistema Judicial

ESTADOS MEMBROS	ESCRIVÃES			PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS			JUIZAS			MAGISTRADAS		
	NR. TOTAL	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES	NR. TOTAL	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES	NR. TOTAL	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES	TOTAL NR.	NR. DE MULHERES	% DE MULHERES
ANGOLA	4	2	50	5	0	0	-	-	37	367	133	36
BOTSWANA	17	12	70,6	2	0	0	34	8	23,5	89	55	61,8
RDC	-	-	-	157	16	10	678	163	24	502	34	7
LESOTO				1	0	0			65,2			42
MADAGÁSCAR	-	-	-	52	16	10	50	6	12	901	446	49,5
MALAWI	1	0	0	1	0	0	31	8	25,8	198	63	31,8
MAURÍCIAS				1	0	0			48,6			50
MOÇAMBIQUE	152	56	36,8	-	-	-	464	140	30	7	2	28,5
NAMÍBIA	1	1	100	1	0	0	-	-	15	-	-	45
SEYCHELLES	1	1	100	1	0	0	18	2	11	6	3	50
ÁFRICA DO SUL				15	2	13	238	81	34	1568	645	41
SUAZILÂNDIA	2	1	50	1	0	0	10	2	20	24	8	33
TANZÂNIA	-	-	-	5	3	60	-	-	43	-	-	29
ZÂMBIA	-	-	-	-	-	-	-	-	54	-	-	27
ZIMBABWE	4	2	50	-	-	-	54	26	48	-	-	-

Fontes: Relatórios de Progresso dos Estados Membros (2015-2016)

Sensibilização sobre as Directrizes para a Orçamentação baseada no Género na SADC

152. As Directrizes da SADC para a Orçamentação Baseada no Género foram aprovadas pelo Conselho em 2014, e foram operacionalizadas através de um Seminário Regional conjunto destinado a validar o sistema de monitorização e avaliação da SADC e disseminar as Directrizes da SADC sobre a Orçamentação Baseada no Género (GRB)

em Novembro de 2016. A reunião recomendou que deveriam ser envidados esforços para aumentar a sensibilização sobre as Directrizes de GRB tendo como alvo os institutos nacionais de estatística; Ministérios das Finanças, Desenvolvimento Económico e da Planificação; Governadores dos Bancos Centrais; e entidades nacionais de planificação. Existem planos para sensibilizar os Grupos Parlamentares Regionais durante a sua sessão programada para Outubro de 2017, em colaboração com o Fórum Parlamentar da SADC.

Tráfico de Pessoas

153. No âmbito da sensibilização e incremento dos esforços de combate ao tráfico de pessoas na região, especialmente de mulheres e crianças, as principais actividades foram as seguintes:

- (i) O Governo do Zimbabwe, em colaboração com o Secretariado, o Escritório das Nações Unidas de Combate a Droga e Criminalidade (UNODC) e a Organização Internacional das Migrações (OIM) comemoraram o Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas a 29 de Julho de 2016, em Harare. A comemoração coincidiu com o lançamento do “Plano de Acção Nacional do Zimbabwe de Combate ao Tráfico de Pessoas (2016 - 2018)”, que sublinha a importância de uma resposta multisectorial no combate ao tráfico de pessoas.
- (ii) Foram realizados cursos de formação para agentes de aplicação da lei e principais provedores de serviços na República do Malawi, RDC e na República Unida da Tanzânia, em Outubro de 2016, Dezembro de 2016 e Maio de 2017, respectivamente. Esses cursos de formação foram realizados em colaboração com a UNODC, a OIM e a Organização de Cooperação dos Comandantes-Gerais da Polícia da África Austral (SARPCCO);
- (iii) Foi experimentada a aprendizagem de país para país entre as Repúblicas do Malawi e da Zâmbia que resultou no desenvolvimento do Projecto de Plano de Acção Nacional do Malawi de combate ao Tráfico de Pessoas (2017-2022); e
- (iv) Foi prestado apoio ao desenvolvimento de legislação subordinada (quadros estratégicos e planos de acção nacionais) sobre o tráfico de pessoas na República de Angola, Botswana e Malawi. Espera-se que esses quadros e planos de acção sejam finalizados e lançados nos finais de 2017;

Estratégia Regional para a Mulher, Paz e Segurança

154. No contexto da implementação da Resolução 1325 sobre a Mulheres, Paz e Segurança do Conselho de Segurança da ONU e as resoluções afins, assim como do Artigo 28 do Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento na promoção da paz e resolução de conflitos, o Secretariado da organizou um seminário consultivo em Novembro de 2016 como o objectivo de desenvolver a Estratégia Regional sobre a Mulher, Paz e Segurança. O objectivo da Estratégia Regional da SADC sobre a Mulheres, Paz e Segurança é assegurar que as mulheres participem integralmente e significativamente nas estruturas e processos de paz e segurança da SADC, através da integração da perspectiva de género na arquitectura de Paz e Segurança da SADC.

Resolução CSW60/2 da ONU sobre a Mulher, a Rapariga e o VIH e SIDA patrocinada pela SADC elaborada e adoptada:

155. A SADC desde 1999 vinha patrocinando consistentemente a resolução das Nações Unidas sobre as mulheres, a rapariga-criança e o VIH e SIDA, que foi submetida a 60ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher, em Março de 2016, tendo sido adoptada por consenso. Na sequência da adopção da Resolução 60/2 sobre a Mulher, a Rapariga Criança e o VIH e SIDA, na 60ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW) da ONU em Março de 2016, os Ministros instruíram o Secretariado para elaborar um programa regional para a implementação da Resolução.
156. O Secretariado convocou uma reunião regional em Janeiro de 2017 para desenvolver um Quadro e Programa de Acção através de um processo consultivo multisectorial, aproveitando o trabalho existente nos Estados Membros e direccionado para as mulheres jovens e rapariga criança em relação ao VIH e SIDA a curto e médio prazo.

Comemoração do Dia Internacional da Mulher em 2017

157. Apartando-se da prática do passado de comemorar o Dia Internacional da Mulher (IWD) na sede do Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, o IWD de 2017 foi comemorado em Manzini, no Reino da Suazilândia, a 8 de Março de 2017 sob o lema "Mulheres no Mundo do Trabalho em Mudança": Planeta 50-50 até 2030". O evento foi realizado nas instalações da Feira de Mavuso e foi agraciado pela presença do Primeiro-Ministro, do Senador Paul Dlamini, bem como de vários de Ministros da SADC e de Parceiros de Cooperação Internacional. Foi deliberado que seria uma boa prática a Unidade de Género celebrar o Dia Internacional da Mulher (IWD) de forma rotativa e fazer coincidir com Presidência da SADC do momento. A comemoração também destacou a Mulher Agricultora do Ano 2016; a Vencedora Júnior do Prémio de Realizações de África em 2016 e o Fundo Fiduciário de Empoderamento Económico da Mulher da Suazilândia (SWEET) como melhores práticas de alguns dos programas que estão a ser implementados no âmbito do tema de 2017.

3.4.3.4 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

158. Dois terços dos Estados Membros ratificaram o Protocolo sobre a Ciência, Tecnologia e Inovação, que já entrou em vigor.

Projecto de Directrizes Regionais sobre os Direitos de Propriedade Intelectual

159. Um projecto de Quadro e Directrizes da SADC sobre os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) foi desenvolvido e validado em parceria com o sector do Comércio. O projecto de Quadro e Directrizes também foi considerado pela 51ª sessão do Fórum Negocial do Comércio da SADC em que participaram funcionários e peritos em Maio de 2017 e pela reunião conjunta dos Ministros da Educação e Formação e da Ciência, Tecnologia e Inovação em Junho de 2017, respectivamente, onde o Secretariado foi instruído a manter consultas amplas com outras estruturas políticas da SADC, visto que a questão dos direitos de propriedade intelectual é transversal. O projecto de Quadro e Directrizes destina-se a orientar os Estados Membros para fortalecerem os seus sistemas e a gestão nacional dos direitos de propriedade intelectual, para promover o desenvolvimento industrial, o comércio e a competitividade da região.

Projecto de Quadro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia

160. Um projecto de Quadro e Plano de Acção Regional para a Inovação e Transferência de Tecnologia foi desenvolvido e validado por peritos regionais em Março de 2017 e foi considerado na reunião conjunta dos Ministros da Educação e Formação e da Ciência, Tecnologia e Inovação em Junho de 2017, tendo o Secretariado sido instruído a prosseguir com o trabalho e incluir questões relativas às inovações sociais e da base, tendo em conta a grande percentagem das economias informais na região. O projecto de Quadro e do Plano de Acção tem por objectivo apoiar o desenvolvimento de capacidades, competências e infra-estruturas regionais nas áreas da inovação e transferência de tecnologias para promover o desenvolvimento industrial.

Carta da SADC sobre a Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia

161. A Carta da SADC sobre as Mulheres na Ciência, Engenharia e Tecnologia foi adoptada na reunião conjunta dos Ministros da Educação e Formação e da Ciência, Tecnologia e Inovação em Junho de 2016, que a recomendou sancionamento jurídico pelo Comité dos Ministros da Justiça e Procuradores-Gerais, e aprovação pelo Conselho, em 2017. O objectivo da Carta é aumentar a participação das mulheres e dos jovens nos ramos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Uma importante barreira identificada na Estratégia de Industrialização e no respectivo Roteiro é a falta de competências nas ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).

Desenvolvidos programas regionais de pesquisa, inovação e transferência de tecnologia

162. Entre as realizações notáveis em investigação, inovação e transferência de tecnologia estava a parceria com a Associação de Gestão da Inovação da Região da África Austral (SARIMA) que contava com o apoio do Governo da África do Sul na implementação de um programa de três anos sobre o fortalecimento da capacidade de gestão da investigação e inovação ao nível regional, que terminou em Março de 2017. Vários gestores da área de investigação receberam formação na região nas áreas de gestão da pesquisa e inovação, direitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Um programa de intercâmbio e orientação de profissionais de transferência de tecnologia e investigadores foi implementado, tendo envolvido 31 instituições da região, a organização de 16 seminários de capacitação, que beneficiaram 391 investigadores, e foi criada uma base de dados regional dos gestores de investigação que se encontra operacional.

3.4.3.5 SECTOR PRIVADO

163. O Secretariado manteve a interacção com o Sector Privado através dos Grupos de Trabalho da Fundação de Negócios da NEPAD (NBF) que foram lançados em Abril de 2016. Este diálogo tem-se centrado nas áreas de mineração, indústria farmacêutica e agroindústria.

164. Na sua reunião de Março de 2016, o Conselho, entre outros, instruiu ao Secretariado para trabalhar com o Sector Privado para expor as cadeias de valor existentes e

potenciais durante a comemoração da Semana da Industrialização na Suazilândia. Subsequentemente, a primeira Semana da Industrialização da SADC foi comemorada em Matsapha, Swazilândia, à margem da sessão do Conselho, de 23 a 26 de Agosto de 2016. A mesma culminou com a Declaração de Esibayeni que foi adoptada pelo 2º Fórum Empresarial da África Austral (SABF) e apresentada à primeira Reunião de Alto Nível entre os líderes da indústria e os Ministros da Indústria e Comércio.

165. A Declaração, que essencialmente apela a acções específicas para desenvolver as infra-estruturas necessárias para catalisar a industrialização e para desenvolver corredores no processo de resolução dos problemas relacionados com a facilitação do comércio, barreiras não-tarifárias e circulação de conhecimentos e inovação, contém as seguintes principais mensagens:

- (i) O défice de infra-estruturas materiais e imateriais deve ser sempre abordado conjuntamente;
- (ii) A certeza política, incluindo a estabilidade, previsibilidade, consistência e transparência, é chave para atrair investimentos para a industrialização regional, independentemente do sector ou escala;
- (iii) A definição de prioridades e sequenciamento dos projectos são cruciais para a implementação bem-sucedida; e
- (iv) A facilitação do comércio, através da remoção de barreiras não-tarifárias, da gestão coordenada das fronteiras e de um sistema de trânsito regional sólido, é um pré-requisito para a industrialização em todos os sectores.

166. Como parte da operacionalização da Declaração de Esibayeni, o Secretariado está em processo de assegurar o apoio para realizar as seguintes actividades durante o período 2018/19:

- (i) Revitalização do Comité dos Ministros das Minas da SADC para actuar como contrapartida da Associação da Indústria de Mineração da África Austral (MIASA). Este Comité ajudará a coordenar a provisão simultânea de infra-estruturas materiais e imateriais ao nível do sector da mineração. O Secretariado coordenará a reunião anual do Comité dos Ministros das Minas da SADC;
- (ii) Elaboração de um plano de acção de advocacia para a harmonização dos regulamentos dos diferentes sectores nos Estados Membros; e
- (iii) Desenvolvimento de procedimentos regulamentares e de conformidade 'mais suaves' para os pequenos operadores da área mineira para incentiva-los a participar 'legalmente' na indústria.

167. A próxima Semana da Industrialização será comemorada à margem da Cimeira em Agosto de 2017, na África do Sul.

3.4.3.6 ESTATÍSTICA

168. O programa de Estatísticas da SADC continuou a fortalecer as medidas para a compilação e divulgação de dados estatísticos regionais comparáveis e de qualidade ao nível da região. Foi colocada ênfase na recolha, verificação e validação dos dados antes da sua transmissão ao Secretariado para compilação, e os seguintes principais resultados foram alcançados:

- (i) Foram compilados os indicadores seleccionados para 2016. Estes indicadores são úteis para, entre outros, a avaliação do desempenho económico da região, e incluem variáveis macroeconómicas ou estatísticas dos Sectores Real, Externo e Monetário e compreendem o Produto Interno Bruto (PIB), a Inflação, o Comércio, a Dívida e as Reservas de Divisas, População e Taxas de Câmbio;
- (ii) O Anuário Estatístico da SADC de 2015 foi compilado, validado e colocado no sítio da internet da SADC para promover uma circulação mais ampla. O mesmo apresenta séries temporais de dados e sínteses dos dados estatísticos referentes a SADC cobrindo o período 2000-2015, sobre uma vasta gama de matérias, incluindo a economia e finanças; população; saúde; educação e formação; mercado de trabalho; condições de vida e protecção social; indústria, comércio e serviços; agricultura, silvicultura e pescas; comércio internacional; transporte; meio ambiente; energia; e ciência e tecnologia; e
- (iii) Comunicados de imprensa da SADC sobre os índices dos preços ao consumidor numa base mensal e harmonizados são elaborados e divulgados. Os comunicados de imprensa são utilizados para avaliar, entre outros, o cumprimento pelos Estados Membros dos critérios de convergência para monitorizar o progresso rumo a integração. São igualmente úteis para o diálogo e formulação de políticas monetárias regionais.

3.4.4 QUADRO INSTITUCIONAL PARA COORDENAÇÃO, PLANIFICAÇÃO, E MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

169. O Secretariado teve a iniciativa de apoiar os Estados Membros a criar e fortalecer as Comissões Nacionais da SADC (SNCs) após a decisão do Conselho de realização deste exercício, em conformidade com o disposto no artigo 16A do Tratado da SADC. A este respeito, com o apoio do GIZ, foram realizados estudos de definição do âmbito na República da Zâmbia e na República Unida da Tanzânia, e os resultados destes estudos foram discutidos com as partes interessadas durante seminários nacionais organizados nestes dois Estados Membros. Também foi prestado apoio a República do Malawi e a República do Botswana durante os Seminários de Orientação para os novos membros dos Comitês Nacionais da SADC. Está previsto o engajamento com a República do Botswana para a realização de um estudo de definição de âmbito, enquanto a República do Malawi solicitou a realização de dois seminários para a divulgação dos instrumentos de desenvolvimento regional as várias partes interessadas.

170. Após a criação da Plataforma da SADC para as Entidades Nacionais de Planificação, a plataforma organizou reuniões para apoiar a implementação do RISDP revisto para o período 2015-2020, bem como para assegurar que exista uma adequada integração e sinergias dos quadros de desenvolvimento regional nos planos de desenvolvimento

nacionais. A Plataforma da SADC também esteve envolvida na criação do sistema Online de Monitorização e Avaliação Baseado em Resultados, que requer o desenvolvimento de capacidades ao nível dos Estados Membros.

171. Uma das principais realizações relativas a planificação estratégica foi a convocação do Retiro Ministerial Estratégica da SADC, sobre o tema: "A SADC que Queremos". A organização do Retiro Ministerial decorreu da implementação da decisão do Conselho tomada em Março de 2016, em que este observou a necessidade de uma sessão estratégica especial, ao nível ministerial, para examinar o ponto de situação actual da SADC, o ritmo e nível de implementação da agenda de integração, assim como os constrangimentos e desafios, bem assim as perspectivas sobre como acelerar a agenda de integração da SADC.
172. O Retiro Ministerial Estratégico foi realizada entre 12 e 14 de Março de 2017, à margem da Cimeira Extraordinária, realizada em Março de 2017, em Ezulwini, Suazilândia. O Secretariado participou na preparação dos 5 documentos conceptuais que foram desenvolvidos por instituições identificadas, relativamente aos seguintes tópicos: Visão, Progresso, Desafios e Perspectivas da SADC; Capacidade Institucional da SADC para Cumprir com o seu Mandato; e Financiamento Sustentável para a Integração Regional. O Retiro Ministerial também teve em conta cinco (5) declarações de fundo de Ministros sobre o mesmo tema.
173. O Retiro Ministerial deliberou e fez recomendações sobre os tópicos acima indicados, e produziu um documento final, as "Conclusões do Retiro Ministerial Estratégico da SADC", que foi aprovado e endossado pelo Conselho e pela Cimeira, respectivamente, em Março de 2017. Para operacionalizar todas as decisões do Conselho e da Cimeira sobre o Retiro Ministerial, o Secretariado está em processo de elaborar um plano de implementação e o respectivo roteiro. Nesse sentido, as decisões do Conselho e da Cimeira foram categorizadas em quatro (4) áreas temáticas, e quatro (4) equipas temáticas foram criadas para trabalhar com o Secretariado para produzir Planos de Implementação Temáticos e os respectivos Roteiros, que depois vão ser consolidados e apresentados ao Conselho na sua próxima reunião.
174. Uma apresentação dos trabalhos em curso visando melhorar a monitorização, avaliação e elaboração de relatórios e outras funções do Secretariado é feita na seção 9.0 mais adiante.

4.0 IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO INSITUCIONAL

Um resumo das realizações nas áreas de Serviços Corporativos em 2016/17 é apresentado na Tabela 8.

Tabela 8: Resumo das Realizações no Âmbito dos Serviços Corporativos

#	Áreas	Principais Realizações em 2016/17
1	Orçamento e Finanças	<p>Foram compiladas e emitidas as demonstrações financeiras do Secretariado da SADC referentes ao exercício de 2015/16, em observância das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público.</p> <p>Foi prestado apoio a auditoria das demonstrações financeiras de 2015/16, pelo Conselho de Auditoria e pelos Auditores Gerais, que emitiram um parecer de auditoria sem reservas relativamente as demonstrações financeiras do Secretariado da SADC referentes ao exercício de 2015/16.</p> <p>O Registo de Riscos foi actualizado para facilitar a monitorização dos riscos operacionais.</p>
2	Recursos Humanos e Administração	<p>A nova Estrutura Orgânica do Secretariado foi aprovada e encontra-se em fase de operacionalização;</p> <p>Dos 16 postos regionais que foram anunciados, 14 foram preenchidos, e 2 voltaram a ser anunciadas.</p> <p>Foi disponibilizado equipamento de escritório e acessórios de computadores a todos os funcionários, que também subscreveram o seguro de vida e da cobertura de acidentes de trabalho do grupo.</p> <p>Foi revista e aprovada a política de formação e desenvolvimento e a avaliação de funções, e foi iniciado o processo da sua implementação. Todas as acções de formação internas e externas foram executadas conforme planificado.</p> <p>Foram traduzidos documentos para as 3 línguas de trabalho consoante necessário, e foram prestados serviços de interpretação durante todas as reuniões deliberativas, incluindo durante o Retiro Ministerial Estratégica.</p>
3	Auditoria Interna	<p>Foram elaborados Relatórios de Auditoria Interna e submetidos ao Comité de Auditoria, ao Comité de Finanças e ao Conselho.</p> <p>O Plano Estratégico Trienal da Auditoria Interna para os exercícios financeiros de 2016/17, 2017/18 e 2018/19 foi elaborado e aprovado pelo Comité de Auditoria.</p>
4	Unidade Jurídica	<p>Providenciou aconselhamento/pareceres jurídicos ao Secretariado da SADC e outras instituições da SADC, incluindo organizações subsidiárias da SADC e os intervenientes regionais;</p> <p>Foram finalizados os instrumentos e mecanismos para operacionalizar o Tribunal Administrativo da SADC.</p>
5	Tecnologias de Informação e Comunicação	<p>Foi prestado apoio ao desenvolvimento e implementação de diversos sistemas de informação para programas e projetos regionais e serviços de apoio. Isso inclui o sistema de informático de recursos humanos, o sistema de aquisições, o sistema de monitorização e avaliação e sistema relativo ao tráfico de pessoas.</p>
6	Relações Públicas	<p>Arrancou a implementação da estratégia revista de comunicação e promoção da SADC para o período 2016-2020, tendo plano de implementação e o</p>

		<p>respectivo orçamento, sido aprovados pelo Conselho e pela Cimeira da SADC em Agosto 2016 e, entre outros, o prémio pecuniário da SADC para o Concurso de Jornalismo e para o Concurso de Redação para estudantes do ensino secundário foi revisado e será apresentado ao Conselho.</p> <p>A presença online do Secretariado da SADC foi intensificada ao se tornar mais activo em plataformas das redes sociais como o Facebook, Twitter, LinkedIn e YouTube, para complementar outras formas existentes de comunicação da SADC para os seus parceiros e para os cidadãos da região. Até ao presente, mais de 100 vídeos sobre a SADC foram colocados na internet no Canal da SADC de You tube designado “Communicating SADC”.</p> <p>O boletim electrónico mensal <i>Inside SADC</i> é agora amplamente distribuído através do sítio da internet da SADC e através de listas electrónicas, incluindo para os pontos de contacto nacionais da SADC, Parceiros de Cooperação Internacional, os Mídia e para os Coordenadores dos Mídia Nacionais ligados a SADC, que por seu turno fazem a distribuição pelas suas redes.</p>
7	Contratação Pública de Obras, Bens e Serviços	<p>A Política de Contratação Pública foi revista e aprovada, e a sua implementação arrancou em Janeiro de 2017.</p> <p>O sistema automatizado de contratação pública foi desenvolvido e é acessível em linha</p> <p>Foi contratada uma agência de viagens para processar os requisitos em viagens dos funcionários da SADC. Espera-se que com esta contratação melhore a eficiência na aquisição de bilhetes e outras questões relacionadas com viagens.</p>
8	Gabinete da Secretária Executiva	<p>Em colaboração com os Gabinetes dos Secretários Executivos Adjuntos e todas as Direcções e Unidades, as principais políticas e protocolos da SADC foram efetivamente implementados; as relações com Parceiros Estratégicos foram reforçadas; e as recomendações da avaliação do Pilar da Avaliação do Controlo Interno, Aquisições, Contabilidade e Auditoria Externa foram implementadas de forma satisfatória.</p>

5.0 COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

5.1 UNIÃO AFRICANA (UA) E NEPAD

175. O Secretariado continuou intimamente ligado a agenda da integração continental, através da participação nas reuniões da Cimeira e do Conselho Executivo da UA, realizadas em Julho de 2016 e em Janeiro de 2017, bem como em várias reuniões dos comités técnicos. A ênfase destas reuniões continua a incidir sobre a importância das Comunidades Económicas Regionais (CER) na implementação da Agenda 2063 da União Africana e o seu Plano de Implementação para os Primeiros Dez Anos (FTYIP), conforme aprovado pela Cimeira de Chefes de Estado e Governo da UA. O Secretariado colaborou com a CUA em questões relacionadas com a Paz e Segurança e na agenda mais ampla de Silenciar as Armas em África até 2020 através, entre outros, do Programa da Arquitectura de África para a Paz e Segurança (APSA).
176. O Secretariado vai continuar a ter uma colaboração estreita com a CUA sobre matérias que afectam o continente, incluindo a implementação das Decisões da Cimeira e do Conselho Executivo, por exemplo, a implementação de projectos emblemáticos da UA. Além disso, a colaboração com as CER e com o Presidente da CUA no processo de reforma da UA será mantida para ter um entendimento claro sobre a divisão de trabalho entre a CUA e as suas agências e as CERs, bem como com outros Mecanismos de Coordenação Regional (RCMs). Também haverá um maior engajamento sobre a decisão da Cimeira sobre a quotização de 0,2 por cento para financiar a Agenda 2063 da UA, em termos de modalidades para aceder aos recursos pelas CER, por constituírem a primeira linha de implementação.
177. O Secretariado participou das reuniões de Comité Directivo da NEPAD, onde foram apresentadas iniciativas de integração regional, especialmente projectos que se enquadram no Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) e na Iniciativa Presidencial de Promoção de Infra-estruturas (PICI).
178. Espera-se que as negociações sobre a Área de Comércio Livre Continental (CFTA) avancem rapidamente na sequência da adopção pela 3ª Reunião dos Ministros Africanos do Comércio realizada em Niamey, Níger, em Junho de 2017, e que se debruçou sobre o Projecto das Modalidades para as Negociações sobre as Tarifas e Comércio de Serviços no âmbito da CFTA. Os Ministros também aprovaram o calendário revisto das reuniões para as negociações CFTA acomodar o tempo adicional solicitado pelo CFTA - Fórum de negociação e grupos técnicos de trabalho a fim de completar o seu trabalho no horário. Prevê-se que as negociações sejam concluídas na próxima reunião dos Ministros do Comércio da UA agendada para os dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2017, em Niamey, Níger. O Presidente Issoufou Mahamadou do Níger é o campeão designado da CFTA e no seu discurso durante a abertura da reunião dos Ministros Africanos do Comércio em Junho de 2017, exprimiu confiança de que o projecto de Acordo que institui a CFTA pode ser finalizado dentro do prazo estipulado de finais de 2017.

AGENDA TRIPARTIDA DA SADC-COMESA-EAC

179. Os Estados Membros/Parceiros do processo Tripartido prosseguiram com as negociações para a conclusão das questões pendentes da 1ª Fase das negociações, ao

abrigo da Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT). Progresso significativo foi alcançado durante a sexta reunião do Comité Ministerial Sectorial Tripartido (TSMC) realizada recentemente em Kampala, Uganda, em Julho de 2017, que considerou e adoptou o Anexo II sobre Recurso em Matéria Comercial, o Anexo X sobre os Mecanismo de Resolução de Disputas e o Anexo IV sobre as Regras de Origem do Acordo da ZCLT.

180. Sobre as questões pendente relativas as negociações sobre as ofertas tarifárias, a reunião do TSMC realizada em Julho de 2017 em Kampala concordou que o Grupo de Trabalho Tripartido deve interagir com os Estados Membros/Parceiros do processo Tripartido que não responderam as ofertas; e que os Estados Membro/Parceiros do processo Tripartido devem observar os prazos definidos para a conclusão das negociações e troca das ofertas tarifárias até 31 de Outubro de 2017.
181. O nº 3 do artigo 39º do Acordo sobre a ZCLT prevê que o Acordo entra em vigor após a sua ratificação por catorze (14) Estados Membros/Parceiros. Até à data, dezanove (19) Estados Membros/Parceiros assinaram o Acordo, com o mais recente signatário sendo a África do Sul, que procedeu a sua assinatura no final da reunião do dia 7 de Julho de 2017 do TSMC. Até à presente data, apenas o Egipto ratificou o Acordo. A adopção pela reunião do TSMC realizada em Kampala dos anexos pendentes do acordo da ZCLP deverá proporcionar o impulso necessário para os Estados Membros/Parceiros procederem a assinatura e ratificação do Acordo da ZCLT. Esperam-se desenvolvimentos a este respeito ao longo ano e futuramente.
182. Ao abrigo do pilar de Desenvolvimento das Infra-estrutura, as CERs ao nível tripartido continuaram a colaborar em diversos programas e projectos. Durante a 25ª Reunião Tripartida do Subcomité das Infra-estruturas realizada na sede da EAC em Arusha, na República Unida da Tanzânia, em Maio de 2017, discutiu-se a implementação de vários programas. Estes incluem:
 - (i) O Programa Tripartido de Transporte e Facilitação do Trânsito – as CERs ao nível Tripartido e os Estados Membros desenvolveram o Programa Tripartido de Transporte e Facilitação do Trânsito anteriormente financiado pelo DFID. Este programa, procura apoiar os Estados Membros/Parceiros na implementação de políticas, leis, regulamentos, sistemas e normas harmonizadas relativas ao transporte rodoviário, que afectam os motoristas, carga, veículos automóveis e infra-estruturas rodoviárias nos países da região da África Oriental e da África Austral.
 - (ii) Programa da Aviação Civil – este compreende nomeadamente:
 - (a) A Liberalização do Transporte Aéreo – a Iniciativa Tripartida está a alinhar o Programa de Trabalho Tripartido sobre a implementação da Decisão de Yamoussoukro com o Roteiro da União Africana sobre a Criação de um Mercado Africano Único de Transporte Aéreo e a Iniciativa Tripartida irá coordenar a implementação do Roteiro da União Africana na Região Tripartida, em articulação com a Comissão Africana da Aviação Civil (CAFAC), enquanto Agência de Execução da União Africana.

- (b) Implementação de um único espaço aéreo superior sem entraves – isso envolve a colaboração na implementação de programas de Comunicação, Navegação, Vigilância/Gestão do Tráfego Aéreo, o que resultará em sistemas de Comunicação, Navegação e Vigilância/Gestão do Tráfego Aéreo harmonizados e desobstruídos ao nível do Tripartido.
- (iii) Programas de energia – existem vários projectos que se encontram em diferentes estágios de implementação, e estes incluem: o projecto de interconexão de transporte de energia Zâmbia-Tanzânia-Quênia (ZTK); Melhoria do Mercado de Energia Regional Sustentável na sub-região da África Oriental e Austral; Zimbabwe-Zâmbia-Botswana-Namíbia (ZIZABONA); e Desenvolvimento do Projecto de Energia Hidroeléctrica de Batoka Gorge (Zâmbia-Zimbabwe) no Rio Zambeze.
- (iv) Corredor de Desenvolvimento – o Tripartido priorizou o desenvolvimento de corredores para facilitar o transporte de trânsito e expandir o comércio dentro e entre as respectivas regiões. Vários projectos específicos para a SADC estão a ser preparados e implementados no corredor Norte-Sul, incluindo a implementação da Iniciativa de Revitalização das Ferrovias Regionais (RRI) e de Projetos de Estradas.
- (v) Transporte Marítimo – em parceria com a IGAD e a COI, e com a coordenação da Comissão do Oceano Índico (COI) foi preparado conjuntamente um documento inicial de ação para o apoio ao sector de transporte marítimo na região África Oriental-África Austral e Oceano Índico. Diversas áreas de apoio foram priorizadas e estas incluem:
 - (a) Fortalecimento e liberalização do quadro regulamentar que rege os transportes marítimos;
 - (b) Concepção e implementação de um corredor de transporte marítimo, denominado Corredor Marítimo do Sudoeste do Oceano Índico (SWIOMC), que liga os Estados Membros da COI e a parte continental de África para tirar proveito dos regimes do comércio preferencial da SADC e da COMESA; e
 - (c) Desenvolvimento de uma política e estratégia para ter em conta as alterações climáticas (mitigação e adaptação) para que o sector dos transportes marítimos possa diminuir os seus efeitos sobre as mudanças climáticas.

6.0 COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

1. O Secretariado continuou a manter contactos com os Parceiros de Cooperação Internacional com vista a mobilizar recursos para a implementação dos programas e projectos regionais prioritários no âmbito do RISDP, bem como para assegurar que o apoio esteja alinhado com as prioridades da SADC, em consonância com a Declaração de Windhoek adoptada em 2006 para guiar a cooperação entre a SADC e os Parceiros de Cooperação Internacional.
2. Os parceiros de desenvolvimento, a União Europeia através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e países individualmente, como a Alemanha e outros, continuaram a prestar o seu apoio, tanto tecnicamente como financeiramente. Um apoio significativo foi também recebido de organizações tais como BAD, Banco Mundial, Commonwealth, Organização Mundial da Saúde, alimentos e organização de agricultura, USAID, Agências das Nações Unidas, o Fundo Global e instituições regionais, como a Southern African Trust.
3. Para além da colaboração contínua com os Parceiros de Cooperação Internacional, e em consonância com a decisão do Conselho tomada em Agosto de 2015, que instruiu o Secretariado a constituir um grupo de trabalho técnico composto por peritos dos Estados Membros para coordenar os trabalhos relacionados com a elaboração de um quadro de mobilização recursos regionais da SADC, várias opções de fontes alternativas de rendimento para minimizar os riscos de depender do apoio dos parceiros de desenvolvimento foram pesquisadas em 2016/17 e tais opções incluíam: o Imposto sobre as Transação Financeiras; Lotaria; Filantropia; Eventos Regionais; Taxa de Turismo; Taxa sobre as Exportações e Importações; Taxa sobre os Transportes e a Eliminação dos Fluxos Financeiros Ilícitos.
4. A primeira e a segunda reunião do Grupo de Trabalho foram realizadas em Agosto de 2016 e em Março de 2017, respectivamente. O propósito destas reuniões foi passar em revista estes estudos e apresentar recomendações e propostas concretas que servirão de base para o desenvolvimento do Quadro Regional da SADC de Mobilização de Recursos para angariar receitas para financiar os programas e projectos de integração regional no âmbito do RISDP revisto para 2015 - 2020, a Estratégia de Industrialização da SADC e o respectivo Roteiro para o período 2015 - 2063, o Plano Director Regional da SADC para o Desenvolvimento das Infra-estruturas, o SIPO e o Plano de Investimento de RAP.

6.1 COOPERACAO ENTRE A SADC E A UNIAO EUROPEIA

Programa Indicativo Regional do 10º FED

5. Durante o período 2008-2013, a SADC planificou 116 milhões de Euros para os seguintes programas: O Programa de Cooperação Política Regional (RPC), o Programa de Reforço da Capacidade Institucional da SADC (ICDP), o Programa de Apoio à Integração Económica Regional (REIS), o Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC (PPDF) e o Fundo de Apoio às Actividades Relacionadas com o Comércio Regional (TRF); e o Fundo de Cooperação Técnica (TCF II). A implementação destes programas e projetos chegará ao fim em Março de 2018. Uma descrição das principais realizações no âmbito de cada programa/projecto foi apresentada no contexto das respectivas áreas de cooperação e integração regional apresentadas acima.

Programação para o 11º FED;

6. O 11^o FED abrange o período 2014 - 2020 e tem como enfoque: (i) a Paz, Segurança e Estabilidade Regional, (ii) a Integração Económica Regional; e (iii) a Gestão Regional dos Recursos Naturais, beneficiando a África Oriental, a África Austral e a região do Oceano Índico (EA-SA-IO). O Programa foi assinado em Junho de 2015 e recebeu uma verba total de 1,332 biliões de Euros, como segue:
- (i) Envelope sub-regional: € 450 milhões (dividido entre as CER da EA-SA-IO);
 - (ii) Envelope das Infra-estruturas: € 600 milhões (implementado conjuntamente);
 - (iii) Envelope Trans-regional € 600 milhões (implementado conjuntamente);
 - (iv) Fundo de Cooperação Técnica € 600 milhões (implementado conjuntamente);
 - (v) Reserva: € 600 milhões (implementado conjuntamente).

A. Envelope sub-regional: €450 milhões

7. A partir do envelope sub-regional, a SADC recebeu 90 milhões de Euros, tendo o saldo sido distribuído pelas outras CERs, nomeadamente: COMESA, EAC, IGAD e IOC. A SADC preparou os projectos contidos na Tabela 9 a partir da sua verba de 90 milhões de Euros. O envelope da SADC vai ser totalmente programado antes de Dezembro de 2017, e a implementação de alguns projectos terá início no primeiro trimestre de 2018.

Tabela 9: Situação da Programação do Envelope Sub-regional da SADC €90 milhões

Projecto	Orçamento	Ponto de situação da programação
Gestão de Recursos Naturais ao Nível Regional	€ 9 m	Formulação do projecto concluída. Em fase de operacionalização
Paz, Segurança e Estabilidade Regional	€ 15 m	Formulação do projecto em curso.
Integração Económica Regional (Industrialização, Facilitação do Comércio e Investimento)	€ 47 m	Formulação do projecto em curso.
Capacitação Institucional do Secretariado da SADC e das Partes Interessadas a Nível Nacional	€ 14 m	Formulação do projecto concluída. Em fase de operacionalização
Mecanismo de Cooperação Técnica	€ 5 m	Identificação do projecto em curso.
TOTAL	€ 90 m	

B. Envelope das Infra-estruturas €600 milhões

8. As CERs beneficiar-se-ão do envelope das infra-estrutura através de identificação e implementação conjunta de projectos de infra-estruturas materiais e imateriais, como ilustrado na Tabela 10.

Tabela 10: Objectivos e Dotações para o Envelope das infra-estruturas

Área Prioritária	Objectivos Específicos	Dotação (M€)
Integração Económica Regional	Projectos de infra-estruturas materiais que visam melhorar a conectividade e a eficiência das redes de infra-estruturas regionais	525
	Projectos de infra-estruturas imateriais que visam criar um ambiente favorável melhorado, por exemplo, o quadro estratégico e regulamentar para sustentar e maximizar a utilização das infra-estruturas físicas, nos domínios do transporte, energia, TIC e recursos hídricos	40
	Desenvolvimento da capacidade no domínio das infra-estruturas	35
TOTAL		600

9. Em 2016, as CERs submeteram conjuntamente a UE, uma carteira de 34 projectos prioritários de infra-estrutura materiais nas áreas de: Energia, TIC e Transporte, para consideração para financiamento a partir de 2017. A SADC está a liderar a preparação de seis (6) desses projectos. Até à data, a UE comprometeu-se a disponibilizar € 200 milhões como financiamento inicial para alavancar o financiamento para esses projectos. Para 2018 em diante, 27 novos projectos foram apresentados a UE, dos quais, 16 têm a SADC pela frente. Espera-se que a obtenção de fundos para tais projectos ocorra durante o período compreendido entre 2017 e 2020.
10. As CERs registaram progressos em termos da formulação de projectos de infra-estruturas imateriais nas áreas de: Energia, Transporte, TIC, Aviação e sector Marítimo, conforme ilustrado na Tabela 11.

Tabela 11: Progresso na formulação de projectos de infra-estruturas imateriais no âmbito do 11º FED

Objectivo e recursos	Orçamento	Liderado por	Roteiro e progresso
Transporte e Facilitação do Trânsito	€ 20 m	SADC	Projecto operacional
Mercado Sustentável para a Energia na África Oriental e Austral	€ 7 m	COMESA	Projecto operacional
Consolidação do Mercado das TIC na Região da África Oriental e Austral e do Oceano Índico	€10,8 m	COMESA	Formulação do projecto em curso
Projecto de Facilitação do Comércio e dos Transportes Marítimos na Região da EA-SA-IO	€ 10 m	IOC	Formulação do projecto em curso
Apoio ao desenvolvimento do sector dos transportes aéreos na Região da África Oriental e Austral e do Oceano Índico	€ 13.5 m	COMESA	Formulação do projecto em curso
Mecanismo de assistência técnica (para estudos de pré-viabilidade para projectos de infra-estruturas de transportes)		UE	Formulação do projecto concluída. A aguardar

Objectivo e recursos	Orçame nto	Liderado por	Roteiro e progresso
			pela decisão de financiamento

C. Envelope Trans-regional €205 milhões

11. A UE e as CER acordaram em canalizar fundos para actividades de carácter trans-regional de identificação e implementação conjunta. Estes são projectos que transcendem as fronteiras geográficas de uma CER. O progresso na formulação de projectos trans-regionais ao abrigo do 11^o FED é retratado na tabela 12. Este envelope é liderada pela União Europeia, com excepção dos projectos específicos, liderados pela SADC, como ilustrado abaixo.

Tabela 12: Progresso na formulação de projectos trans-regionais no âmbito do 11th FED

Objectivo e Recursos	Orçame nto	Lidera do por	Roteiro e Progresso
Paz e Segurança na Região dos Grandes Lagos	€ 30 m	UE	Formulação do projecto em curso
Migração	€ 25 m	SADC	Formulação do projecto concluída. A aguardar a resposta da UE
Situação Marítima, Segurança e Protecção	€ 30 m	IOC	Formulação do projecto em curso
Implementação dos Acordos de Parceria Económica Interinos entre a UE e a África Oriental e a África Austral	€ 40 m	UE	Formulação do projecto em curso
Gestão Transfronteiriça de Recursos Hídricos	€ 20 m	SADC	Formulação do projecto concluída. A aguardar a resposta da UE
Contribuição da Pesca Sustentável para a Economia Azul	€ 30 m	IOC	Formulação do projecto em curso
Conservação da Fauna Bravia	€ 30 m	UE	Formulação do projecto em curso
TOTAL	€205 m		

D. Mecanismo de Cooperação Técnica: €15 milhões

12. A UE e as CER acordaram com relação a atribuição de fundos para actividades de carácter não prioritário, que iriam apoiar a formulação, no âmbito do 11^o FED, de projectos e atividades de coordenação trans-regional e inter-CER, como retratado na Tabela 13.

Tabela 13: Atribuição de Financiamento TCF e Situação da Formulação do Mecanismo de Cooperação Técnica da SADC (TCF)

DMRO/ORDM (Organizações Regionais Devidamente Mandatadas)	Orçamento	% do TCF total	Progresso

COMESA	1.5 m	15,3	
EAC	1.5 m	15,3	
IGAD	1.4 m	14,4	
IOC	0.9 m	9,0	
SADC	1.625 m	16,2	<i>A SADC preparou um programa provisório para a afectação de 1,625 milhões. Implementação está em curso</i>
Total Sub-Regional	7.0 m	70,0	
Total Trans-Regional	3.0 m	30,0	
TOTAL	10 m	100	

6.2 DIALOGO POLITICO ENTRE A SADC E A UE

13. O Diálogo Político é um dos principais pilares do **Acordo de Parceria de Cotonou** assinado pela União Europeia (UE) e o Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) em 2000. O Diálogo Político entre a SADC-UE foi lançado na Conferência Ministerial da SADC-UE, em Berlim, Alemanha, em Setembro de 2004 (esta conferência, também conhecida como a Iniciativa de Berlim, resultou na aprovação da Declaração de Berlim). Para a SADC, pretende-se criar uma plataforma para o diálogo de alto nível com o objectivo de apoiar a democracia a todos os níveis, a promoção da cooperação na área do comércio e encorajar políticas que promovam um crescimento económico sustentável e reformas económicas nas duas regiões.
14. As duas partes realizam o Diálogo Político ao nível dos Altos Funcionários uma vez por ano e o Diálogo Político Ministerial de dois em dois anos, alternando entre a região da UE e a região da SADC. O último Diálogo Político Ministerial teve lugar em Luxemburgo, em Outubro de 2015. O Diálogo Político dos Altos Funcionários decorreu em Outubro de 2016, com enfoque na Paz e Segurança, e em Novembro de 2016, com enfoque na Cooperação Económica e Parceria.
15. O Diálogo dos Altos Funcionários foi realizado em Junho de 2017 em preparação do Diálogo Ministerial, a ser lugar no último trimestre de 2017. O Diálogo tem sido fundamental para a identificação de áreas de interesse comum entre as duas partes, destacando oportunidades e desafios, bem como respostas e intervenções ao nível da política e dos programas.

6.3 COOPERACAO ENTRE A SADC E A ALEMANHA

16. A Alemanha continua a ser um importante parceiro para a SADC. O volume total da Cooperação Técnica e Financeira bilateral (respectivamente através da GIZ e da KfW) providenciada pelo Ministério Federal para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (BMZ), desde o início da cooperação em 1995, ultrapassa os 341 milhões de Euros. A Alemanha presta apoio adicional a Agenda de Integração Regional da SADC através de suas contribuições para o FED, em virtude de pertencer a União Europeia. Continua também a cooperar bilateralmente com os Estados Membros da SADC e outras instituições sub-regionais e nacionais da SADC.
17. No âmbito da Declaração de Windhoek (2006) e de outros compromissos internacionais sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, a Alemanha participa activamente no Diálogo da Parceria da SADC-ICP e é o ICP - líder do Grupo Temático da Água no contexto da SADC-ICP.
18. As áreas de cooperação são acordadas por meio de consultas bilaterais sobre cooperação entre a SADC e a Alemanha mantidas de dois em dois anos. As últimas negociações bilaterais entre o Secretariado da SADC e o Governo da República

Federal da Alemanha foram realizadas em Junho de 2017, tendo as duas partes acordaram em apoiar conjuntamente os seguintes projectos, que se encontram mais detalhados na Tabela 14:

- (i) Integração Económica Regional (cobrindo também a Paz, Segurança e Boa Governação);
- (ii) Gestão Transfronteiriça dos Recursos Hídricos;
- (iii) Gestão Transfronteiriça dos Recursos Naturais e Adaptação às Mudanças Climáticas; e
- (iv) Reforço das Ligações entre o nível Nacional e Regional.

Tabela 14: Ponto de situação dos compromissos assumidos em 2017 durante as Consultas Bilaterais entre a SADC e a Alemanha

Projecto/programa	Tipo de cooperação	Compromisso em 2016 em €	Compromisso em 2017 em €	Total
Cooperação para o Reforço da Integração Económica Regional na SADC (CESARE)	Cooperação Técnica		€8 milhões	€8 milhões
Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos	Cooperação Financeira		€13.5 milhões	€13.5 milhões
Utilização e protecção transfronteiriça dos recursos naturais na região da SADC	Cooperação Técnica		€4.5 milhões	€4.5 milhões
Adaptação da agricultura às alterações climáticas/	Cooperação Técnica		€1.5 milhões	€1.5 milhões
Facilidade de Financiamento de TFCA	Cooperação Financeira	€8 milhões	€4 milhões	€12 milhões
Reforço das ligações entre o nível nacional e regional na SADC.	Cooperação Técnica		€5.5 milhões	€5.5 milhões
Paz, Segurança e Boa Governação	Cooperação Técnica		€1.5 milhões	€1.5 milhões
Fundo para Estudos e Peritos	Cooperação Técnica		€1 milhões	€1 milhões
Sub-total Cooperação Técnica			€8 milhões	€8 milhões
Sub-total			€8 milhões	€8 milhões
Total geral		€8 milhões	€39.5 milhões	€47.5 milhões

6.4 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO MUNDIAL

19. O Banco Mundial continuou a prestar apoio a implementação de programas da SADC, sobretudo através da prestação de assistência aos Estados Membros da SADC, no quadro da cooperação bilateral, e a nível regional, no quadro da cooperação com o

Secretariado da SADC. Na sequência da reunião consultiva que o Secretariado teve com o Director Executivo do Banco Mundial responsável pelo Grupo Africano em Março de 2017, foi proposto que o Secretariado participasse na Reunião da Primavera de 2017 e explorasse as oportunidades de incrementar ainda mais a cooperação com o Banco Mundial, para negociar e lançar as bases de um programa de apoio as infra-estruturas na SADC, em particular nas seguintes áreas:

- (i) Apoio ao quadro institucional para a estruturação de projectos identificados no Plano Director para o Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais;
- (ii) Oportunidades de investimento em projectos elegíveis ao financiamento bancário;
- (iii) Apoio a implementação da Estratégia de Industrialização da SADC e ao respectivo Plano de Acção; e
- (iv) Apoio a implementação da Política Agrícola Regional e ao respectivo Plano.

20. Na sequência de uma proposta da COMESA de 2016, propôs-se a organização de uma reunião conjunta entre o Banco Mundial e as CER Tripartidas (SADC, COMESA e EAC) à margem das Reuniões da Primavera de 2017, para discutir as formas de melhorar a coordenação e harmonização dos programas trans-regionais sobre a integração regional. A reunião teve como objectivo juntar as três CER e o Banco Mundial para passar em revista o ponto de situação dos programas tripartidos e o apoio do Banco Mundial à integração regional na sub-região; e explorar formas e meios de acelerar a sua implementação através de uma melhor harmonização e coordenação entre as CER, por um lado, e um maior apoio do Banco Mundial e de outros Parceiros do Desenvolvimento, por outro.

21. A carteira activa da IDA do Banco Mundial de projectos regionais para apoiar a integração regional na SADC corresponde a US\$ 1,8 bilião para 10 projectos nos sectores dos transportes, energia, TIC e agricultura.

6.5 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A CHINA

22. O Secretariado participou da sexta reunião Ministerial e na Cimeira de Joanesburgo, do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em Dezembro de 2015. Durante a Cimeira de Joanesburgo, o governo chinês anunciou cerca US\$ 60 biliões de financiamento de apoio a África nos próximos três anos. A Cimeira de Joanesburgo do FOCAC adoptou a Declaração e o Plano de Acção delineando as acções a empreender nos próximos três anos, incluindo um mecanismo de acompanhamento para facilitar a monitorização.

23. O Plano de Acção do FOCAC (2016 – 2018) define a cooperação nas áreas política, económica, social, cultural e de segurança. O seguinte está incluído no âmbito da cooperação económica: parceria na indústria e capacidade de desenvolvimento industrial; desenvolvimento de infra-estrutura; energia e recursos naturais; investimento e cooperação económica; comércio; agricultura e segurança alimentar; economia dos oceanos e turismo. Estas áreas de cooperação estão em consonância com as prioridades da SADC, conforme descrito no RISDP revisto para 2015-2020.

24. Como passos seguintes, e com vista a operacionalizar a Declaração e o Plano de Acção da Cimeira de Joanesburgo, o Secretariado está a manter consultas com o governo chinês e a negociar um Acordo-Quadro para a Cooperação Técnica na área de Economia, Comércio, Investimentos entre a SADC e o Governo da República Popular da China.

6.6 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O JAPÃO

25. Na sequência do diálogo político entre o Secretariado da SADC e o Governo do Japão, mantido em Novembro de 2015, o Secretariado está em vias de encetar contactos com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para concretizar a proposta de nomeação de um assessor técnico japonês para ser colocado na Direcção de Infra-estruturas e Serviços, para facilitar o acesso aos recursos da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África (TICAD) para o desenvolvimento de infra-estruturas. A proposta visa apoiar a SADC nas áreas prioritárias descritas no RISDP Revisto (2015-2020) e no Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais (RIDMP), em consonância com a TICAD V, para acelerar o crescimento em África; e tal como descrito no Plano de Acção de Yokohama 2013-2017.
26. Importa notar que o Japão também está a apoiar um projecto regional sobre a Conservação Florestal e a Gestão Sustentável dos Recursos Florestais na África Austral através de uma subvenção de \$6,4 milhões, essencialmente para assistência técnica que inclui assessoria técnica na área da Silvicultura.

6.7 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

27. O BAD continua a prestar apoio a implementação de programas na região da SADC, através da cooperação bilateral com os Estados Membros da SADC individualmente e através da cooperação com o Secretariado com relação aos programas regionais. A este respeito, o Secretariado manteve a interacção com o BAD ao nível técnico e das políticas para explorar a cooperação no âmbito das Cinco Grandes Iniciativas do Banco, em consonância com as prioridades regionais da SADC, conforme descrito no RISDP revisto.
28. Foi organizado um pequeno-almoço de trabalho entre a SADC e os Directores Executivos, que representam a região da SADC em Março de 2017, na Suazilândia, à margem da Cimeira da SADC, para discutir as áreas prioritárias de cooperação entre a SADC e BAD; assuntos institucionais; mecanismo de cooperação; e como abordar os desafios encontrados na implementação dos programas financiados pelo BAD. A reunião sugeriu que o BAD explorasse os potenciais recursos a escala global, por exemplo, o Fundo Verde para o Clima, que prevê o financiamento para a mitigação das mudanças climáticas. Para fazer esta agenda avançar ainda mais, o Secretariado participou nas Reuniões Anuais do BAD em Maio de 2017, em Ahmedabad, Índia, e participou na organização de uma reunião paralela dos Ministros da Finanças da SADC e o Presidente do BAD.
29. Em conformidade com as decisões do Conselho sobre o Retiro Ministerial da SADC realizado na Suazilândia em Março de 2017, o Secretariado está a trabalhar com o BAD no sentido de conceber os instrumentos e quadros necessários, como por exemplo as Obrigações para as Infra-estruturas, Garantias Parciais do Risco, Garantias de Seguro e Garantias Parciais do Crédito, para uso nos Estados Membros; bem como as modalidades para alavancar a Estratégia da Industrialização do BAD;

6.8 PLATAFORMA DE DIÁLOGO ENTRE A SADC E OS PARCEIROS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ICP)

30. Em consonância com a declaração de Windhoek (2006) sobre a nova parceria entre a SADC e os parceiros de cooperação internacional (ICPs) que contempla reuniões bianuais da plataforma de diálogo entre a SADC/ICP, tendo a última reunião da plataforma de diálogo SADC/ICP sido realizada em Outubro de 2016. A reunião discutiu o progresso na implementação dos programas e actividades da SADC como consta do RISDP revisto (2015-2020) e as formas de melhorar o alinhamento do apoio dos ICPs às prioridades da SADC.
31. Conforme descrito na Declaração de Parceria da SADC-ICP e nos Termos de Referência Genéricos para a Plataforma e Grupos Temáticos, o engajamento com os ICPs também prosseguiu através de reuniões de coordenação dos Grupos Temáticos em que o Secretariado se reúne com os ICPs interessados, trabalhando em sectores específicos para facilitar a partilha de informações, garantir a utilização efectiva dos recursos e minimizar a duplicação dos programas de apoio.

7. BOA GOVERNAÇÃO

7.1 GESTÃO DO RISCO

1. A Gestão do Risco continua a ser um importante pilar da governação para o Secretariado, e a sua Direcção continuou a promover e apoiar a gestão de risco de forma eficaz de toda a instituição, através da criação de estruturas de fiscalização para monitorizar a implementação da política de gestão do risco. As Direcções e Unidades continuaram a rever e actualizar os seus perfis de risco para garantir que os impactos e a probabilidade dos riscos sejam mitigados de forma proactiva, enquanto as potenciais oportunidades são exploradas ainda mais, sempre que possível.
2. Os principais riscos estratégicos identificados para o Secretariado para o exercício financeiro permaneceram os mesmo que os do ano anterior:
 - (i) A não promoção do crescimento económico sustentável e equitativo e do desenvolvimento socioeconómico devido à não-conformidade com os compromissos regionais pelos Estados Membros
 - (ii) Definição inadequada das prioridades, resultando no incumprimento das metas
 - (iii) A filiação em múltiplas organizações económicas regionais constitui impedimento a integração económica regional da SADC
 - (iv) Financiamento insustentável e inadequado para a agenda de integração regional da SADC
 - (v) Sistema inadequado de gestão do desempenho organizacional
 - (vi) Falta de massa crítica para conduzir a função nuclear do Secretariado da SADC.
3. Para mitigar estes riscos, foram desenvolvidos planos de acção com prazos, e o progresso na implementação dos planos de acção tem sido monitorizado ao longo de todo o ano. Após o desenvolvimento da Política de Continuidade de Negócios da SADC, que foi aprovado pelo Conselho em Março de 2016, o Secretariado está agora em processo de desenvolvimento de um Plano de Gestão para a Continuidade de Negócios, para assegurar a transição sem sobressaltos e a continuidade durante catástrofes, emergências e/ou interrupções inesperadas do funcionamento do Secretariado.

7.2 AUDITORIA

4. O Secretariado continuou a colaborar e apoiar todas as estruturas que têm a responsabilidade de supervisão e de realização da auditoria das actividades do Secretariado da SADC. Estas estruturas, que incluem o Conselho de Ministros, o Comité de Auditoria, Auditores Externo e Internos, continuaram a fornecer orientações, reconforto e pareceres em todos os assuntos relacionados com a auditoria, visando melhorar o ambiente de controlo interno e a fiabilidade das demonstrações financeiras.
5. O Secretariado também continuou a implementar as recomendações das auditorias externas e internas, bem como a auditoria institucional, a fim de trazer melhorias aos sistemas de gestão do Secretariado, em particular, o fortalecimento do ambiente de controlo interno. A eficácia do ambiente de controlo permitiu que o Secretariado continuasse a receber recursos dos ICPs através de projectos e acordos de contribuição.
6. A Secretária Executiva está empenhada em apoiar todas as estruturas encarregues de guiar o Secretariado em matérias relativas à governação e fiscalização. Isto vai garantir a melhoria dos sistemas de gestão em cumprimento das normas internacionais para que os princípios de governação sejam observados na gestão do funcionamento do Secretariado.

8.0 IMPLEMENTAÇÃO DO QUADRO DE GESTÃO FINANCEIRA

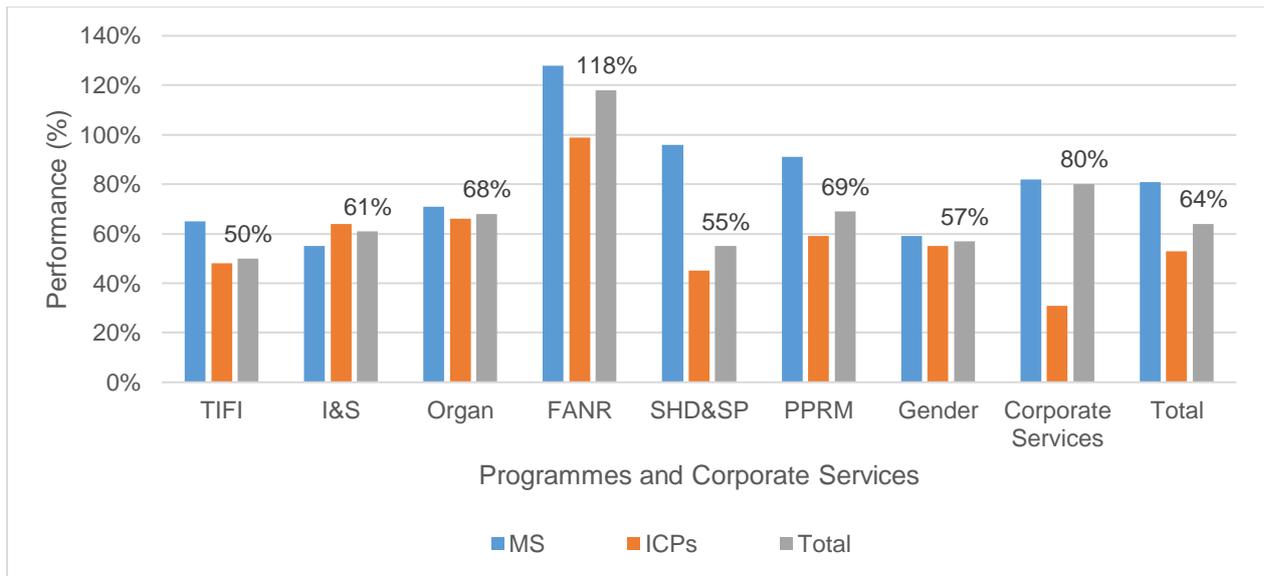
Considerações gerais

1. O controlo orçamental e financeiro ao nível do Secretariado é executado no âmbito do quadro de Gestão Financeira, visando oferecer um serviço de assessoria e apoio eficaz e eficiente ao Secretariado na gestão do risco para que este possa desempenhar devidamente as suas responsabilidades fiduciárias. Os regulamentos financeiros, ordens de execução permanente e as normas para a gestão do funcionamento da SADC são aprovados pelo Conselho de Ministros nos termos do artigo 30 do Tratado da SADC. Estes configuram um quadro jurídico coerente e abrangente para a Gestão Financeira. Conforme determinado pelos regulamentos financeiros, a fiscalização e controlo da execução orçamental destina-se a assegurar, entre outros, a observância dos princípios de boa governação corporativa; e assegurar a existencia de medidas de gestão dos riscos, incluindo a política e estrutura de gestão do risco da SADC.
2. Em termos de relatórios e auditorias de controlo, nos termos do Artigo 15 (h - i) do Tratado, a Secretária Executiva deve preparar e apresentar ao Conselho, o seguinte:
 - (i) Relatórios Anuais sobre as actividades da SADC e suas instituições;
 - (ii) Orçamento Anual da SADC para submissão ao Conselho; e
 - (iii) Contas anuais auditadas da SADC para submissão ao Conselho.
3. As demonstrações financeiras do Secretariado são compiladas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público, que foram aprovadas pelo Conselho em 2012 como a estrutura para os relatórios financeiros da organização.

Análise dos Resultados do Exercício Financeiro de 2016/17

4. Os resultados do exercício financeiro de 2016/17, reflectidos nas demonstrações financeiras auditadas do Secretariado da SADC e compatíveis com Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público, mostram o seguinte:
 - (i) Excedente de exploração de US\$ 6,1 milhões (US\$ 11,8 milhões em 2015/16) e:
 - (b) Receitas de US\$ 57,3 milhões (US\$ 78,6 milhões em 2015/16);
 - (c) Contribuições dos Estados Membros de US\$ 39,7 milhões (US\$ 51,6 milhões em 2016/17); e
 - (d) Subvenções de US\$ 17 milhões (US\$ 27 milhões em 2015/16), que foram reconhecidas como contribuições com base na observância pelo Secretariado da SADC das condições especificadas em cada acordo de financiamento.
 - (ii) Total dos activos sob o controlo do Secretariado da SADC de US\$ 97,5 milhões (US\$ 101,1 milhões em 2015/16), financiado da seguinte forma:
 - (a) Estados Membros (Reserva; Substituição de Activos; Fundos de Empréstimo aos Funcionários e Fundos Acumulados): US\$ 43,8 milhões (US\$ 37,7 milhões em 2015/16);
 - (b) Estados Membros – receitas diferidas: US\$ 8,3 milhões (US\$ 6,5 milhões em 2015/16);
 - (c) Subvenções – receitas diferidas: US\$ 8,7 milhões (US\$ 13 milhões em 2015/16);
 - (d) Reembolso do Empréstimo referente à Sede da SADC: US\$ 23,6 milhões (US\$ 25,9 milhões em 2015/16); e
 - (e) Contas a pagar (gratificação dos funcionários; queixas dos funcionários; restituições de fundos aos Estados Membros, no âmbito da Missão do Órgão ao Lesoto; e fornecedores): US\$ 18 milhões (US\$ 10,5 milhões em 2015/16).
5. Os resultados mostram uma redução nas contribuições feitas pelos Estados Membros (27%) e o declínio das subvenções (37%). Isso explica-se do seguinte modo:
 - (i) Contribuições significativas dos Estados Membros em 2016/17 dizem respeito às actividades do Órgão de Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança. Outras contribuições permanecem inalteradas desde o exercício financeiro de 2015/16; e
 - (ii) As subvenções diminuíram consideravelmente em 2016/17 reflectindo o termo de uma série de actividades e projectos financiados pelos parceiros de cooperação internacional, sem acordos de substituição do BAD e da União Europeia.
6. No geral, o Secretariado da SADC alcançou uma taxa de execução orçamental de 64% durante o exercício financeiro de 2016/17 (comparativamente a 80% em 2015/16). 230. A utilização total do orçamento é apresentada de acordo com os vários programas e serviços corporativos na Figura 14, mostrando que o uso geral foi de 81% e 53% dos fundos dos Estados Membros e dos ICPs, respectivamente.

Figura 14: Utilização Global dos Recursos por Fonte de Financiamento: Abril de 2016 - Março de 2017



7. As principais explicações para a utilização observada dos fundos na implementação de programas regionais e projetos são:

- (i) Planificação inadequada, em que:
 - (a) Os resultados previstos não são proporcionais aos recursos humanos, resultando no adiamento das actividades;
 - (b) Os resultados e actividades são incluídas nos planos operacionais anuais, enquanto o financiamento não foi confirmado na íntegra e o desembolso em tempo oportuno garantido; e
 - (c) Não foram adoptados os mecanismos apropriados para o desembolso dos fundos dos projectos para os Estados Membros;
- (ii) Falta de quórum, resultando no adiamento das reuniões planificadas;
- (iii) Os bens e serviços orçados para várias actividades foram suportados pelos Estados Membros anfitriões e pelos parceiros;
- (iv) Atrasos registados na reposição de fundos dos projectos e persistem de processos de licitação para projectos morosos; e
- (v) Um determinado número de cargos orçamentados para o exercício de 2016/17 não foi preenchido ao longo do exercício.

9.0 RESUMO DOS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

1. A implementação efectiva dos programas e projectos da SADC ao nível regional continua a ser afectada pelos desafios enfrentados nas áreas de planificação e programação; monitorização, avaliação e apresentação de relatórios; gestão de projectos; recursos financeiros e humanos; e informatização e sistemas de TIC. Em consonância com as diversas directivas do Conselho, o Secretariado continua a implementar uma série de reformas para resolver estes problemas, bem como as deficiências nos processos internos para melhorar a eficiência e a eficácia do seu funcionamento. Até à presente data, as principais medidas tomadas pelo Secretariado incluem:

- (i) Fortalecimento da operacionalização das funções de planificação, e monitorização e avaliação para superar as deficiências anteriormente

notificadas em termos de planificação, programação, monitorização, avaliação e apresentação de relatórios. Posições para a planificação e monitorização estão incluídas na estrutura organizacional aprovada para o Secretariado da SADC;

- (ii) Melhorias na planificação, programação e orçamentação, para que a partir de 2017/18 todos os resultados sejam subdivididos em estágios/metapas trimestrais para melhorar o controlo e a responsabilização. Além disso, apenas os resultados cujo financiamento foi confirmado estão incluídas nos planos operacionais anuais, e isso aplica-se aos programas financiados tanto pelos Estados Membros assim como pelos ICP. Isso surge em resposta ao desafio de ter fundos inadequados para os vários resultados.
- (iii) Concepção de um sistema de monitorização, avaliação e notificação via Internet para permitir um acompanhamento em tempo real do desempenho e a documentação dos resultados e viabilizar os processos de tomada de decisões e de aprendizagem baseados em evidências. Foi desenvolvido um sistema informático que viria a ser aprovado pelo Conselho em Março de 2017 o qual está actualmente a ser implantado ao nível regional e nacional; O sistema concentra-se na monitorização física e financeira dos planos de trabalho anuais, estratégias, políticas e projectos e espera-se que desempenhe um papel importante de emitir sinais de aviso prévio nas áreas que não estão a ter o desempenho de acordo com o plano.
- (iv) concepção de um Sistema de Gestão de Projectos da SADC, destinado a superar os desafios ligados à gestão de projectos em todo o ciclo de gestão de projectos (concepção, implementação e monitorização). Foram desenvolvidos instrumentos de gestão de projectos, tendo esta função sido integrada na estrutura orgânica revista e aprovada pelo Conselho em Março de 2017. Decorre um exercício piloto com recurso aos programas do TRF e do REIS;
- (v) Introdução de melhorias ao Sistema de Gestão do Desempenho do Secretariado da SADC por meio do reforço dos procedimentos e das ferramentas para o estabelecimento de um sistema de desempenho devidamente ligado à execução dos planos de trabalho e orçamentos aprovados;
- (vi) Revisão da Estrutura Orgânica do Secretariado da SADC, que foi aprovada pelo Conselho em Março de 2017. Está em curso o processo de recrutamento, cujo plano de preenchimento de vagas inicia em Setembro de 2017; e
- (vii)Automatização dos sistemas de TIC para superar desafios tais como longos períodos do ciclo de licitação; acesso a informação e dados de qualidade; maior responsabilização pelo risco e conformidade; e integração dos sistemas. Tais sistemas incluem: o novo sistema de Gestão da Licitação, que começou a operar a 1 de Abril de 2017 e está integrado com o sistema de gestão integrada da SADC (SIMS) e com o Sun System; o novo sistema de gestão de desempenho, que deverá ficar concluído em Janeiro de 2018; e sistema de gestão dos registos electrónicos, que deverá entrar em operação em Novembro de 2017.

2. Tendo como premissa, as reformas acima mencionadas para fazer face aos desafios identificados, incluindo a falta de visibilidade da SADC, recomenda-se o seguinte, como acções a implementar a curto e médio prazos:
- (i) Continuar a melhorar os processos de planificação, programação, e de monitorização e avaliação e apresentação de relatórios para garantir a implementação efectiva de programas e projectos ao nível nacional e regional.
 - (ii) Intensificar as negociações entre as partes para assegurar que as estimativas relativas aos projectos e programas sejam alinhadas as prioridades SADC e ao seu exercício financeiro, e que as verbas sejam desembolsadas atempadamente;
 - (iii) Melhorar as estruturas de recrutamento para garantir que as vagas sejam prontamente preenchidas em consonância com a estrutura organizacional do Secretariado da SADC que foi aprovada;
 - (iv) Continuar a prestar assistência aos Estados Membros para fortalecer as CNS como forma de garantir que existam medidas e capacidade de coordenação adequadas para a implementação dos programas e projectos da SADC; e
 - (v) Assegurar que a forma como o Secretariado comunica com o público da SADC seja tão relevante e envolvente quanto possível, especialmente numa altura em que as novas tecnologias conferem ao público da SADC maior controlo sobre quando e como têm acesso a informação.

10.0 CONCLUSÕES

1. Este relatório destaca os principais desenvolvimentos na área da cooperação e integração regional na SADC em 2016/17, o segundo ano de implementação do RISDP revisto (2015-2020). Além de descrição geral da situação política e económica da região em 2016/17 e da previsão para 2017/18, o relatório apresenta um retrato completo das realizações na área do desenvolvimento industrial e promoção da integração dos mercados; criação de alicerces fortes para apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas na região; apoio aos Estados Membros na manutenção da paz e segurança ao nível regional e nacional; combate dos efeitos negativos das calamidades naturais; e melhoria das bases regionais para a prestação de melhores serviços em áreas como educação, saúde e VIH e SIDA.
2. Ocorreram também vários desenvolvimentos em termos administrativos e operacionais ao nível do Secretariado. Prevê-se que a nova estrutura organizacional, que foi aprovada e que está agora a ser implementada, irá melhorar a eficiência e eficácia do Secretariado, relativamente ao cumprimento dos seus mandatos e cumprindo com os requisitos de implementação dos projectos e programas da SADC. Pretende-se também que o Sistema de Gestão de Projectos da SADC, que actualmente está a ser operacionalizado irá impulsionar a gestão de projectos a todos os níveis, melhorando assim a resultados em consonância com as prioridades estratégicas da SADC.
3. O Secretariado vai continuar a empreender nos próximos meses esforços visando incrementar a capacidade da SADC de mobilizar fundos para apoiar os seus programas e projectos em benefício de todos os Estados Membros. Também será intensificado o trabalho para melhorar os processos de interacção com os Estados

Membros e com os parceiros externos, ao nível local, regional e internacional, a fim de estabelecer relações de trabalho mais eficientes com todas as partes. Adicionalmente, serão empreendidos esforços na disseminação de informação de fácil compreensão sobre a SADC de forma mais ampla para que um número cada vez maior de pessoas na região saiba sobre o trabalho realizado pela SADC em seu nome.



SOBRE A SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma organização fundada e apoiada por países da África Austral que visa promover a cooperação socioeconómica, política e de segurança a nível dos seus membros e fomentar a integração regional, a fim de alcançar a paz, a estabilidade e a riqueza e integra os seguintes Estados-Membros: Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

As informações contidas nesta publicação podem ser reproduzidas, utilizadas e partilhadas com pleno conhecimento do Secretariado da SADC.

Southern African Development Community (SADC), SADC House, Plot No. 54385
Central Business District, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel: +267 395 1863, Fax: +267 397 2848/3181070, Website: www.sadc.int
Email: prinfo@sadc.int or registry@sadc.int or webmaster@sadc.int

@2020 SADC Secretariat

